

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro – Ano 12 – Nº 34
Janeiro/Abril – 2006**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 12, Nº 34, (jan./abr.2006) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 153 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos**

CDU 801 (05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Rua Visconde de Niterói, 512 / 97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@infolink.com.br – (21) 2569-0276 e **www.filologia.org.br/revista**

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretora:	Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon
Primeira Secretária:	Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça
Segundo Secretário:	Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Júnior
Diretor de Publicações	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Vice-Diretor de Publicações	Prof. Dr. Vito Cesar de Oliveira Manzollilo

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Alfredo Maceira Rodríguez	Maria Lúcia Mexias Simon
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Nataniel dos Santos Gomes
Cristina Alves de Brito	Patricia Teresita Festini
Claudio Cezar Henriques	Ruy Magalhães de Araujo
José Pereira da Silva	Vito César de Oliveira Manzollilo

Diagramação, editoração e edição José Pereira da Silva
Projeto de capa: Emmanoel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOGOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

EDITORIAL – José Pereira da Silva	5
1. A FILOLOGIA COMO SUPORTE DO PROGRESSO CIENTÍFICO – José Pereira da Silva	7
2. A LEITURA COMO RESGATE DA FORMAÇÃO HUMANISTA EM NIETZSCHE - Antonio Carlos Lopes Petean	19
3. ANÁLISE DO TEXTO <i>O SONÂMBULO</i> – Carlos Alberto Gonçalves Lopes	26
4. DA RELEVÂNCIA DE SE PERCEBEREM OS FATOS LINGÜÍSTICOS EM TEXTOS LITERÁRIOS – Maria Teresa Gonçalves Pereira	34
5. ESTILÍSTICA OU ESTILÍSTICAS? – Paulo Mosânio Teixeira Duarte .	40
6. O TEXTO AUTOBIOGRÁFICO DE DR. REMÉDIOS MONTEIRO E AS VARIAÇÕES ORTOGRÁFICAS DO SÉCULO XIX – Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz	57
7. OS ESTRANGEIRISMOS E AS FRONTEIRAS DA LÍNGUA PORTUGUESA – Amós Coêlho da Silva	65
8. OS FILÓLOGOS – Antônio Houaiss	76
9. [ANTÔNIO HOUAISS] – Nélida Piñon	89
10. PARTICULARIDADES LINGÜÍSTICAS NO PORTUGUÊS DE ANGOLA – Anete Mariza Torres Di Gregorio	93
11. PROCEDIMENTOS DE MONITORAMENTO DO FALANTE EM DIÁLOGOS SIMÉTRICOS – Paulo de Tarso Galembeck	103
12. PROPÉRCIO E A ELEGIA I, 9 – Mariza Mencialha de Souza.....	117
13. RECURSOS NARRATIVOS N ^o <i>OS LUSÍADAS</i> – Maria Paula Lamas. 130	
14. UM CÉLEBRE SONETO À LUZ DA ESTILÍSTICA – José Antônio Senna	138

RESENHAS

15. ÉPICA HERÓICA DO PERÍODO STAUFER E INÍCIO DO PERÍODO HABSBURGIANO – Álvaro Alfredo Bragança Júnior	144
16. FERRAMENTAS DA LÍNGUA - Claudio Cezar Henriques	148
17. PESQUISAS SOBRE O LÉXICO NAS MODALIDADES ORAL E ESCRITA – Gil Roberto Costa Negreiros	150

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos tem o prazer de apresentar-lhe o trigésimo quarto número de sua *Revista Philologus*, com quatorze artigos, e três resenhas, da autoria dos seguintes professores e filólogos ou lingüistas: Álvaro Alfredo Bragança Júnior (144-147), Amós Coêlho da Silva (65-75), Anete Mariza Torres Di Gregorio (93-102), Antonio Carlos Lopes Petean (19-25), Antônio Houaiss (76-88), Carlos Alberto Gonçalves Lopes (26-33), Claudio Cezar Henriques (148-149), Gil Roberto Costa Nogueiros (150-153), José Antônio Senna (138-143), José Pereira da Silva (7-18), Maria Paula Lamas (130-137), Maria Teresa Gonçalves Pereira (34-39), Mariza Mencialha de Souza (117-129), Nélide Piñon (89-92), Paulo de Tarso Galembeck (103-116), Paulo Mosânio Teixeira Duarte (40-56) e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (57-64).

Apesar de programada uma entrevista para este número, o Professor Doutor Vito César de Oliveira Manzolillo não conseguiu o contato que planejou e sua entrevista foi substituída pela conferência sobre “Os Filólogos” feita por Antônio Houaiss na Academia Brasileira de Letras, sob a presidência da Acadêmica Nélide Piñon.

Mesmo com grande esforço de seus editores, o número 34 da *Revista Philologus* não poderá ser disponibilizado neste mês de abril, como previsto, não somente por causa do grande número de eventos em que participamos neste início de ano e de outras publicações que se tornaram urgentes, mas também por causa da greve geral na UERJ, que afetou os serviços de publicação visto que a empresa que imprime nossos trabalhos funciona ali.

Como houve três resenhas apresentadas por outros filólogos e lingüistas, adiamos a publicação das que preparamos de alguns livros que adquirimos com esta finalidade, tais como *Flexão e Derivação em Português* (de Carlos Alexandre Gonçalves) e *Pontos Essenciais de Fonética e Fonologia* (de Ricardo Cavaliere), entre outros.

Dois dos trabalhos aqui dispostos (o primeiro e o sétimo) foram resultantes da V JORNADA NACIONAL DE FILOLOGIA, que ocorreu no dia de Santo Isidoro de Sevilha, quando foram condecorados pelo CiFEFiL os três filólogos eleitos em 2005 como “Destaque em Lingüística e Filologia” com a MEDALHA ISIDORO DE SEVI-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

LHA. O quarto trabalho vai publicado aqui, mas resulta de uma comunicação apresentada no IX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA em agosto de 2005, por opção da autora.

Os outros nove artigos foram produzidos e submetidos à apreciação do CiFEFiL especialmente para serem publicados neste número da *Revista Philologus*.

Para o número 35, já recebemos os seguintes artigos: “Anchieta, um humanista e um gramático na babel do Renascimento” (de Eduardo de Almeida Navarro), “O ir e vir semântico: latim/português” (de Letícia Pereira de Andrade), “Reflexões sobre a saudade” (de Maria Paula Lamas) e “Um estudo filológico da saudação de Alexandre Rodrigues Ferreira como memória do Brasil setecentista” (de Amós Coêlho da Silva), além das resenhas acima referidas.

A Direção da *Revista Philologus* e a Direção do CiFEFiL pedem aos colegas que contribuam com as suas críticas para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível que os seus recursos permitirem.

Rio de Janeiro, abril de 2006.

José Pereira da Silva

**A FILOLOGIA
COMO SUPORTE DO PROGRESSO CIENTÍFICO¹**

José Pereira da Silva (UERJ)

RESUMO

A Filologia constitui a forma mais antiga de estudos da linguagem, já descrita na Antigüidade greco-romana na forma de crítica textual e exegese ou interpretação de textos. Posteriormente, tornou-se uma ciência moderna, a partir da famosa edição do *De Rerum Natura*, de Lucrecio, por Karl Lachmann. Ciência que tem por objeto a cultura da humanidade preservada através de seus textos, cuida de preservá-los dos estragos do tempo e de interpretá-lo à luz dos estudos da cultura da época em que o texto foi produzido, assim como todas as circunstâncias pelas quais passou. Os estudos da etimologia são outras atividades específicas do filólogo, buscando na história das palavras e das culturas em que elas surgiram o seus primeiros (verdadeiros) significados e a evolução que tiveram, descobrindo verdadeiras epopéias e terríveis tragédias na sua luta pela sobrevivência.

Palavras-chave: Filologia, Crítica Textual, Etimologia, Textos, Edição.

CONCEITO DE FILOLOGIA E PAIXÃO PELA CIÊNCIA

Gostaria de iniciar esta fala citando-lhes o parágrafo em que Erich Auerbach apresenta a edição crítica de textos como uma das formas mais antigas da Filologia, quase sempre considerada a mais nobre e a mais autêntica, na tradução de José Paulo Paes:

A necessidade de constituir textos autênticos se faz sentir quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constituem o patrimônio espiritual; salvá-las não somente do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular ou o desleixo dos copistas nelas introduzem necessariamente. Tal necessidade se fez já sentir na época dita helenística da Antigüidade grega, no terceiro século a.C., quando os eruditos que tinham seu centro de atividades em Alexandria registraram por escrito os textos da antiga poesia grega, sobretudo Ho-

¹ Texto resultante da palestra proferida na V JORNADA NACIONAL DE FILOLOGIA, realizada pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, com apoio da Escola de Educação e Meio Ambiente da Universidade da Cidade, no Teatro Ipanema da UniverCidade, no dia 04 de abril de 2006 e da conferência proferida na I Semana de Filologia na USP, realizada pelo setor de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, do dia 03 ao dia 07 de abril de 2006, no Auditório de Geografia da FFLCH da USP.

mero, dando-lhes forma definitiva. Desde então, a tradição da edição de textos antigos se manteve durante toda a Antigüidade; teve igualmente grande importância quando se tratou de constituir os textos sagrados do Cristianismo. (AUERBACH, 1973: 11).

Bruno Fregni Bassetto (2001: 17), para definir a Filologia, buscou em Platão a definição de “filólogo”, documentado antes termo “filologia”, descrevendo-o como “aquele que apreende a palavra, a expressão da inteligência, do pensamento alheio e com isso adquire conhecimentos, cultura e aprimoramento intelectual.”

Mais adiante, o mesmo Bassetto acrescenta o seguinte comentário sobre Eratóstenes, que se autodenominava filólogo e era considerado o sábio mais versátil de seu tempo:

Considerando-se que, a julgar pelos poucos fragmentos de que dispomos, o melhor da obra de Eratóstenes versa sobre Geografia, não é correto restringir o campo do filólogo romano ou grego à literatura ou às artes. Eratóstenes e Ateius são sábios, que dispunham de amplos conhecimentos sobre “todos os gêneros”, isto é, todos os ramos da Ciência, obviamente incluindo gramática e problemas de linguagem. (BASSETTO, 2001: 21)

Considerando que o termo “filólogo” denota quase sempre uma idéia de refinamento intelectual, de amplos conhecimentos gerais ou específicos, de cultura geral e de domínio da linguagem em particular, Bassetto (2001: 35) nos alerta para a interessante observação de Ferdinand de Saussure, que transcrevo da 9ª edição:

A língua não é o único objeto da Filologia, que quer, antes de tudo, fixar, interpretar, comentar os textos; este primeiro estudo a leva a se ocupar também da história literária, dos costumes, das instituições etc.; em toda parte ela usa seu método próprio, que é a crítica. Se aborda questões lingüísticas, fá-lo sobretudo para comparar textos de diferentes épocas, determinar a língua peculiar de cada autor, decifrar e explicar inscrições redigidas numa língua arcaica ou obscura. (SAUSSURE, [s/d.]: 7-8)

Depois de longa interpretação desta citação de Saussure, Bruno Bassetto conclui:

Com isso se fixa o conceito moderno, em sentido estrito, de filologia como a ciência do significado dos textos; e em sentido mais amplo, como a pesquisa científica do desenvolvimento e das características de um povo e de uma cultura com base em sua língua e em sua literatura. (BASSETTO, 2001: 37)

Baseado nisto, deixa claro que “o trabalho filológico tem por objetivo a reconstituição de um texto, total ou parcial, ou a determi-

nação e o esclarecimento de algum aspecto relevante a ele relacionado” (BASSETTO, 2001: 43) e que este trabalho não pára na crítica textual, prosseguindo em investigações histórico-literárias, como é o caso das questões de autoria, de autenticidade, de datação etc. e na interpretação e explicação de pormenores que podem estar em alusões obscuras, citações incorretas ou na falta de autenticidade de alguma fonte. (Cf. *op. cit.*, p. 57).

Na verdade, os estudos lingüísticos surgiram como estudos filológicos, muito tempo antes de tomarem forma científica a Lingüística, a Teoria Literária e as dezenas de especialidades que hoje existem relativamente aos estudos da língua e dos textos que nelas são escritos.

Leodegário A. de Azevedo Filho (1987: 20-21) bem lembra a antigüidade desses estudos filológicos, quando escreve:

Em relação aos textos da Antigüidade Clássica, bem sabemos que as mais antigas edições críticas são as dos poetas gregos pré-helenísticos, levadas a termo pelos críticos alexandrinos, tais como Aristófanes de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia. [...] No século III, o alexandrino Orígenes empreendeu o seu admirável trabalho sobre a *Bíblia*, com uso de uma metodologia mais tarde seguida por Roma, a exemplo dos trabalhos de Varrão e Probo, mas especialmente a exemplo de Jerônimo e sua edição da *Vulgata*.

No século XVIII, graças aos rigorosos trabalhos de Karl Lachmann, a crítica textual moderna foi sistematizada na excelente introdução que escreveu à edição que preparou do poema *De Rerum Natura*, de Lucrécio, publicado em 1750.

A CRÍTICA TEXTUAL E AS EDIÇÕES CRÍTICAS

José Honório Rodrigues, comentando o que disse Alberto Chiari no seu artigo “La edizione critica” (CHIARI: 1948: 105-159), lembra que

Não se trata, assim, de uma atividade mecânica, mas metódica, e por isso Chiari afirma que edição crítica quer dizer interpretação, pois o responsável pela edição deve saber que seu êxito depende do conhecimento que tiver da língua, da cultura, do pensamento e da arte do autor do texto; deve saber que não faz somente um trabalho de erudição, mas de reconstrução, no qual a lucidez do próprio pensamento e o refinamento do gosto são postos a serviço do pensamento e do gosto do outro. (RODRIGUES, [1957]: 581-582)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

É lamentável, lembra Emanuel Araújo (1986), que ainda não haja no Brasil um repertório sistematizado dos documentos da história do Brasil, como as *Monumenta Germaniae historica...*, de exemplar organização, que abriram novos caminhos para publicações similares como as *Portugaliae monumenta historica*, em Portugal, assim como as que se publicaram na França, na Inglaterra, na Holanda, na Itália, na Bélgica e na Espanha, por exemplo.

Apesar de criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 com a finalidade de coligir e publicar documentos pertinentes à história nacional, até hoje nada se fez no sentido de se unificar as normas editoriais de sua revista, cujo primeiro número é de 1839.

Há cinquenta anos, lembrava José Honório Rodrigues na obra citada:

Caminha-se, hoje, para uma espécie de edição crítica livre, superando a pura decifração material do texto e transcrevendo-o já adaptado à linguagem atual, de modo a permitir a livre e corrente leitura, assinaladas, apenas, com as siglas adotadas e as notas indispensáveis, as deficiências do próprio original, sem o aparato erudito, que dificulta e torna pesado o texto. Deste modo ele deixa de ser uma conversa entre eruditos e historiadores e passa a ser um documento vivo, capaz de ser lido por grupos maiores de estudantes e pessoas interessadas. (RODRIGUES (1957): 588)

De um modo geral, só se lembra da atividade do editor crítico quando se trata de obras literárias antigas, esquecendo-se das importantes edições de textos históricos e científicos e mesmo dos textos sagrados.

Aliás, é bom lembrar que

A edição crítica no Brasil tem sua origem nas [...] *Reflexões Críticas* de Francisco Adolfo de Varnhagen (1839). Foi aí que, pela primeira vez, se procurou estudar o melhor texto, baseando-se nas várias cópias existentes em diversas bibliotecas européias. Varnhagen mostrava-se, já então, inteiramente a par do desenvolvimento da crítica histórica no mundo. (*Op. cit.*, p. 601-602)

Na mesma época em que Varnhagen escreveu suas *Reflexões Críticas*, editou o *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa (1839), explicando na “Advertência” os critérios utilizados em sua elaboração, com base nos três manuscritos conhecidos.

Capistrano de Abreu, em 1881, edita o livro de Fernão Cardim, *Do Princípio e Origem dos Índios*, que foi reeditado na Revista

do IHGB em 1895. Foi Capistrano quem estabeleceu a autoria dos dois referidos trabalhos de Fernão Cardim, como também foi o primeiro a estabelecer o texto integral das duas obras. (Cf. CARDIM, 1881 e 1881a)

O exemplo mais alto da edição crítica no Brasil, dificilmente superável, é a feita por Capistrano de Abreu da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador. no prefácio que precede a obra, conta Capistrano minuciosamente como se deu o inesperado encontro do texto manuscrito que serviu de base para a edição definitiva feita em 1918. (RODRIGUES, [1957]: 611-612)

.....

Mas o que torna essa edição um modelo de edição crítica são não só a excelente introdução como os magníficos estudos preliminares sobre as fontes de cada um dos livros e capítulos de que se compõe a *História*. Capistrano estudou minuciosamente as principais fontes de cada período e indicou também as fontes principais de que se teria servido Frei Vicente do Salvador. (*Idem, ibidem*, p. 613)

Outro grande exemplo que deve ainda ser mencionado é o da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo Varnhagen, que mereceu de Capistrano de Abreu e especialmente de Rodolfo Garcia uma edição crítica definitiva e realmente valiosa. As eruditas notas que esclarecem o texto, restauram as indicações bibliográficas e fornecem novas indicações, de acordo com as mais recentes pesquisas, são um verdadeiro modelo. (Cf. RODRIGUES, [1957]: 619)

Nos últimos anos, importantes documentos vêm sendo publicados em teses de doutorado em diversas áreas do conhecimento, como foram, por exemplo, utilizando-se a crítica textual como sua base metodológica:

a) a dissertação de mestrado apresentada por mim na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1987, sobre *Questões apologeticas: edição crítica*, até então absolutamente inédita.

b) a tese de doutorado em Linguística e Filologia, que defendi na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1992, sobre *A Amazônia no século XVIII: um roteiro de viagem*. Edição crítica do "Roteiro da viagem da cidade do Pará até às últimas colônias dos domínios portugueses em os rios Amazonas e Negro; ilustrado com algumas notícias que podem interessar à curiosidade dos navegantes e dar mais claro conhecimento das duas capitânicas do Pará e de São José do Rio Negro";

c) a tese de doutorado em Filologia Românica de Emmanuel Macedo Tavares, defendida em 1998 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobre o *Directório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto sua Majestade não mandar o contrário*: Edição crítica de um texto brasileiro do século XVIII;

d) a tese de doutorado em Literatura de Francisco Topa, defendida em 1999 na Universidade do Porto, sobre *Edição crítica da obra poética de Gregório de Matos*;

d) a tese de doutorado em História de Leny Caselli Anzai, defendida em 2004 na Universidade de Brasília, sobre *Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso; o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira*, que editou e interpretou o texto do códice 21,2,5 da BNRJ de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre as “Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato Grosso;

e) a tese de doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas de Ceila Maria Ferreira Batista Rodrigues Martins, sobre *Entre as luzes e as sombras do iluminismo: Uma edição crítica de “Aventuras de Diófanos ou Máximas de virtude e formosura de Teresa Margarida da Silva Orta”*.

A EXEGESE OU INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação de textos é tarefa tão constante na vida dos estudantes e pesquisadores das áreas das Letras que nem parece ser necessário um preparo especial para a execução eficiente dela.

Mas é óbvio que não é bem assim e que há infinitas dificuldades na execução desse trabalho, que podem estar ligados à história, à cultura, à ciência, à tecnologia etc., dependendo de estudos e informações específicas, que serão buscadas pelo filólogo para facilitar e orientar a leitura do consulente: curioso, estudante ou pesquisador.

Exegese é a interpretação profunda de um texto, seja ele bíblico, jurídico, histórico, científico ou literário. A exegese como todo saber, tem práticas implícitas e intuitivas. A tarefa da exegese dos textos sagrados da Bíblia tem grande prioridade e anterioridade em relação a outros textos. Isto é, os textos sagrados são os primeiros dos quais se ocuparam os exegetas na tarefa de interpretar e dar seu significado. Por isso, o termo “exegese” significa, como o termo “in-

terpretação", revelação do sentido de algo ligado ao mundo do humano, mas a prática se orientou no sentido de reservar a palavra para a interpretação dos textos bíblicos.

A ETIMOLOGIA DAS PALAVRAS

A revista *Língua Portuguesa*, em janeiro deste ano de 2006, publicou um número especial dedicado à “etimologia”, com contribuições de eminentes professores como Bruno Fregni Bassetto, Gabriel Perissé, Evanildo Bechara e Mário Eduardo Viaro.

É da “Carta ao Leitor”, escrita pelo editor da revista, Luiz Costa Pereira Junior, o seguinte texto:

Explicar a atualidade por meio da linguagem é ambição antiga – talvez antiga demais para ter origem nítida. É possível entender algo do cotidiano – uma parte dele, ao menos – pelo passado das palavras que marcam a nossa vida? Hoje já se sabe que seria uma arrogância crer que as palavras não passam de instrumento de comunicação, quando na verdade passaram séculos de boca a boca, carregando a experiência de povos anteriores, muitos dos quais varridos do mapa definitivamente.

As palavras ganharam muitos sentidos e formas até chegar a nos, e as usamos com tanta familiaridade que nem prestamos muita atenção a elas. No entanto, essa experiência de muito acumulada pelas culturas anteriores à nossa está contida nessas palavras, em sua trajetória, em sua evolução, nas entrelinhas dos significados, nos detalhes da pronúncia que nos é mais característica.

Os estudos etimológicos – que no início priorizaram a explicação fonética das mudanças de um vocábulo – ganharam mais consistência há coisa de um século. E permitiram perceber o quanto podemos olhar de modo diferente o mundo se deixamos a linguagem nos contar um pouco de seu passado.

Nesse sentido, a etimologia é mais que a busca da origem das palavras, mas uma narrativa maior. Não é só a história das palavras, mas parte da história da humanidade. Investigar a evolução de um vocábulo talvez seja um caminho mais rico em possibilidades do que pretender resgatar origens. A ideia de que podemos desvendar uma origem é ela um mito, e ancestral. A curiosidade que o passado de uma palavra desperta é, no fundo, correlata da tentativa de saber o que somos e de onde viemos – resposta que nunca teremos à pergunta que sempre faremos.

O estudo da história das palavras virou um campo com história própria. (PEREIRA JUNIOR, 2006: 4)

Pouco adiante, justificando a edição de um número especial da revista *Língua Portuguesa* sobre a etimologia, ainda acrescenta:

O resgate da etimologia para a vida cotidiana é talvez o caminho mais fértil para uma tomada de consciência sobre a língua. Se soubermos o que repetimos do passado ao nos expressar, talvez percebamos que o mundo nem sempre foi assim e não há motivo para mantê-lo como é. (*Ib.*)

O primeiro artigo do número especial *Etimologia* da revista *Língua Portuguesa* termina com o seguinte reflexão:

A etimologia não se resume apenas à investigação sobre o surgimento de um vocábulo – é também uma forma de resgate das grandes trajetórias vividas por essa criatura. O resgate daquilo que fomos e somos, e de tudo que desconhecemos sobre o mundo que herdamos.

E não é menos que Bruno Fregni Bassetto quem acrescenta, em seu artigo “A biografia das palavras” o sugestivo subtítulo: “caminho natural dos estudos etimológicos é buscar não apenas as origens, mas a trajetória que torna um vocábulo vivo para a nossa cultura”. (BASSETTO, 2006: 8)

A professora Ivonne Bordelois, da Universidade de Utrecht (Holanda), lembra que

Para Nietzsche, filólogo apaixonado, a etimologia demonstra como as palavras supostamente literais são na realidade antigas figuras poéticas, fósseis prestes a ressuscitar: as verdades não são senão arcaicas metáforas esquecidas.

O projeto etimológico representa uma espécie de inversão do mito da Torre de Babel, que é uma forma do mito do Progresso. Babel, como Prometeu, é o projeto humano de arrancar da potência divina sua capacidade criadora. O progresso, e sobretudo o progresso tecnológico, é uma projeção conveniente desse mito. Assim como no relato bíblico o castigo à soberba dos homens consiste na perda de uma linguagem única, o progresso científico e tecnológico consiste em grande parte, sobretudo na era computacional, na substituição da língua natural por múltiplos códigos, muitas vezes ininteligíveis entre si; Não tratamos de minimizar, portanto, a bem-vinda inclusão na cultura de vastíssimos setores marginais, graças à tecnologia atual: simplesmente consideramos aqui os aspectos ambivalentes de tal progresso. O computador, por exemplo, que representa sem dúvida um avanço crucial em nossas possibilidades de organizar nossa atividade intelectual, é também um objeto excessivamente custoso e complexo que destituiu muitos, por motivos econômicos ou de conflito de gerações, do ingresso pelo âmbito da comunicação social. (BORDELOIS, 2006: 15)

Mário Eduardo Viaro (2006) lembra como o primeiro gramático da língua portuguesa, Fernão de Oliveira, tratou com desconfiança as diversas etimologias fantasiosas de sua época, alertando os seus leitores sobre as dificuldades naturais de se chegar com precisão

científica a resultados qualificados neste campo do saber.

Aliás, é bom lembrar que é de Viaro (2004) o moderníssimo manual de etimologia do português, em que lembra, com autoridade de mestre:

Dominando a etimologia, teremos uma chave que abre o significado de milhares de palavras em português e outras línguas, inclusive palavras desconhecidas que se fecham numa aparente opacidade. Muitas exceções e aparentes arbitrariedades ortográficas se tornarão meras decorrências da aplicação de algumas regras. Quando assimilarmos isso tudo, veremos com mais facilidade o que se passa por trás das palavras. (VIARO, 2004, 4ª capa).

CONCLUSÕES

Nem todas as pessoas que realizam trabalho filológico podem ser chamados de filólogos, visto que isto implicaria numa formação específica, mas todos podem ser classificados na categoria de filologistas, que costumo definir exatamente como esse profissional de nível superior que atua principalmente na edição de textos históricos, científicos ou literários.

Um belo exemplo é Moira Vekony (2006), que se doutorou em Biologia Molecular, depois de se graduar em Microbiologia e Virologia. Ela se dedica, desde 1995, à edição de textos científicos, usando 80% de sua carga de trabalho na edição de artigos em periódicos e 20% em livros didáticos e publicações de sociedades acadêmicas.

Outro exemplo é apresentado por Marlon Jeison Salomon, da UFSC, na resenha que fez de *La maladie de chagas. Histoire d'un fléau continental*, [A doença de chagas. História de um flagelo continental], de François Delaporte, apontando-o como um editor de textos histórico-científicos em sua especialidade:

Dez anos após haver publicado *Histoire de la fièvre jaune* [História da febre amarela], François Delaporte retoma seu interesse pela constituição de saberes ligados à medicina na América Latina. Durante os dez anos que separam a publicação deste trabalho com *La maladie de Chagas*, no entanto, Delaporte publicou outros dois livros ligados à história da medicina, além de organizar a edição de textos inéditos que Georges Canguilhem lhe havia confiado, da época em que escrevia sua tese de doutorado em medicina, *O normal e o patológico*. (*Revista brasileira História*, v. 21, n. 41. São Paulo, 2001)

Enfim, talvez seja demasiado abuso tratar novamente de trabalho em que estou empenhado, mas não vou deixar de lembrar, neste mês em que se comemoram os 250 anos de Alexandre Rodrigues Ferreira, a belíssima edição que faz Kapa Editorial da *VIAGEM AO BRASIL DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA*, organizada por José Paulo Monteiro Soares e Cristina Ferrão, com textos (do e sobre o autor e sua obra), desenhos, fotografias etc., num belíssimo trabalho em que as notas filológicas se reduzem ao mínimo do mínimo, visto ser destinada a profissionais e estudiosos de áreas que nada têm a ver com Letras, Linguística ou Filologia.

Esta é uma obra de interesse específico para a História da Ciência e Tecnologia, mas, por isto mesmo, trata de quase todas as áreas e subáreas do conhecimento, como Administração Pública, Agricultura, Antropologia, Arquitetura, Astronomia, Botânica, Direito, Ecologia, Endemiologia, Etnografia, Etnologia, Etimologia, Farmácia, Farmacopéia, Filosofia, Geodésia, Geografia, Geologia, Hidrografia, Medicina, Mineralogia, Museologia, Náutica, Política, Religião, Retórica, Zoologia etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZAI, Leny Caselli. *Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Tese de Doutorado em História. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: Princípios da técnica de editoração*. Prefácio de Antônio Houaiss. [Rio de Janeiro]: Nova Fronteira; [Brasília]: INL, 1986.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Iniciação em crítica textual*. Apresentação de Antonio Houaiss. Rio de Janeiro: Presença; [São Paulo]: Edusp, 1987.

BASSETTO, Bruno Fregni. A biografia das palavras. **In:** *Língua portuguesa*. Ano I – Especial: etimologia. São Paulo, janeiro de 2006, p. 8-9.

———. *Elementos de filologia românica: história externa das lín-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

guas. v. 1. São Paulo: Edusp, 2001.

BORDELOIS, Ivonne. Rsgatar a sabedoria comunitária da palavra é superar a confusão causada por múltiplos códigos contemporâneos.

In: *Língua portuguesa*. Ano I – Especial: etimologia. São Paulo, janeiro de 2006, p. 15-16.

CARDIM, Fernão. “Do clima e gente do Brasil. **In:** *Revista Mensal da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*. Rio de Janeiro, 1881, t. 1, 20-21, 45-58 e 153-154.

———. *Do princípio e origem dos índios*. Rio de Janeiro: Tip. da Gazeta de Notícias, 1881.

CHIARI, Alberto. La edizione critica. **In:** *Tecnica e teoria letteraria*. Milão, 1948, p. 105-159.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa (ed.). *Língua portuguesa*. Ano I – Especial: etimologia. São Paulo, janeiro de 2006.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*: Introdução metodológica. 2ª ed. rev., aum. e il. 2º vol. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, [1957].

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 9ª ed. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Prefácio à edição brasileira: Isaac Nicolau Salum. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, [s/d.].

SOUSA, Pero Lopes de. *diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martim Afonso de Sousa, escrito por seu irmão Pero Lopes de Sousa*. Lisboa: Francisco Adolfo de Varnhagen, 1839.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. 3ª ed. Edição crítica de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos, [s/d.].

VEKONY, Moira. “A edição de textos científicos – Uma sábia escolha profissional”. **In:** *Universia Science*. Disponível em no dia 15/04/2006 em

http://www.universia.com.br/nextwave/ver_materia.jsp?materia=155&subcanal=3

VIARO, Mário Eduardo. Como confiar numa origem. **In:** *Língua*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

portuguesa. Ano I – Especial: etimologia. São Paulo, janeiro de 2006, p. 62-63.

———. *Por trás das palavras* – Manual de etimologia do português. [São Paulo]: Globo, 2004.

**A LEITURA COMO RESGATE
DA FORMAÇÃO HUMANISTA EM NIETZSCHE**

Antonio Carlos Lopes Petean (UFOP e USP)

RESUMO

Este artigo é uma reflexão sobre a crítica de Nietzsche ao sistema educacional da Alemanha durante século XIX. Neste estudo, será apresentada a concepção nietzscheana sobre as tendências que minam a educação e impedem a formação de indivíduos aptos a desenvolverem suas potencialidades. Após essa descrição, pretende-se, nesse texto, discorrer sobre a leitura como atividade filosófica para a formação humanista, bem como refletir sobre nossas práticas pedagógicas que envolvem a leitura.

Palavras-Chave: Educação; Egoísmo; Formação Humanista.

O que Nietzsche tem de doutrina pertence ao passado; porém o que Nietzsche tem de inquietude, o que no texto de Nietzsche funciona como um catalisador de nossas perplexidades, atravessa o século e pertence, sem dúvida ao futuro. O que nos interessa, portanto, não é o que em Nietzsche pertence a essa disciplina chamada filosofia, mas o que em Nietzsche, na leitura e na reescrita de Nietzsche, continua alimentando essa forma de indisciplina que continuamos chamando de pensamento. Ou, de outro modo, o que nos importa não é (só) o que Nietzsche pensou ou (apenas) o que nós podemos pensar sobre Nietzsche, mas o que com Nietzsche, contra Nietzsche ou a partir de Nietzsche possamos (ser capazes ainda de) pensar. (LARROSA, 2002: 8)

Nietzsche se dedicou ao estudo da filologia e da teologia pensando em seguir a mesma carreira do pai, que era pastor protestante. Mas a sua inquietação com a modernidade européia e sua carreira no magistério o conduziram para o campo da filosofia e também a se ocupar com problemas pedagógicos. Viveu numa Europa que se abria à investigação científica e reorientava seu sistema educacional, colocando-o em sintonia com a industrialização.

A Europa vivenciou profundas transformações econômicas, políticas e sociais no decorrer do século XIX. A revolução industrial na Inglaterra impôs a produção em série, a concentração urbana e industrial e a produção padronizada da informação. Abriam-se as cortinas da modernidade, e os velhos grilhões da Europa ruíam. As transformações em curso afetaram o sistema educacional, o modelo familiar e os valores vigentes do velho continente. Nas ciências, o paradigma positivista se impunha com força arrasadora, proporcio-

nando uma roupagem nova ao conhecimento. A ciência moderna, marcadamente positivista condenou os dogmas religiosos e deu início à busca de um conhecimento objetivo, neutro e livre de juízo de valor. Um conhecimento que não estivesse impregnado pelas superstições religiosas, nem ligado ao senso comum. A hipótese fundamental que a teoria positivista da ciência apresentava no século XIX era a idéia de que a sociedade humana e a natureza são reguladas por leis naturais independentes da vontade e da ação humana. Esse novo paradigma concluía que todo acontecimento poderia ser conhecido se buscássemos conhecer as causas que o determinaram e, portanto, as leis de seu funcionamento. E o trabalho dos cientistas e dos filósofos se orientou para essa busca. O otimismo que a ciência proporcionava invadiu os estabelecimentos de ensino e todos os campos do saber. Acreditava-se num futuro radiante para a humanidade.

No pensamento de Nietzsche, observa-se uma recusa feroz a esse novo paradigma. A sua crítica é proveniente de sua preocupação com a modernidade européia que mitificava o pensamento conceitual em detrimento da experiência estética de vida, conforme afirma Vera Portocarrero (1989). Nietzsche coloca a ciência moderna no mesmo plano do cristianismo. Para Nietzsche, ambas seriam criações do homem do ressentimento, do homem que não aceita a realidade e acredita que possa melhorá-la. Ele vê a racionalidade e a moral cristã como instituições do melhoramento. O objetivo de ambas seria tornar o homem e a realidade mais lógicos e racionais. Mas, para isso, revelariam seu verdadeiro espírito que é o de exercer o controle sobre os objetos. Vera Portocarrero afirma que:

Para Nietzsche, não há uma diferença essencial entre a racionalidade filosófica clássica e a racionalidade científica moderna. Elas são manifestações negativas da vontade de dominar, que é a "vontade de potência", própria do homem. (PORTOCARRERO, 1989: 186).

A vontade de Potência estaria na origem das teologias, das teorias do conhecimento e das ideologias. Perspectivas que condicionam o sujeito-cientista a acreditar no sujeito, na unidade, no ser, no real e na verdade. Nietzsche denuncia que essas teorias não buscam conhecer, mas adquirir poder sobre o objeto e que, para atingir esse objetivo, os filósofos e cientistas eliminam a sensibilidade e os sentidos do palco do conhecimento. Sobre essa questão, Nietzsche afirma que:

Tudo o que os filósofos tem vindo a manejar desde há milênios são conceitos-múmia; das suas mãos não saiu vivo nada real. Matam, empalham, esses senhores idólatras dos conceitos; quando adoram, tornam-se mortalmente perigosos para tudo. A morte, a evolução, a idade, assim como a procriação e o crescimento são para eles objeções, mesmo refutações. O que é não devem; o que devem não é... ora bem, todos eles crêem, mesmo desesperadamente, no ser. Mas como não podem defini-lo, procuram as razões que de tal os impedem. Tem de haver uma ilusão, um engano no fato de não percebermos o ser: onde se esconde o enganador? acho-lo, gritam felizes, é a sensibilidade! Estes sentidos que também noutros aspectos são tão imorais enganam-nos acerca do mundo verdadeiro. (NIETZSCHE, 1985: 35)

Desfazer-se dos sentidos, da sensibilidade, essa é a meta dos filósofos e cientistas denunciada por Nietzsche. E a linguagem é o mecanismo do qual se valem as ciências e teorias do conhecimento para eliminarem os sentidos e introduzirem o conhecimento objetivo. “A importância da linguagem para o desenvolvimento da cultura está em que nela o homem estabeleceu um mundo próprio ao lado de outro, um lugar que ele considerou firme o bastante para, a partir dele, tirar dos eixos o mundo restante e se tornar seu senhor. Na medida em que, por muito tempo, acreditou nos conceitos e nomes das coisas em “aeternae veritates” (verdades eternas) o homem adquiriu este orgulho com que se ergueu acima do animal: pensou ter realmente na linguagem o conhecimento do mundo. O criador da linguagem não foi modesto a ponto de crer que dava as coisas apenas denominações, ele imaginou isto sim, exprimir com palavras o supremo saber sobre às coisas; de fato, a linguagem é a primeira etapa no esforço da ciência” (NIETZSCHE, 2002: 21).

Sobre essa questão, Orlandi afirma que “através da metalinguagem, o que se visa é a construção da via científica do saber que se opõe ao senso-comum, isto é, constrói-se aí o reino da objetividade do sistema (ORLANDI, 1996: 19)

A metalinguagem é apresentada por Orlandi (*op. cit.*), como um tipo de linguagem denotativa, fundamental para a obtenção do conhecimento. Essa linguagem é a via de acesso e de construção do saber sobre o objeto, um saber “verdadeiro”. Para Nietzsche, essa busca e construção da verdade é decorrente do fetichismo da linguagem criado por filósofos clássicos e cientistas. Para o filósofo, esse processo é a expressão da decadência, que teve início na Grécia Clássica com Platão, passou pelos teólogos cristãos e chegou ao

mundo moderno nas mãos dos cientistas e filósofos. Dessa forma a sabedoria dos instintos, dos sentidos foi eliminada pelo saber racional, objetivo e positivo. E essa tendência, para Nietzsche, se faz presente nos estabelecimentos de ensino da Alemanha, através de suas práticas pedagógicas.

Nietzsche percebeu que o sistema educacional alemão se pautava por privilegiar uma formação cientificista e tecnicista em prejuízo da formação humanista. Para essa formação científica se impor, é de fundamental importância o discurso científico que está baseado na linguagem denotativa. Essa linguagem busca identificar termo e objeto.

O uso da função referencial da linguagem é uma das dominantes do discurso científico. Aqui, a intenção é produzir uma informação teórica – História, Física, Filosofia – com a finalidade de transmitir conhecimento sobre seu objeto de estudo. O uso de signos para a História, para a Física, para a Filosofia implica um código cujo referente é específico para cada um desses campos. Isto é, a transmissão legível e denotativa dessas mensagens possui uma dimensão cognitiva, para a aquisição do conhecimento. (CHALHUB, 2001: 11)

O objetivo dessa educação, na opinião de Nietzsche, seria formar homens técnicos para servirem à própria ciência, ao Estado e ao mercado da maneira mais rápida e rentável. A partir dessa constatação, realiza uma crítica radical ao sistema de ensino alemão, denunciando os três egoísmos que impedem a formação humanista. Esses seriam, na descrição de Rosa Maria Dias (1991), o egoísmo das classes comerciantes, o egoísmo do Estado e o egoísmo da ciência.

O egoísmo dos comerciantes se manifesta na rapidez com que os jovens são educados, e a educação assim recebida é vista por Nietzsche como um instrumento para satisfazer as necessidades do mercado. A educação se converte num meio para formar homens aptos a ganharem dinheiro e viverem em função do mercado. Já o egoísmo do Estado tem interesse numa educação que forme excelentes técnicos para servi-lo como funcionários e burocratas.

Mas a grande preocupação de Nietzsche é com o excesso de formação científica em detrimento da formação humanista. Para entendermos melhor essa crítica, devemos compreender a sua visão sobre o cientista. No pensamento Nietzscheano, o cientista é descrito como um indivíduo cuja única meta é descrever, decompor e analisar seu objeto. Na visão do filósofo alemão, o cientista possui uma práti-

ca que destrói as visões míticas e saudáveis para a sobrevivência dos homens. O cientista é visto como escravo do hábito, o servo da rotina. Uma rotina profissional gerada pela especialização de sua formação. Ele crê conhecer e dominar o caminho, mas não percebe que é dominado por esse caminho. Para Nietzsche o cientista é um ser domesticado que se tornou míope quando se trata de olhar outros caminhos.

O duro hilotismo a que a extensão das ciências condena hoje todos os indivíduos é uma razão capital para que as naturezas com interesses mais completos, mais ricos, mais profundos, não encontrem já nem educação, nem educadores conforme com elas. De nenhuma outra coisa padece mais a nossa cultura que da profusão de presumidos moços de esquina e humanidades fragmentárias; as nossas universidades são, contra a sua vontade, as autênticas estufas para esta espécie de atrofia dos instintos, dos espíritos. (NIETZSCHE, 1985: 74)

Para Nietzsche, essas tendências da educação afetam não só os ginásios na Alemanha durante o século XIX, mas a própria Universidade. Elas atuam para formarem homens teóricos e não personalidades amadurecidas e transbordantes de vida.

Para romper com esse sistema educacional, Nietzsche propõe que o jovem comece a educar-se a si mesmo e contra si mesmo, ou melhor, contra aquilo que lhe foi inculcado. A educação que os jovens recebem nas escolas é vista pelo filósofo como uma aquisição de hábitos, costumes e convenções que não se presta a criar novas formas de vida. Uma educação assim, corresponde ao desejo de manter o status quo. Os jovens, na opinião de Nietzsche, são levados a despejar uma cultura erudita que se mantém afastada da vida. Educar a si mesmo e contra si mesmo é adquirir novos hábitos, valorizar as convicções e se desprender dos antigos costumes e valores, denunciados por Nietzsche como aparências e ilusões. Ele buscou educadores que lhe ajudassem nessa tarefa de educar a si mesmo e contra si mesmo, mas observou que, no sistema educacional que tinha diante de si, só havia técnicos e eruditos, escravos do hábito e da rotina.

O grande desafio da educação é encontrar uma força liberadora que ajude os jovens a liberarem a imaginação, rompendo a rotina e o hábito. Nietzsche valoriza a leitura como instrumento de resgate da formação humanista e proclama o estudo da língua como elemento fundamental para a educação de si. A valorização da cultura, para ele, começa com a valorização da própria língua.

Propõe que a leitura de uma obra seja feita como uma obra de arte, com cuidado, profundidade reflexiva e lapidada a cada linha. Ser um leitor, para Nietzsche, requer o domínio da filologia e paciência. Para Mattoso (1986), a filologia pressupõe uma língua culta e escrita. Nietzsche não acredita em bons e maus leitores. Nos seus escritos, a arte da leitura passa pelo ato de viver o texto, senti-lo. Na relação leitor e obra, é necessária uma afinidade entre ambos. Para Nietzsche, os anseios, as inquietações, desejos e o domínio da filologia por parte do leitor são determinantes para o grau de relação com o livro. É dessa relação que os sentidos são produzidos. Ler uma obra, assim como ler um livro, é produzir sentidos. No pensamento Nietzscheano, cada nova pergunta, cada novo olhar permitem a construção de um novo sentido. Reconhecer essa relação é liberar a imaginação.

As inquietações de Nietzsche sobre a educação contribuem para pensarmos as nossas práticas pedagógicas que envolvem a leitura. No atual sistema de ensino, prevalece uma pedagogia sociocêntrica. Os professores se valem de uma metalinguagem empregada pelas ciências e ainda por sua posição na hierarquia social para determinar o tipo de pergunta que o aluno deve fazer ao objeto. Na prática da leitura, os alunos são orientados, através de perguntas feitas pelo professor, a encontrarem o “sentido correto do texto”, o sentido verdadeiro. As perguntas previamente selecionadas pelo professor determinam o caminho que o aluno deve seguir, e o que ele encontrará no final. O aluno não possui voz, não produz novos sentidos. Essa é uma prática pedagógica presente nas disciplinas que envolvem a leitura, influenciada pelo cientificismo e tecnicismo das ciências. Nessa perspectiva, o aluno não constrói um sentido novo sobre o objeto de estudo, pois o sentido que é levado a encontrar é aquele que o professor já tem em mãos e herdou de outros discursos. O aluno, nesse processo, é levado à repetição de um sentido pré-existente que o professor crê ser o único válido, instalando-se o automatismo. Mas se o leitor deve ser concebido como um filósofo, ele deve saber utilizar o material didático para construção de sentidos até então inexistentes. Sentidos que demonstram a força de um pensamento. E todo pensamento para Nietzsche deve estar ligado às necessidades fundamentais da vida. Dessa forma, todo leitor apresenta-se como um gerador de vida, como um filósofo. No pensamento Nietzscheano, os únicos homens dignos de serem chamados de filósofos são os pré-

socráticos. Pois neles, vida e pensamento estavam unidos.

O filósofo do conhecimento trágico domina o instinto inconsciente de conhecimento, mas não por meio de uma nova metafísica. Não estabelece nenhuma crença nova. Sente tragicamente que perdeu o campo da metafísica, todavia o torvelinho enovelado das ciências não pode satisfazê-lo. Trabalha para construir uma nova vida: restabelece os direitos da arte. (NIETZSCHE, 1987: 8)

Se a prática da leitura realmente deve servir de resgate da educação humanista, então devemos repensar a relação leitor e obra no atual processo escolar. Para isso as inquietações de Nietzsche são de suma importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*: referente à língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1986.

CHALHUB, Samira. *Funções da linguagem*. São Paulo: Ática, 2001.

LARROSA, Jorge. *Nietzsche e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

DIAS, Rosa Maria. *Nietzsche educador*. São Paulo: Scipione, 1991.

LOWY, Michael. Positivismo. **In:** *Ideologias e ciência social*: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

NIETZSCHE, F. *Crepúsculo dos ídolos*. Lisboa: Guimarães, 1985.

———. *Humano, demasiado humano*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

———. *O livro do filósofo*. São Paulo: Moraes, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O discurso pedagógico. **In:** *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do Discurso. São Paulo: Pontes, 1996.

PORTOCARRERO, Vera. *Nietzsche: uma crítica radical*. (Antonio Rezende, org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

ANÁLISE DO TEXTO O SONÂMBULO

Carlos Alberto Gonçalves Lopes (UNEB/ABF)

RESUMO

Pretende-se aqui fazer uma análise aplicativa dos princípios fundamentais da Linguística Textual em uma produção narrativa, com o propósito de elucidar tais princípios comumente mencionados em manuais teóricos dessa disciplina mas nem sempre bem compreendidos.

Palavras-chave: Linguística Textual; Expressão Escrita; Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por propósito realizar uma breve análise do texto *O Sonâmbulo*, inserido no livro *Flor do Lácio*, de Cleófano Lopes de Oliveira. Não se trata, todavia, de uma análise exaustiva, mas sim de uma análise ligeira, para mostrar como se aplicam as categorias textuais estudadas por nós nas aulas de Linguística Textual, tais como a coesão, a coerência e os contextualizadores.

Limitamo-nos a fazer uma análise meramente lingüística, sem entrar em questões de estilística, de análise literária, de exegese ou de crítica textual. Para tanto elegemos uma metodologia específica pautada na teoria proposta por FÁVERO (1989) que, por sua vez, segue, com algumas restrições, a vertente lingüística alemã de BEAUGRANDE & DRESSLER.

TRANSCRIÇÃO DO TEXTO

O SONÂMBULO

1 Certo indivíduo, conhecido como vivedor, aboletou-se, no caminho de sua
2 vida, no solar dum homem bonacheirão e abastado, que lhe abriera as portas para
3 um descanso ligeiro. Nos primeiros dias, o dono suportou galhardamente o
4 hóspede, oferecendo-lhe o melhor trato, fornecendo-lhe a melhor cama, o melhor
5 vinho, os melhores charutos. Passada, porém, a primeira quinzena, começou a
6 pensar em um meio, que não fosse grosseiro, de livrar-se do importuno, e achou-o.
7 Tinham os dois acabado de almoçar e repousavam, lendo jornais e fumando
8 “havasas”, à sombra das árvores. De repente, o hospedeiro recosta-se pesadamente
9 na cadeira, cerra os olhos, deixa cair a folha e o charuto, simulando um sono
10 profundo. E, como em sonho, principia a falar: “Vejam só: que maçada! Esse
11 cavaleiro vem, aloja-se em minha casa, come, bebe, fuma, diverte-se, e nada de

12 entender que sua presença já me está sendo desagradável! Será possível que ele
13 não compreenda isso?” – E, soltando um suspiro, pulou da cadeira, esfregando
14 os olhos: “Que diabo! É eu dormir depois do almoço, vêm-me logo os
15 pesadelos. E que sonho mau tive eu! Parece até que falei alto, não?” – E o
16 outro, que de cenho cerrado, prestava atenção a tudo: “É exato; você esteve por
17 aí falando; e eu, como vi que se tratava de cousas de sonho, procurei não ouvir
18 para não ser indiscreto. As palavras dos homens só têm valor, mesmo, quando
19 eles as proferem acordados”. – E o hóspede continuou na casa por mais três anos
20 e quatro meses, isto é, até a transferência da propriedade, comendo do melhor
21 prato, dormindo na melhor cama, bebendo do melhor vinho, fumando os
22 melhores charutos.

Humberto Campos

ANÁLISE DO TEXTO

Coesão

Abaixo seguem listados os principais mecanismos de coesão encontrados no texto, sendo que do item 1 ao item 6 estão agrupados os mecanismos coesivos referenciais; no item 7, os mecanismos coesivos recorrençiais; e do item 8 ao item 15, os mecanismos coesivos seqüenciais *stricto sensu*:

- 1a - Elipse do termo *ele*. (linha 5)
- 1b – Elipse da expressão *os dois*. (linha 7)
- 1c – Elipse da expressão *o hospedeiro*. (linha 9)
- 1d – Elipse da expressão *o seguinte*. (linha 10)
- 1e – Elipse do termo *ele*. (linha 11)
- 1f – Elipse do termo *ele*. (linha 13)
- 1g – Elipse da expressão *e dizendo o seguinte* (linha 14)
- 1h – Elipse do termo *disse*. (linha 16)

- 2a – *s e* – elemento anafórico, referente a *certo indivíduo*. (linha 1)
- 2b – *lhe* – elemento anafórico, referente a *certo indivíduo*. (linha 2)
- 2c – *lhe* – elemento anafórico, referente a *o hóspede*. (linha 4)
- 2d – *se* – elemento anafórico, referente a (ele) elíptico. (linha 6)
- 2e – *o* – elemento anafórico, referente a *um meio*. (linha 7)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

2f – **os dois** – elemento anafórico, referente a *o dono* e *o importuno*. (linha 7)

2g – **sua** – elemento anafórico, referente a *esse cavalheiro*. (linha 12)

2h – **ele** – elemento anafórico, referente ao *hóspede*. (linha 12)

2i – **isso** – elemento anafórico, referente a *sua presença já me está sendo desagradável*. (linha 13)

2j – **me** – elemento anafórico, referente a *eu*. (linha 14)

2k – **o outro** – elemento anafórico, referente a *esse cavalheiro*. (linhas 15-16)

2l – **a tudo** – elemento anafórico, referente à fala do hospedeiro. (linha 16)

2m – **eles** – elemento anafórico, referente a *os homens*. (linha 19)

2n – **as** – elemento anafórico, referente a *as palavras*. (linha 19)

3a – (**o seguinte**) – elemento catafórico elíptico, referente a “Vejam só: que maçada! Esse cavalheiro...” (linha 10)

3b – (**ele**) – elemento anafórico elíptico, referente a *esse cavalheiro* (linha 12)

3c – (**ele**) – elemento anafórico elíptico, referente ao *hóspede* (linha 13)

3d – (**e dizendo o seguinte**) – elemento catafórico elíptico, referente a “Que diabo! É eu dormir...” (linha 14)

3e – (**disse**) – elemento catafórico elíptico, referente à fala do hóspede. (linha 16)

4a – **vivedor** – hiperônimo, referente a *certo indivíduo*. (linha 1)

4b – **o dono** – hiperônimo, referente a *homem bonachão e abastado*. (linha 3)

4c – **o hóspede** – hiperônimo, referente a *indivíduo*. (linhas 3-4 e 19)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

5a – **o hospedeiro** – expressão nominal definida, referente a *o dono*. (linha 8)

5b – (**o hospedeiro**) – expressão nominal definida elíptica, referente a *o dono*. (linha 9)

5c – **esse cavalheiro** – expressão nominal definida, referente a *o hóspede*. (linhas 10-11)

5d – **cousas de sonho** – nome genérico, referente à fala do hospedeiro. (linha 17)

6a – Definitivização de “um homem bonachão” para “o dono”. (linha 3). Predomina a presença do artigo definido no texto. Como se sabe, o artigo definido introduz o dado e cria existência à entidade referida: *o hóspede* (linha 3), *o melhor trato* (linha 4), *a melhor cama* (linha 4), *o melhor vinho* (linhas 4-5), *os melhores charutos* (linha 5) etc.

7a – Nos primeiros dias, o dono suportou galhardamente o hóspede, *oferecendo-lhe o melhor trato, fornecendo-lhe a melhor cama, o melhor vinho, os melhores charutos*. Paralelismo (linhas 4 a 5)

7b – “Esse cavalheiro vem, aloja-se em minha casa, *come, bebe, fuma...*” Paralelismo (linha 11)

7c – “E o hóspede continuou na casa por mais três anos e quatro meses (...), *comendo do melhor prato, dormindo na melhor cama, bebendo do melhor vinho, fumando os melhores charutos.*” Paralelismo (linhas 19 a 22)

8a – *Nos primeiros dias (...). Passada (...) a primeira quinzena (...)*. Seqüenciação temporal por partícula temporal. (linhas 3 a 5)

8b – *Tínhamos os dois acabado de almoçar (...). De repente (...)* Seqüenciação temporal por partícula temporal. (linhas 7-8)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

9a – De repente, *o hospedeiro recosta-se pesadamente na cadeira, cerra os olhos, deixa cair a folha e o charuto, simulando um sono profundo*. Conexão por pausa (linhas 8 a 10)

9b – “Vejam só: que maçada! *Esse cavalheiro vem, aloja-se em minha casa, bebe, fuma, diverte-se (...)*”. Conexão por pausa (linhas 10-11)

10 – *e* – O texto é bastante marcado pela presença do conector linguístico “e” que, apesar de proporcionar uma certa monotonia, direciona o texto, exprimindo conjunção: *e* achou-o (linha 6), *e* repousavam (linha 7), *e* fumando (linha 7). *E (...)* principia a falar (linha 10), *e* nada de entender (linha 11). *E*, soltando um suspiro, pulou da cadeira... (linha 13). *E* que sonho mau... (linha 15) etc.

11 – *porém* – contrajunção (linha 5)

12 – *como* – condicionalidade factual: causa / conseqüência. (linha 17)

13 – *para* – mediação (linha 18)

14 – *quando* – conexão temporal (linha 18)

15 – *que* – complementação (linhas 12 e 17)

Como se pode constatar, o texto é bastante coeso, sobressaindo a coesão referencial por substituição, que se encarrega de estabelecer a textura, a qual, segundo HALLIDAY & HASAN (1976) é o que faz um texto ser um texto.

Outrossim, não se pode deixar de destacar os elementos formais que enlaçam uma unidade na outra:

Nos primeiros dias (linha 3) conecta a oração a que pertence à anterior: é uma confirmação do mencionado naquela, no sentido de

que informa a predisposição do hospedeiro em tratar bem o hóspede recém-chegado.

Passada, porém, a primeira quinzena (linha 5) estabelece uma oposição entre a oração precedente e a que inicia o período seguinte. Concretiza-se o conflito entre hóspede e hospedeiro. Este, age cinicamente; enquanto aquele, arma um estratagema para se ver livre do intruso.

Tinham os dois (linha 7) conecta a oração a que pertence com a anterior mediante o processo referencial por substituição. O numeral, por anáfora, retoma as personagens referidas no período anterior. Inicia-se aqui a aplicação do estratagema engendrado pelo hospedeiro.

De repente (linha 8) estabelece uma relação temporal mediante o processo coesivo de seqüenciação *stricto sensu* entre a oração precedente e a conseqüente. Introduce o alocutário, mediante o suspense ou insólito, nos fatos, isto é, no plano arquitetado pelo anfitrião, que descambará para o clímax.

E o outro (linhas 15-16) estabelece uma relação de oposição entre a oração que inicia o período e a antecedente, apesar da conjunção aditiva “e” estar introduzindo o período. Há aqui um contraste entre o comportamento esperado e aquele que realmente ocorre, em relação ao hóspede, o que significa dizer que o estratagema não funcionou ante o cinismo do parasita.

E o hóspede (linha 19) retoma a fala do narrador, preparando o desfecho da narrativa.

Contextualização

São contextualizadores, pertinentes ao texto objeto de nossa atenção, o título, o autor e o início, para os quais MARCUSCHI (1983: 15) dá o nome de perspectivas.

O título (*O Sonâmbulo*) é desorientador porque prepara o leitor para uma narrativa totalmente diferente da que ele lê, criando assim falsas expectativas. Sonâmbulo é aquele que anda dormindo, quando se constata que o texto não trata de uma pessoa assim, mas de alguém que simula um pesadelo para se livrar de um intruso.

O autor (Humberto de Campos) cria expectativas positivas. Predispondo aqueles que apreciam o seu estilo e a sua ficção a lê-lo. Por ter sido um escritor bastante popular e apreciado, o nome de Humberto de Campos já constitui um convite à leitura, para muitos.

O início da estória (Certo indivíduo...) é catafórico e, por ser expresso de forma indefinida, impulsiona o leitor para o texto a fim de identificar o “certo indivíduo”. Trata-se aqui de um início êmico cuja recuperação se dá textualmente

Coerência

O texto é coerente na medida em que tem sentido, isto é, está de acordo com a nossa visão de mundo. Ele ativa um *frame* que é o do hóspede intruso e cínico. Este, comete a gafe de se instalar na casa de um conhecido por mais de três anos.

Por parte do hospedeiro temos o *plano* traçado por ele para atingir uma meta: ver-se livre do hóspede indesejável.

Em termos de *superestrutura* temos um texto narrativo com as seguintes categorias: situação, complicação, resolução, avaliação e moral (implícita). Há um hóspede que se instala por um tempo além daquele cabível em nossa cultura, em nosso conhecimento de mundo, e até mesmo no bom senso de qualquer indivíduo. A complicação se dá com a determinação do hóspede em não dar importância à reação do hospedeiro. A resolução ocorre com a mudança do hospedeiro.

CONCLUSÃO

O texto analisado é coeso e coerente, o que evidencia ser de fato um texto, se considerarmos que a coesão apenas não constitui uma categoria suficiente para determinar a textualidade de um enunciado.

Ficamos por aqui, pelas razões apontadas na introdução deste trabalho. Mas cabe lembrar que a análise pode ser ainda ampliada com o exame de outras categorias textuais, tais como a *intencionalidade*, a *informatividade*, a *aceitabilidade*, a *situacionalidade* e a *intertextualidade*, todas elas centradas no usuário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antônio Soares. Texto e gramática. **In:** *Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Anais*. Assis: UNESP, 1984. p. 122-130.
- BERNÁRDEZ, Enrique. *Introducción a la lingüística del texto*. Madrid: Esparsa-Calpe, 1982.
- BROWN, Gillian & YULE, George. *Discourse analyses*. Cambridge: University Press, 1983.
- CAMPOS, Claudio. Gramática tradicional e gramática de texto. **In:** *Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Anais*. Assis: UNESP, 1984. p. 88-90.
- CAMPOS, Humberto de. *O Sonâmbulo*. **In:** OLIVEIRA, Cleófano Lopes de. *Flor do Lácio*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1958.
- CONTE, M. E. *La lingüística testuale*. Milão: Feltrinalli Economica, 1977.
- DUARTE, Inês Silva. *Mecanismos de estruturação textual*. **In:** MATEUS, Maria Helena Mira et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore G. V. Critérios de textualidade. *Veredas*, São Paulo, (104): 17-34, 1984.
- FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore G. V. *Lingüística textual: introdução*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Rediscutindo a coesão e a coerência. **In:** *Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Anais*. Lorena, 1989. p. 320-328.
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. *Cohesion in english*. London: Longman, 1976.
- KOCH, Ingedore G. V. Elementos de coerência textual. *Boletim do Centro de Letras e Ciências Humanas*. Londrina, (13): 7-11, jul. / dez. 1987.
- KOCH, Ingedore G. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Lingüística de texto: o que é e como se faz*. Recife: UFPe, Série Debates n 1, 1983.
- NEIS, Ignácio Antonio. Por uma gramática textual. *Letras de hoje*, Porto Alegre, (14): 21-39, jun. 1981.
- SIQUEIRA, João Hilton Sayeg. *O texto*. São Paulo: Selimunte, 1990.

**DA RELEVÂNCIA DE SE PERCEBEREM
OS FATOS LINGÜÍSTICOS EM TEXTOS LITERÁRIOS**

Maria Teresa Gonçalves Pereira (UERJ)

RESUMO

O texto literário apresenta-se como *corpus* ideal para que se vivencie a língua materna em todas as suas possibilidades, estabelecendo uma relação de empatia que redunda em conhecimento e prazer. Os recursos expressivos da Língua Portuguesa em seus vários planos: fonológico, morfossintático e léxico-semântico dão forma à linguagem literária, resgatando o jogo verbal no que tange, não só à correção e à adequação, mas à inventiva linguística.

Palavras-chave: texto literário – fatos da língua – expressividade

Os ortodoxos ainda acreditam que a linguagem de se escrever para crianças, jovens e adultos deve ser calcada em modelos tradicionais, com registro culto, com concordâncias, colocações e regências respeitadas e vocabulário erudito. O objetivo desse perfil linguístico proporcionaria aos leitores condições de aprimoramento da Língua Portuguesa.

Não nos incluímos nessa categoria, razão pela qual temos algumas idéias diferentes sobre como pode(m) ser verdadeiramente instigante(s) a(s) linguagem(ns) utilizada(s) nos livros de literatura.

Quando se pensa em Literatura, se pensa fundamentalmente na história do livro, no seu conteúdo. Quase sempre se deixa em segundo plano a linguagem.

Não nos esqueçamos, porém, da relação intrínseca em que vivem história e linguagem num texto destinado a qualquer tipo de público, motivo suficiente para que estejam no mesmo nível.

São duas faces da mesma moeda, como já dizia Saussure em relação ao signo linguístico: o significante e o significado.

Pensando no livro, podemos fazer um paralelo: o conteúdo/significado tem como expressão/significante, a linguagem, a forma de que o autor se utiliza para tornar pública, entendida e apreciada (ou não) a sua história. Assim, é lícito supor que a linguagem torna-se fundamental na análise crítica de qualquer livro.

Recuando no tempo, observamos que inicialmente havia as

traduções, baseadas numa língua convencional, para que as crianças se mirassem em modelos lingüísticos tradicionalmente aceitos, passando, então, a copiá-los na modalidade escrita e, sempre que possível, na oral. Até os próprios autores nacionais da época demonstravam a mesma preocupação em seus textos.

Monteiro Lobato provocou uma verdadeira revolução na literatura infantil não só em termos de conteúdo – pela sua intensa brasilidade – como pela linguagem original e criativa, eminentemente coloquial, repleta de gírias, brasileirismos, construções inusitadas, com particular ênfase nos neologismos, muitos dos quais antológicos. Isto, é bom lembrar, em 1921, por ocasião do lançamento de *A Menina do Narizinho Arrebitado*, depois *Reinações de Narizinho*.

Para combinar com todas as tendências em se tratando de conteúdos na considerada Literatura Infanto-Juvenil contemporânea, só vemos um caminho em nossos dias: que a linguagem seja inovadora, reflexo do seu tempo, totalmente divorciada dos *inhos* que menosprezam a inteligência da criança e do purismo exacerbado, revelando uma realidade distorcida. Na considerada Literatura para adultos, então, espera-se que o produtor do texto potencialize a palavra escrita, num exercício constante de lapidação nos diferentes níveis lingüísticos utilizados.

O autor de talento, ou porque conhece a fundo o sistema lingüístico ou porque se apóia em sua sensibilidade e intuição ou ainda pela soma de ambos, deve expressar-se através de todos os meios que a língua oferece: fônicos, como onomatopéias, aliterações, estruturas sonoras motivadas; morfo-lexicais, como formação de palavras; léxico-semânticos, como polissemia, decodificações, caracterizações; sintáticos, como ordem das palavras, estruturas frasais, numa harmonia bem trabalhada para gerar expressividade, nada parecendo artificial ou gratuito.

Somos adeptos de uma mistura saudável de recursos, que traga “oxigenação” à Língua Portuguesa. Longe de empobrecê-la ou descaracterizá-la, a manipulação lingüística exercida com genialidade e conhecimento lhe dará feição nova, ressaltando seu potencial expressivo. São bem-vindos os neologismos (morfológicos e semânticos), as gírias (e consequentemente o palavrão bem aplicado), os brasileirismos, as construções abreviadas e frases curtas ao lado de

construções elaboradas, vocábulos até eruditos, períodos bem formados, numa conjugação equilibrada artesanalmente cujo objetivo será encaixar, como num quebra-cabeça, fenômenos lingüísticos aparentemente tão diversos.

A linguagem é, na verdade, a chave que abrirá as portas para o leitor de um mundo novo, desconhecido, mas repleto de perspectivas fantásticas. Caso tal código não seja adequadamente escolhido, as intenções se perderão pelos caminhos.

Não nos julgamos capazes de falar de expressão ignorando o conteúdo. Como tratar de linguagem, omitindo o que lhe serviu de motivação? Destacar a Língua Portuguesa na Literatura Brasileira é, antes de mais nada, ratificar que, para uma tal Literatura, se torna necessário um código eficiente, mas estimulante.

Por meio da linguagem, a literatura se concretiza. A palavra é o instrumento de que se utiliza o escritor para transmitir seu pensamento; por isso, manipulá-la criativamente, mas com clareza e eficiência é o desafio proposto. A língua somente cumpre sua função se atinge um grande número de indivíduos que apreendem sem ambigüidades as mensagens por ela concatenadas, revelando-se perfeito instrumento de comunicação. Entendemos que hermetismo não traduz qualidade nem consistência. Além desse objetivo prioritário – funcional – também poderá tornar-se expressiva, com finalidade estética, proporcionando as mais agradáveis e genuínas sensações aos que a escutam, escrevem ou lêem.

Tratando-se da criança, o leitor do futuro, cremos que a boa literatura tem de acompanhar seu crescimento. Ao dominar a palavra escrita, irá acostumando-se com ela, explorando-lhe as possibilidades, desvendando os seus mistérios, tendo prazer no seu convívio.

A manipulação lingüística adequada dos que instrumentam o *corpus* da Literatura como criadores do material utilizado determina toda a incorporação do texto ao *modus vivendi* do leitor.

Qualquer erro de avaliação pode transformar-se em desastre, o que acontece com grande parte da produção destinada ao público infante-juvenil: ou há subestimação do destinatário (o leitor), dando-lhe material envolto numa linguagem pueril ou há superestimação através de um falso aparato retórico. Ambas têm resultados negativos, afastando o público ao invés de cativá-lo.

A linguagem se produz de modo integral quando intervêm as estruturas fonológica, morfossintática e semântica, ocorrendo, tanto na criança quanto no adulto. A diferença prende-se aos modelos que se geram, um não sendo inferior ao outro, mas diferentes.

Crianças, jovens e adultos devem ser atraídos pela linguagem no que possa apresentar de lúdico ou poético através do trocadilho inteligente, das imagens sutis, da paródia, do *nonsense*, dos fenômenos da polissemia e da homonímia, (re)discutindo o provisório da significação e conhecendo alternativas de usar a Língua Portuguesa de forma plena, sem peias nem limitações a normas que reduzem e simplificam o fazer lingüístico.

A criatividade buscada na linguagem encontra-se na maneira de trabalhar, combinar e (re)aproveitar a imensa gama de recursos lingüísticos da língua materna, sendo criado, pelo escritor, um sistema eficiente, mas, sobretudo, instigante e original. As combinações lingüísticas engendradas resultam em marcas próprias que alcançam efeitos surpreendentes com fatos da língua simples e comuns, mas operacionalizados com mestria.

A palavra, considerada em diferentes níveis, numa abordagem lingüística plena, será apreciada, mesmo inconscientemente, porque possibilitará divertimento, aliado à sensibilidade. O texto, com tal tratamento, sem dúvida, "pegará pelo pé" o leitor mais resistente, envolvendo-o e conquistando-o definitivamente para manter viva a Língua Portuguesa nos seus variados desdobramentos e alternativas, sem teorias ou conceitos, apenas pela leitura atraente, passando, de maneira subliminar, um conhecimento, às vezes, não internalizado na escola.

Deve ter reconhecida qualidade (literária) o discurso apresentado nos textos assentado sobre as bases tradicionais da língua, revitalizado por enfoque lingüístico inovador, antenado a um mundo em permanente mudança.

Os autores que se encaixam nesse perfil são verdadeiros artífices da palavra, trabalhando-a artesanalmente, garimpando, na infinita gama de possibilidades lingüísticas, aquelas que vão instaurar o toque mágico que abrirá corações e mentes. Erra quem assevera que os leitores de todas as idades não se interessam pela boa "escritura", acostumados ao discurso fácil, vazio e redundante. Não gostam é da

retórica empolada e hermética.

Esses autores apresentam domínio das estruturas de seu idioma, revelando escolhas expressivas o bastante para encantar e "aliciar" com elegância e sutileza, sem perder de vista jamais a simplicidade, a clareza e a objetividade. Buscam uma renovação constante, dinamizando a língua, explorando-lhe ao máximo as potencialidades, as suas diversas realizações, no nível gramatical e das idéias, não se prendendo ao convencional, apenas reavaliando-o, reaproveitando-o ou, a partir dele, apresentando novas propostas.

A crítica parece inevitável: ou as pessoas se posicionam a favor de uma língua culta que sirva de modelo ao "falar e escrever bem" ou acompanham os novos tempos, com as crianças e os jovens, livres, principalmente, para escolherem o melhor caminho em relação à língua materna.

O registro dos textos em questão deve ser do tipo "coloquial elaborado", o tom da conversa natural e relaxada, mas capaz de altos vôos de inventiva idiomática. O autor/escritor com lastro optará pelo tratamento adequado nesta ou naquela situação, articulando harmoniosamente os fenômenos lingüísticos fornecidos pela língua. Sua intuição lingüística e natural pendor artístico dirigirão o texto para a (re)criação lingüística, para um maior rigor gramatical, ambas as tendências ou ainda qualquer outra solução. A dose certa, o "know how" é da competência de quem escreve.

Tal elaboração mencionada não se concretiza por meio de idéias mirabolantes, vocabulário erudito ou construções preciosas; consegue-se quando o texto é produzido com gênio peculiar, embaçado numa postura lingüística que lhe permita buscar expressões próprias com a noção exata dos seus limites.

Torna-se irrelevante a intencionalidade. O fato inquestionável é que pertence à consciência lingüística do escritor. Através de um prisma particular, utiliza-se das regras, das normas nas quais a língua repousa, criando, não no sentido de inovar por inovar, sacrificando, às vezes, uma estrutura equilibrada e eficiente. Regem-no o bom senso para revitalizar quando for possível – e necessário – posturas lingüísticas desgastadas, apoiando-se na qualidade literária do texto.

A gramática de uma língua concretiza-se funcional e esteticamente através de textos com tendências e tipos os mais diversos em se

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tratando de linguagem. A qualidade e a excelência do material lingüístico não passa pelo critério só do popular, do erudito, do fácil, do difícil, do inovador ou do tradicional. Podemos – e devemos – ser vários em um.

No momento em que se lê com deleite, num exercício de pura fruição, conjugando-se a história ao modo de contá-la, consegue-se algo que talvez parecesse impossível: transformar a Língua Portuguesa – na percepção de tantos enfadonha, difícil e pouco digerível nas suas regras e limites – em instrumento de imenso prazer e enriquecimento interior.

Na Literatura Brasileira contemporânea – não importa a idade do público a que se destina – existem várias obras que resgatam essa língua materna ainda tão estigmatizada, mostrando-a em toda sua pujança, beleza e criatividade.

Em *Poemas para brincar* (1994, 3) José Paulo Paes, ludica, mas seriamente, em linguagem metaforizada, apresenta na medida exata, o papel da palavra nos textos literários.

CONVITE

Poesia
é brincar com palavras
como se brinca
com bola, papagaio, pião.
Só que
bola, papagaio, pião
de tanto brincar
se gastam.

As palavras não:
quanto mais se brinca
com elas
mais novas ficam.

Como a água do rio
que é água sempre nova.

Como cada dia
que é sempre um novo dia.

Vamos brincar de poesia ?

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

PAES, José Paulo. *Poemas para brincar*. 6ª ed. São Paulo. Ática, 1994

ESTILÍSTICA OU ESTILÍSTICAS?

Paulo Mosânio Teixeira Duarte (UFC)

RESUMO

Neste artigo apresentamos criticamente algumas costumeiras definições de estilo assim como diversas abordagens da estilística. Dividimo-las nos grupos de definições, em que se consideram os seguintes fatores: escolha; características individuais; desvio de uma norma; desvio de contexto; conjunto de características coletivas; relações entre entidades linguísticas formuláveis em textos mais extensos que a sentença. Ao final, concluímos que podemos agrupar *grosso modo* os pontos de vista em dois grandes grupos: aquele que reconhece o estilo como norma dada pelo sistema de possibilidades (*la langue*) ou pelas variedades de uma dada língua e aquele que reconhece o estilo como desvio, seja em relação à norma, seja em relação ao contexto linguístico ou co-texto.

PALAVRAS-CHAVE: estilo, norma, desvio, escolha

INTRODUÇÃO

É fácil afirmar que a investigação de uma investigação estilística são as características intratextuais de viés afetivo ou expressivo. Mas a objetividade para tal empreendimento é, no entanto, o grande problema em análise estilística.

Não queremos afirmar que é sempre fácil estabelecer fronteiras, que decorrem de nossos cortes e métodos reducionistas. Há casos em que existem interferências entre Semântica e Estilística, Morfologia e Estilística. Há casos, porém, em que a interdisciplinaridade resulta caótica. Consultamos, no livro de Monteiro (1991), um capítulo intitulado 'Alguns Problemas do Significado'. Deste capítulo consta um estudo breve sobre polissemia cujas implicações no domínio da estilística não podemos compreender. Apenas tenta definir o retrocitado fenômeno e descrevê-lo. Encontramos um outro item chamado hiponímia e suas relações com outro chamado hiperonímia. Tais assuntos são abordados em Semântica e não entendemos, pelo menos não ficaram claras as implicações de todos estes conceitos na Estilística.

Um fator importante na investigação é a cautela com minúcias, o que pode sobrecarregar a análise e trazer dados não-pertinentes. Delimitar o que é fato de estilo é tarefa primordial do investiga-

dor. Nada impede, reiteramos, que nos valhamos de aspectos gramaticais ou semânticos contanto que convirjam para o que estabelecemos como estilo.

Gramáticas do ensino elementar, como a de Cegalla (1983), incluem em capítulo que chamam de Estilística o estudo das Figuras, no caminho trilhado pela velha Retórica. Até que ponto o que chamamos zeugma ou elipse pode ter expressividade? E os famosos casos de silepse de gênero, número e pessoa?

Um livro bastante prático, de Tavares (1984), cataloga ao longo de 55 páginas, uma série de figuras e tropos. Algumas são de reconhecimento difícil, em virtude de se distinguirem de outras por detalhes sibilinos. Somos do parecer de Monteiro quanto ao tópico de figuras de linguagem: “Grande parte do descrédito da retórica tradicional se deve ao acúmulo de figuras inventariadas, muitas delas tão semelhantes que as diferenciações parecem sibilinas e desnecessárias” (1991: 27).

A mera identificação das figuras nada representa em termos de análise estilística. Reconhecer uma figura não leva a descobrir o seu potencial expressivo.

Quem admite que o estudo do estilo diz respeito à expressividade, a despeito das dificuldades e problemas que decorrem da delimitação do lexema *expressividade*, pode ver no exame das figuras e tropos um rico manancial. Porém, se vistos como meras entidades a serem identificadas, nada temos a lucrar.

Alguns professores que ensinam o que chamam de estilística, seguindo os ensinamentos de gramáticas tradicionais, como a de Cegalla (1983: 410-12), falam de ‘vícios de linguagem’ em oposição às qualidades da ‘boa linguagem’. Tavares (1984: 385-88) chama tais qualidades de Estilo Gramatical. Pertencem ao domínio desse estilo a correção, a clareza, a concisão, a harmonia e a propriedade. Monteiro (1991) aceita a sugestão de Tavares e incorpora esses fatores às ‘virtudes de estilo’. Embora Monteiro assevere não se tratar de gramatiquices, corremos um sério risco: de incorrerem em outro prescritivismo, ao nos valermos de modelos literários para que os alunos apreciem e imitem. Aquelas ‘virtudes’, ensinadas pelos que ministram por aí afora aulas de redação, podem até ser em parte, com teoria e prática *pari passu*, usadas como meio de ordenação do pensa-

mento. Porém, o que têm mais virtudes a ver necessariamente com estilo? A ambigüidade não pode ser estilisticamente explorada? A concisão pode ser mensurada? Um texto barroco, pleno de ornatos, não seria estilisticamente viável? Cremos que existe uma confusão entre estilo como norma do bem redigir referencialmente e estilo como expressão literária. Falta uma situação histórica destas propagadas virtudes, sem a qual ficamos no abstrato.

Não basta aludirmos a características textuais, julgando que estamos sendo objetivos. Convém definir que características seriam estas, de sorte que tracemos o devido recorte no interior do *continnuum* do conhecimento, para delimitarmos o fato de estilo, para não fazermos aflorar uma inútil sobrecarga de fatos gramaticais e até filológicos na abordagem estilístico-textual.

Nosso trabalho, pois, se justifica na medida em que busca aclarar o concito de estilo e de Estilística, vez que seu campo de atuação não se encontra bem demarcado. Baseamo-nos nas concepções de estilo conforme os parâmetros:

- a) como um processo aditivo, como espécie de adorno em volta do núcleo intelectual do pensamento;
- b) como escolha entre expressões alternativas;
- c) como conjunto de características individuais;
- d) como desvios de uma norma;
- e) como conjunto de características coletivas;
- f) como relações entre entidades lingüísticas formuláveis em termos de textos mais extensos que a sentença.

O ESTILO COMO PROCESSO ADITIVO

O estilo é visto como um acréscimo ao pensamento de modo que este possa produzir o efeito completo que por si mesmo não poderia atingir. Subjacente a tal concepção de estilo, há uma dicotomia: intelecto/emoção. Periférico ao pensamento, como um halo a envolvê-lo, o estilo cria, através de circunstâncias calculadas, condições favoráveis ao efeito que se deseja obter. Estilo não é, pois, definido em termos de beleza que possa gerar, mas em termos de eficácia, quando devidamente engrenado ao núcleo intelectual.

O escritor Stendhal concebia, deste modo supra, a função de estilo. Com este condão, considerava-se poder distinguir obras eloqüentes de não eloqüentes conforme a presença ou não de uma adição estilística.

É muito difícil caracterizarmos uma obra segundo os critérios de Stendhal sem que caiamos no arbitrário e no pessoal. Adjetivar como eloqüente/não eloqüente uma dada obra pressupõe um grande refinamento de método e técnica. O problema é como reconhecer escritores medíocres e escritos tidos como não-literários, escritores que jamais entram em contato com sua fala.,por não encontrarem meios adequados de expressão.

O ESTILO COMO ESCOLHA

Cleantb Brook e Robert Peen Warren (*apud* Enkvist et alii, 1974) definem estilo em seu livro *Understanding Fiction* como seleção e ordenação da linguagem. Todavia, podemos dizer que um dos inconvenientes desta definição é a ênfase indesejável nos processos mentais do escritor. Afinal de contas, só o texto é diretamente acessível e nele a seleção já é fato consumado. E se seleção é mera escolha, por impossibilidade de usar todos os recursos lingüísticos, o uso do termo é banal e desnecessário. Se em vez de dizermos 'a casa pegou fogo' dissermos 'a casa incendiou', que há de estilístico nisto? Que há senão a atualização no sintagma de elementos predicadores possíveis no paradigma? Ora, mas isto ainda é fato lingüístico de natureza gramatical. Há, por certo, escolhas estilísticas, porém há possibilidades triviais de escolha e possibilidades que diferem por matices sutis de significado. Revelar as sutilezas que opõem as diversas alternativas é, muitas vezes, uma tarefa custosa e pouco operacional.

Estamos, pois, de pleno acordo com Elia (1978: 66), quando afirma que 'a verdade é que nem sempre a escolha faz o estilo, ao passo que pode haver estilo num emprego feliz da forma sem paralelo no repositório idiomático'. O referido autor, seguindo as lições de Dámaso Alonso, não julga a escolha como critério específico de fato estilístico.

Se a solução, entretanto, corresponde a características presentes no texto, podemos analisá-lo mais direto, sem que precisemos adentrar nos processos mentais do escritor ou tenhamos que opor

em aberto construções possíveis a construções realizadas. Mesmo assim, resta-nos saber que características devemos selecionar para que não confundamos as considerações gramaticais com as estilísticas.

A identificação do processo de escolha com o fato estilístico ainda persiste. Lapa (1977: 216-36) utiliza-o ao estudar a concordância verbal, e Melo (1976: 121-209) também faz emprego dele ao tentar abordar a sintaxe de uma perspectiva estilística. O fato de estilo decorre da seleção e organização. A adoção do processo de escolha entre alternativas para a posterior utilização de uma delas se torna patente quando o último autor enfoca nos capítulos XIX, XX e XXI aspectos de regência, concordância e de ordenação de palavras, respectivamente. Isto decorre da distinção que se faz entre os domínios da Gramática e da Estilística: a primeira estudaria as normas obrigatórias e a segunda, as normas facultativas.

Monteiro (1991: 47-78) também adota o critério da escolha. Temos a impressão de ver no fato estilístico um campo perigosamente aberto, já que o autor não efetuou nenhuma prévia demarcação teórica para fundamentar uma suposta análise estilística. Suposta sim, pois, se há uma norma capaz de reger a escolha, por que esta escolha tem cunho estilístico? Que há de estilístico em elipsar a preposição junto a adjuntos adverbiais ou adotar uma das regências de um verbo de dupla regência?

Para encerrarmos toda esta discussão, que nos levaria demasiado longe, acrescentaríamos que, nos moldes amplos e frouxos com que a questão da escolha foi posta, ainda estamos em terreno nitidamente gramatical. O fato estilístico, ainda não ganha dimensões próprias capazes de consolidar uma ciência, porque lhe falta algo básico para a construção de qualquer ciência: autonomia. Resultado: como a Estilística fica a reboque da Gramática e assume aspecto tão amplo, não saberíamos como iniciar e terminar satisfatoriamente uma análise estilística.

Enfim o princípio da escolha não é pertinente para delimitar os domínios da estilística. Escolas funcionalistas, como a de Halliday se fundam neste princípio e não se pode afirmar que a finalidade destas escolas seja circunscrita ao estilo, mas ao estudo da língua alicerçado nas metafunções.

O ESTILO
COMO CONJUNTO DE CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS

O estilo, assim enfocado, constitui-se elemento da *parole*. Consiste na linguagem pessoal, idiossincrática, por oposição à linguagem de todos.

Algumas indagações, contudo, não nos escapam. Como podemos separar os traços idiossincráticos de um dado estilo dos outros traços presentes no texto? Quais os traços da *parole* contrastivos com os traços da *langue*? Afinal de contas, o sistema não é algo feito, acabado, mero produto:

...é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos abertos e caminhos fechados: pode ser considerado como conjunto de 'imposições', mas também, e talvez melhor, como conjunto de liberdades, pois que admite infinitas realizações e só exige que não se afetem as condições funcionais do instrumento lingüístico: mais que 'imperativa', sua índole é consultiva.

Coseriu afirma o supra-exposto, com o objetivo de rever a dicotomia língua/fala, de Saussure, e propor uma divisão tripartite, mais próxima da realidade lingüística: sistema/norma/falar concreto. Coseriu aponta as insuficiências da dicotomia saussureana e insiste que a *norma* é uma noção pertinente e necessária. Ela é a realização coletiva do sistema, que contém o próprio sistema e, ademais, os elementos funcionalmente não-pertinentes numa comunidade, enquanto a fala, sendo realização individual-concreta da norma, engloba a própria norma e a originalidade expressiva dos falantes. A norma age, pois, como limitadora da liberdade expressiva do falante.

Admitindo, portanto, como válida a proposta coseriana, resta-nos, pois, buscar os rasgos individuais que configurem propriamente *parole* e os que configuram estilo, se não acabamos por sobrepor os dois conceitos retro. Em suma, admitindo então um fato estilístico, convém detectarmos aspectos essenciais que, delimitados, sejam capazes de indicar em que um falante foi original e expressivo.

Coseriu tem razão ao afirmar que o falante é expressivo na medida em que aplica com originalidade o sistema:

Em sua atividade lingüística, o indivíduo conhece ou não conhece a norma e tem maior ou menor consciência do sistema. Ao não conhecer a norma, orienta-se pelo sistema, podendo estar ou não de acordo com a norma (criação analógica); conhecendo-a pode repeti-la dentro de li-

mites mais ou menos modestos de expressividade ou rechaçá-la deliberadamente e ultrapassá-la, aproveitando as possibilidades que o sistema põe à sua disposição. Os grandes criadores de língua como Dante, Quevedo, Cervantes, Gôngora, Shakespeare, Pubskin rompem conscientemente a norma (que é algo como ‘o gosto da época’ na arte) e, sobretudo, realizam no grau mais alto as possibilidades do sistema: não é um paradoxo, nem uma frase feita, dizer que um poeta ‘utilizou todas as possibilidades que a língua lhe oferecia.’ (1979a: 74).

Neste sentido, podemos repetir com Humboldt e Croce que, na realidade, não aprendemos uma língua, mas sim aprendemos a criar numa língua, isto é, aprendemos as normas que guiam a criação numa língua, aprendemos a conhecer as diretrizes, as setas indicadoras do sistema e os elementos que o sistema nos proporciona como moldes para nossa expressão inédita.

Com o supra-asseverado queremos implicar o seguinte: só por mera concessão, falamos numa língua de Dante ou de Camões, porque como usuários privilegiados souberam fazer uso inteligente das possibilidades do sistema. Mesmo admitindo tal concepção de estilo, enfatizamos que, pelo menos virtualmente, *in abstracto*, equivale à noção de fala. Percamos, todavia, a ilusão de ser uma fala cujas premissas não estão contempladas no sistema da língua. Um problema: dentre as realizações individuais, o que selecionar para ser fato estilístico, de modo que não se confunda com fatos gramaticais ou lexicais, simplesmente?

Aqui, à guisa de ilustração, convém nos reportar à obra de Discini (2003), que, baseada na teoria greimasiana do discurso, caracteriza o estilo nos seguintes termos “estilo é recorrência de traços de conteúdo e de expressão, que produz um efeito de sentido de individualidade” (2003:31). A autora própria assume as conseqüências de sua concepção de estilo parametrizada e abalizada em Greimas::a) o estilo é apreensível numa totalidade; b) o estilo é um fato diferencial; c) o efeito de individualidade permite a construção do ator da enunciação; d) o ator da enunciação manifesta-se por um *ethos* (um caráter, que pressupõe um corpo e uma voz); e) o estilo é um modo recorrente de referencialização da enunciação no enunciado; f) o estilo constrói-se sobre outro estilo e, por isso, mostra seu direito e seu avesso.

Como notamos, a base é a Análise do discurso de Greimas, que constitui referência “normal” para aprender este sentido de

individualidade e diferencialidade. Como esta apreensão é possível, é assunto que demanda outro trabalho.

O ESTILO COMO DESVIO

Haveria, segundo esta concepção, um 'estado neutro' da língua, 'enunciados estilisticamente neutros' ou uma espécie de grau zero do estilo. O traço estilístico corresponderia a uma distanciação em relação ao uso 'normal'. Convém, todavia, que façamos alguns devidos reparos.

Em primeiro lugar, é necessário especificarmos bem o que entendemos por norma e desvio, de modo que consigamos superar circularidades na explicitação de um e outro conceito. Em outras palavras: ao conceituarmos desvio, devemos fazê-lo de tal modo que não o identifiquemos a partir de uma norma da mesma maneira que identificamos esta a partir de um desvio. Ambos os conceitos devem ser precisados concreta e operacionalmente.

Por outro lado, não pensemos que o problema estará resolvido ao tomarmos como norma ou referencial a língua como um todo. É impraticável e teoricamente indesejável uma medida que tenha tão largo escopo.

Para resolver o problema, alguns autores apontam o papel das frequências e das análises estatísticas. Haveria, pois, um auxílio interdisciplinar, cabendo ao linguísta indicar ao estatístico que traços devem ser destacados na análise.

Enkvist *et al.* (1974) crêem acertados estes passos, acrescentando apenas que a individualidade de um dado texto deve ser medida, não tomando a língua como um todo, mas a parte dela que guarde conexões significativas com a passagem analisada. Acrescentemos: à análise das frequências deve corresponder uma indispensável análise qualificativa.

Acreditamos que há outra boa maneira de vermos a questão do desvio. E é aqui que nos valem de Riffaterre, que tentou, a nosso ver, com resultados teóricos melhores que os demais, aplicar um método estrutural às pesquisas e análises estilísticas.

Riffaterre refuta a noção de grau zero e de estilo como refor-

ço ou ênfase. Também exclui o conceito de norma associado ao sistema lingüístico total bem como julgamentos do leitor confinados ao impressionismo e ao subjetivismo. Trata-os como um mero sinal para evitar esses riscos. Cria as noções de arquiteitor, a que já aludimos, e anexa-lhe uma noção complementar, a de contexto estilístico, que visa a podar erros provenientes das informações transmitidas pelo arquiteitor.

Como já dissemos, o mestre norte-americano afasta a noção de norma nos moldes a que já nos referimos e substitui pela noção de contexto estilístico, que é ‘um padrão lingüístico rompido por um elemento que é imprevisível e o contraste que resulta dessa interferência e o estímulo lingüístico’, diz ele em seu *Estilística Estrutural* (1973: 56). E a unidade estilística passa a ser definida como *contexto mais processo estilístico*.

Em suma, não obstante a redução inerente a qualquer método e as fragilidades daí decorrentes, a *Estilística Estrutural* de Riffaterre, com seu cunho nitidamente sintagmático, abriu novos rumos à pesquisa estilística, condenada por muito tempo ao subjetivismo, ao domínio da gramática e a conceitos inoperantes de norma e escolha, que abrem perigosamente às análises estilísticas em espaço nebuloso demais.

Cumprê destacar que a noção de fato estilístico em Riffaterre, como desvio em relação a um contexto, não deve nos levar à obsessão de ‘normalizar’ os textos, que provoquem estranhamento no leitor, graças a sua ilegibilidade e opacidade de primeira instância. Esta busca de ‘normalização’ é severamente criticada por Riffaterre (1987), ao criticar Cohen (1974: 105), quando este tentou analisar a anomalia semântica do sintagma *bleus angélus* (ave-marias azuis), em ‘L’azur’ de Mallarmé:

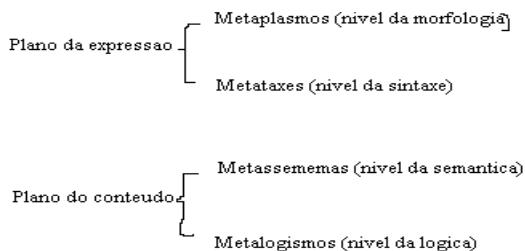
O erro de Cohen foi de ler *bleus angélus* no sentido que estas palavras teriam na língua fora do contexto, enquanto, no poema, o complexo textual basta para substituir a carolice adocicada de *bleus angélus* pela antífrase do sentido comum. A relação semântica está inteiramente dentro do texto. (1987: 27).

Elia (1978:100), apesar de alguns senões apresentados à posição behaviorista de Riffaterre, exalta-lhe a maestria com que conduziu a análise do poema ‘Les Chats’, de Baudelaire, decorrente não só do método mas da sólida formação humanística do *scholar* norte-

americano. 'Nada, portanto, daquela 'necrópsia' a que se referiu Alain Hardy, e muito, muito mesmo, da reclamada análise *in vivo*', afirma a nosso lingüista patricio, na referida página.

Cabe aqui uma breve referência às pesquisas de Dubois et al. (1974), que, redimensionando a antiga retórica, propõem um redimensionamento dos vários tipos de metábole à luz de dados teóricos da lingüística moderna.

Distinguem um plano de expressão de um plano do conteúdo, para o primeiro diferenciando metaplasmos de metataxes e para o segundo, metassememas e metalogismos. Os metaplasmos ocorrem em nível mórfico e as metataxes, em nível sintático. Os metassememas se dão no plano da semântica e os metalogismos, no plano da lógica. São exemplos de metaplasmos: aférese e prótese; de metataxe: anáfora e mesoteleuto; de metassememas: sínedoque e metáfora; de metalogismos: hipérbole, antítese e paradoxo. Eis o esquema da proposta de Dubois e seus co-pesquisadores.



Há, como se pode constatar, outro modo de conceber os desvios. Apesar de embasada em modelos antigos, é louvável o esforço de Dubois no sentido de reorganizá-los e traçar-lhes uma visão coerente. Não pomos, entretanto, furtar-nos a algumas observações.

Primeiro: de nada vale identificarmos os desvios propostos pelo grupo de Liège, se não formos capazes de identificar matizes expressivos de tais desvios e de transcender a pura e simples catalogação. Devemos, portanto, ir além do reconhecimento taxonômico. A título de exemplo, julgamos oportuna a aplicação da proposta de Dubois em Guimarães Rosa em que se depreendem metaplasmos e, em menor grau, metataxes bastante expressivas. Porém, duvidamos

que as metáboles sejam encontradiças em qualquer texto, o que limita, e muito, a proposta de Dubois.

Segundo: que fronteiras teóricas estabelecemos entre metassememas e metalogismos e entre o desvio no nível semântico do daquele no nível lógico? A propósito disto, recorramos a um exemplo de Guimarães Rosa, extraído de Monteiro (1991: 44): ‘Ele não largava o fogo de gelo daquela idéia’. Afirma lucidamente o lingüista cearense: “A expressão fogo de gelo é de análise complexa, uma vez que os termos se antitetizam num sentido, mas, num outro plano, assumem valor metafórico. Assim, como será possível dizer que se trata de um metalogismo ou de um metassemema?”

Dubois (1974: 176) acrescenta que o reconhecimento do metalogismo requer o conhecimento do referente para contradizer a descrição fiel do que se poderia atribuir a ele. Mais um complicador: além de não nos responder satisfatoriamente, Dubois ainda acrescenta condições paradigmáticas, isto é, de conhecimento do mundo para a identificação de um metalogismo e introduz o referente, para contrapor a ‘normalidade’ dele oriunda e nele consagrada, ao que a linguagem funda como absurdo.

No que tange a outros desvios da norma, socorremo-nos destes exemplos excertados de Monteiro (1991: 18), relativos à obra de Clarisse Lispector, *Uma Aprendizagem ou O livro dos prazeres*:

- a) Eu estou apaixonado pelo teu eu. Então nós é.
- b) Eu sou tua e tu és meu, e nós é um.

O “desvio gramatical” tem o propósito estilístico de sinalizar a importância da unidade dos amantes, marcada pelo predicativo do sujeito.

Entretanto os que lidamos com a lingüística sabemos quão difícil é delimitar com precisão o conceito de norma, pois isto implicaria estabelecer e fronteira entre Gramática e Estilística. Parece que o estabelecimento do contexto como norma é uma medida mais tangível e identificável. Se, dentro de um contexto, um recurso satira, ele perde impacto estilístico e informatividade.

O ESTILO
COMO CONJUNTO DE CARACTERÍSTICAS COLETIVAS

O estilo pode ser definido, conforme já vimos, como um desvio de uma norma, mas há quem o defina e o caracterize positivamente em termos de norma. Em certos pontos, valendo-nos das concepções coserianas, podemos admitir que a estilística ballyana é uma estilística da norma, já que não poderia ser do sistema, pois este é um sistema de possibilidades e constitui um fluir contínuo, nunca está feito, está sempre por fazer; traz heranças do passado e já projeta seu futuro.

Enkvist et alii (1974: 41) dizem ser possível, a princípio, com base em traços comuns, indicar pontos de convergência entre os diversos autores. Estes traços levariam em conta aspectos intralingüísticos e extralingüísticos.

O supracitado autor afirma a dificuldade inerente a uma definição de estilo nos termos positivos de uma norma. Tentativas nesse sentido têm contido, com freqüência, em elemento acentuadamente arbitrário, e conduzem facilmente a afirmativas controversas, por exemplo, negando aos sonetos de Milton o privilégio do estilo.

Autor que merece destaque é Bally (1951), que quis imprimir um norte à Estilística, da qual é considerado fundador, as marcas do pensamento saussureano. Bally atribui à Estilística a tarefa de detectar os caracteres afetivos de uma dada língua, a fim de construir o sistema expressivo desta língua. Ele distinguia a possibilidade de existir uma Estilística interna, que enfoca os meios expressivos de um dado sistema lingüístico e uma Estilística Externa, cujo objetivo é comparar diversos sistemas expressivos de várias línguas

A Estilística de Bally é a da *langue*, não da *parole*. Excluía de seu bojo a criação literária, porque esta usaria, ao ver do mesmo Bally, a língua para fins estéticos e com certa irracionalidade. Separava-se assim o estilo da estilística.

Muitos anos já se passaram desde a publicação do *Traité de Stylistique Française*. A nós parece que sua Estilística pode ser compreendida de duas maneiras: como meios de expressão fornecidos por uma língua funcional e pelas variedades de uma dada língua: regionalismos, arcaísmos, gírias, em que se inserem as *palavras evocativas*. Por certo viés, a Estilística de Bally é Sociolingüística.

Restam, no entanto, algumas indagações a fazer.

Primeiro: como delimitar no sistema total da língua os fatos expressivos? Ou não é possível fazê-lo? Receamos a proliferação de minúcias, que pode levar a uma ‘semiose’ ilimitada dos meios expressivos, sem um fio condutor. Há numerosos fatos expressivos no vocabulário, na sintaxe, na morfologia e na fonologia de um dado idioma. O campo é vasto. Pela ausência de um fio condutor, já que a Estilística ballyana se define por negação, como complemento da lingüística saussureana, os riscos de detalhismos são grandes. Consulte-se a obra de Monteiro (1991), capítulos 3 e 7, e verificar-se-á a imprecisão nas fronteiras entre sintaxe e estilística, semântica e estilística. Examine-se também a obra de Martins (1989), especialmente o capítulo referente à estilística sintática, para constatar-se que muitos fenômenos aludidos, como a elipse, não têm nada de estilístico.

Segundo: como proceder à necessária depuração dos fatos de modo que possamos separar um grau zero ou caráter representativo da língua de aspectos expressivos?

Terceiro: há meios expressivos, que evocam a origem de uma palavra ou meio social ou regional a que elas pertencem (arcaísmos, regionalismos, gírias). Sem o devido cuidado, podemos estar fazendo sociolingüística em vez de estilística.

Às três críticas acima, acrescentemos uma quarta, de Coseriu:

Esta pretensão constitui o equívoco fundamental da concepção lingüística de Bally: a expressividade de uma forma é medida em relação a uma finalidade expressiva concreta, e não há razão para afirmar que o modo lingüístico que expressa adequadamente indiferença ou segurança seja ‘menos expressivo’ que outro, que expressa – também de maneira adequada – desejo, temor, insegurança etc. É o mesmo vício original da chamada ‘estilística da língua’ que inutilmente tenta delimitar seu objeto, em relação ao objeto da gramática, no plano da língua abstrata. Não existe um domínio ‘estilístico’ (ou ‘expressivo’) no ‘âmbito da língua’: do ponto de vista ‘expressivo’ todos os modos lingüísticos têm ‘valor expressivo’; e do ponto de vista erroneamente chamado ‘lógico’, todos têm ‘valor lógico’. A Crítica da razão pura e a Fenomenologia do Espírito são também obras literariamente realizadas porque a sua forma de expressão corresponde, mesmo em sentido ‘subjetivo’, a sua finalidade expressiva, e não seriam se apresentassem, por exemplo, o estilo do romance policial. Em troca, uma história de filosofia, como a de B. Russell, incomoda – entre outras coisas mais graves – também pelo seu estilo conservador e periodístico. (1979b: 145).

Há autores que pendem, entre nós, para a Estilística no sentido que Bally lhe deu, como ciência dos meios expressivos de uma língua. Um deles é Câmara Jr. (1978). Mas Câmara se afasta enormemente do discípulo de Saussure, ao adotar em sua tríplice divisão da Estilística: Fônica, Léxica e Sintática, exemplos literários.

À página 25 de sua obra, Câmara afirma:

Apenas cabe ressaltar que num poeta, da mesma sorte que em Platão ou Confúcio no âmbito da linguagem representativa, os traços mais típicos e mais nítidos, pois os processos estilísticos se acham a serviço de uma psique mais rica e especialmente educada para os objetivos de exteriorizar-se.

Às páginas 12-13, admite a possibilidade de cada personalidade trabalhar as línguas, de modo que daí resulte sistematização individual. O estilo seria, pois, resultante da sistematização individual das possibilidades do esquema lingüístico. Por que, pois, ‘a conceituação nos moldes de Bally é que vai ao cerne do assunto?’ (1978: 22).

Macambira (1987), estudando apenas a Fonoestilística se vale das sugestões do Círculo de Praga ao abordar os sons da língua sob os aspectos acústicos expressivos. Vale-se parcialmente das propostas de Bally, ao admitir a possibilidade de uma Estilística (da língua), mas dele se afasta ao introduzir uma grande parte de exemplos literários. Reconhece uma Estilística Ética ao lado de uma Estilística Etoêmica.

Nós particularmente reconhecemos o grande risco de análises impressionistas e bem pouco científicas nas abordagens estilísticas, como a de Macambira. Vejam-se os exemplos que ele oferece como portadores de exclusividade. Em *Fortaleza, linguarudo*, a inserção de *-al* e *-ar* entre *-eza* e *-udo* respectivamente encompridariam os vocábulos retro, realçando-lhes o sentido. Perguntamo-nos se tal explicação cobriria formações como *neutralidade*, *neutralizar*, *internalizar*, em vez das esperadas **neutridade*, **neutrizar* e **internizar*.

Trabalhos recentes na área de gêneros textuais ou de outras perspectivas fundadas no texto sinalizam abordagens “normais”. O risco é a dissolução total da Estilística na Lingüística Transfrástica e a ausência de qualquer objeto para a Estilística, vez que terá perdido seu objeto por confundi-lo com outra área do saber humanístico.

O ESTILO COMO RELAÇÕES
ENTRE ENTIDADES LINGÜÍSTICAS FORMULÁVEIS
EM TERMOS DE TEXTOS
MAIS EXTENSOS QUE A SENTENÇA

Archibald Hill, tomando em consideração a distinção feita entre a microlingüística (que vai do fonema à sentença) e a macrolingüística ou lingüística transfrástica (que transcende o nível da sentença), estabelece que a Estilística trata de todas as relações entre as entidades lingüísticas que sejam exprimíveis ou que possam ser exprimidas em termos de amplitudes maiores do que as que se enquadram dentro dos limites da sentença. No parágrafo seguinte, acrescenta: 'o estilo de um texto é o conjunto de probabilidades contextuais dos seus itens lingüísticos' (*apud* ENKVIST *et alii*, 1974: 42).

A definição supra concilia a concepção do estilo como escolha com a análise estilística, que enfoca o estudo de freqüências e probabilidades. Cabem, contudo, algumas ressalvas.

Primeiro, mesmo na análise fonológica, alguns contrastes podem incluir unidades superiores à sentença. Mas devem ser classificados de estilísticos?

Segundo, casos de concordância ou seleção entre sentenças têm alcance transfrástico. Contudo, são fatos de área gramatical e não de área estilística.

Por fim, há casos de estilo enunciáveis nos limites da sentença.

A Estatística pode ser auxiliar em investigação estilística, mas nunca um fim em si mesma, pois precisa ser mediada por uma análise de cunho qualitativo. Se se restringir apenas ao comentário de normalidade e desvios puramente quantitativos, descaracteriza por inteiro o fenômeno estilístico.

CONCLUSÃO

O fato de se constituir de múltiplos olhares não invalida o papel da Estilística como ciência humanística. Afinal, as disciplinas tradicionais também se imbuem deste variegado olhar, como a Sin-

taxe, que pode ser encarada por um viés estruturalista ou gerativista. A Fonologia é também muito ilustrativa: existe a Fonêmica e, dentro dela a versão europeia e a versão americana.

Todavia inerente à identificação e caracterização do objeto surge o problema do rigor na apreensão do objeto, o que não exclui em absoluto a interdisciplinaridade. Esta não implica que a Estilística pode deixar seu campo perigosamente em aberto para não propiciar conceitos vagos, impressionismos, subjetivismos, análises que se podem alongar indefinidamente, sem um princípio, um fim ou um fio condutor ao talante do analista, bem menos pelo método que pelo talento do investigador, como as propiciadas pelo enfoque spitzeriano.

Outro aspecto que deve ficar claro é que os fatores escolhidos não são estanques, podem interpenetrar-se. Assim o fator *adição* pode vincular-se ao desvio, da norma ou do contexto, bem com à própria norma. A escolha pode ser “normal” ou desviativa.

Podemos acolher como gerais as noções de *norma*, *desvio* quer *de norma* quer *de contexto*, com a condição de que se miremos nos aspectos expressivo-conativos e poéticos (no sentido jacobsoniano). A Estilística ballyana é da norma e se funda na apreensão de parte das possibilidades oferecidas pelo sistema da língua. A Estilística de Riffaterre é do desvio, de natureza contextual. Assim, num texto repleto de superlativos, o expressivo é a aparição de adjetivos no grau normal. Cuidado se impõe ao assumir a noção de norma, pois, levadas às últimas conseqüências, pode nos levar ao estudo dos gêneros textuais e da Linguística de texto. Ao nosso ver, se uma investigação estilística chegar a buscar propriedades dos gêneros, seu objeto fica descaracterizado, e por inteiro, a não ser que se busque identificar aquelas salientes de natureza expressivo-conativa e/ou poética.

Nosso trabalho, sendo de natureza panorâmica, não permitiu uma maior verticalização de cada um dos enfoques citados, o que pode constituir objeto de outro trabalho. Nem permitiu entrever sequer enfoques discursivos. Mas, como asseverado, nosso objetivo é apenas focar vieses estilísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. Paris: Klincksieck, 1951.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- COHEN, Jean. *Estrutura da linguagem poética*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- COSERIU, Eugênio. *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1979a.
- . *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1979b.
- DISCINI, Norma. *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto, 2003.
- DUBOIS, Jean et alii. *Retórica geral*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1974.
- ELIA, Silvio. *Orientações da lingüística moderna*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- ENKVIST, Nilis Erik et alii. *Lingüística e estilo*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1974.
- LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. Coimbra: Coimbra Ed., 1977.
- MACAMBIRA, José Rebouças. *Fonologia do português*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1987.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística*. São Paulo: EDUSP, 1989.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- MONTEIRO, José Lemos. *Fundamentos da estilística*. São Paulo: Ática, 1991.
- RIFFATERRE, Michael. *Estilística estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- . *A produção do texto*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- TAVARES, Hênio. *Teoria literária*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

**O TEXTO AUTOBIOGRÁFICO
DE DR. REMÉDIOS MONTEIRO
E AS VARIAÇÕES ORTOGRÁFICAS DO SÉCULO XIX**

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

RESUMO

A ortografia da língua portuguesa, ao longo de sua evolução, passou por diversas fases. Os textos escritos no Brasil do século XIX trazem exemplos dessas fases. Este trabalho tem por objetivo analisar as variações grafemáticas contidas no Diário de Dr. Remédios Monteiro, documento pertencente ao acervo de Monsenhor Galvão, sob a guarda do Museu Casa do Sertão, órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia.

Palavras-chave: Ortografia, Língua Portuguesa, Escritura Autobiográfica, Variações Grafemáticas.

INTRODUÇÃO

A escrita é a contrapartida gráfica do discurso, é a fixação da linguagem falada numa forma permanente ou semipermanente. Por meio da escrita, a linguagem pode transcender as condições ordinárias de tempo e lugar. Para Bottéro, “(...) a mensagem escrita tem a condição de dar impulso a uma série de ondas concêntricas de reflexão, ampliadas e aprofundadas sucessivamente” (1996: 22).

A escrita é ao mesmo tempo das coisas mais universais e mais inapreensíveis. Sem a escrita, a cultura, definida como uma “inteligência transmissível”, não existiria (talvez existisse de forma rudimentar que mal se poderia reconhecer). A lei, a religião, o comércio, a poesia, a filosofia e a história – todas as atividades que dependem de certo grau de permanência e de transmissão – seriam, se não impossíveis, bastante restritas. Mesmo tendo-se ampliado as possibilidades de transmissão oral há um ou dois séculos atrás, esta ainda está circunscrita a estreitos limites se comparada com os mundos abertos pelo uso da escrita.

A ORTOGRAFIA PORTUGUESA

A ortografia portuguesa nunca foi uniforme. Contudo, com o uso da escrita ampliado, houve a necessidade de se fixar a ortografia,

que significa, em sua origem grega, “escrita correta”.

Os primeiros textos escritos em português trazem uma grafia muito próxima da oralidade, pois havia uma preocupação em se representar graficamente os sons da fala. Para Coutinho (1976, p. 71): “Nos primeiros tempos, quando o pseudo-etimologismo não havia ainda empolgado os espíritos, observa-se nela uma grande tendência fonética”. No entanto, a representação fonética nunca foi satisfatória porque o som /i/ podia ser representado pelos grafemas <i>, <y> ou <h>; a nasalidade pelos grafemas <m> ou <n> ou pelo diacrítico <~> (til). Em contrapartida, algumas grafias tornaram-se antiquadas em relação ao que se pronunciava, como em *leer* e *teer* (ler e ter, respectivamente).

No Renascimento, com a busca de se conhecer os escritores clássicos greco-latinos e, por conseguinte, a língua latina, começam a surgir as primeiras complicações de ordem gráfica. Deste modo, aparecem grafias como *fecto* (feito), *regno* (reino), *fructo* (fruto). Segundo Coutinho (1976: 71): “As palavras sofrem, a partir de então, a influência etimológica, apresentando uma indumentária mais rica de letras, em flagrante contraste com a primitiva simplicidade”. O resultado dessa influência foi o surgimento de inúmeras consoantes duplas e de grupos como *ph*, *ch*, *th*, *rh* (não utilizados anteriormente).

Com a normalização da vida do reino e a lenta constituição de uma literatura, a palavra escrita vem cobrar foros de cidadania e torna-se, ela própria, objecto de clivagens sócio-culturais, especialmente a partir do Renascimento, momento em que a escrita se vai aproximar mais da matriz latina. (GONÇALVES, 1992: 17-18)

As ortografias fonética e pseudo-etimológica vão durar até 1904, ano em que Gonçalves Viana publica *Ortografia Nacional*, trabalho que serviu de base a todas as reformas ortográficas com tendência simplificadora.

Os estudiosos das questões ortográficas da língua portuguesa concordam em um ponto: sobre a periodização da ortografia. Foram estabelecidos três períodos: 1. período fonético – dos primeiros textos até o século XVI, em que se observa certa flutuação na grafia das palavras mas, com a fonética transparecendo a todo momento, ou seja, a língua era escrita para o ouvido; 2. período etimológico ou pseudo-etimológico – do século XVI até 1904, caracterizado pelo emprego de consoantes geminadas e insonoras, de grupos consonan-

tais impróprios, de letras como o *y*, *k* e *w*; 3. período das reformas ortográficas – de 1904 aos dias atuais, havendo dois sistemas simplificados: o português e o luso-brasileiro.

O PORTUGUÊS ESCRITO NO SÉCULO XIX

No século XIX, tanto no Brasil quanto em Portugal, a literatura de língua portuguesa apresenta um enriquecimento, em que se destaca a prosa de ficção: romance, novela, conto. De acordo com Martins (1988: 8): “Esse enriquecimento [...], em confronto com os séculos XVII e XVIII, está relacionado a todo um complexo movimento histórico-cultural, observado em numerosos países”.

No século XIX acentuam-se as diferenças entre o português europeu e o português brasileiro, sendo significativas algumas obras da literatura brasileira oitocentista. Em se tratando de língua, essas obras são pouco estudadas. Contudo, os escritores brasileiros do século XIX recebiam uma educação essencialmente humanista, na qual a retórica, a gramática, a literatura e as línguas tinham uma destacada importância. Sendo assim, o português ensinado nas escolas estava distante da língua falada pelo povo. Neste período, também, há um aumento significativo no número de gramáticas.

Em relação à ortografia, até o século XIX, buscava-se a grafia mais complicada. Em 1734, em Portugal, João de Morais Madureira Feijó publicou *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza*.

Na *Orthographia* de Madureira Feijó, aqueles dois princípios ou critérios ortográficos – a pronúncia e o uso – têm um papel menos proeminente do que o critério etimológico. Este é, por seu turno, o critério vinculador da ortografia à matriz, ao estabelecer um elo entre as formas gráficas portuguesas e as correspondentes latinas ou grego-latinas. É o que sucede na *Orthographia*, onde a forma gráfica é a marca do *laço genético*. (GONÇALVES, 1992: 56)

Escritores portugueses, como Almeida Garrett, defendiam a simplificação ortográfica desde o início do século XIX, pois criticavam a ausência de norma. Durante todo o século XIX começou-se a entender a falta de justificativa de muitas grafias usadas então. No final do século a desordem ortográfica era tamanha que cada um escrevia como melhor lhe conviesse.

O DOCUMENTO DO SÉCULO XIX:
O DIÁRIO DE DR. REMÉDIOS MONTEIRO

O diário do Doutor Remédios Monteiro foi escrito no seguinte suporte: Caderno pautado tipo escolar, em bom estado de conservação, medindo 220 mm X 170 mm, com 67 (sessenta e sete) folhas, 55 escritas só no recto; 2, só no verso e 10, recto e verso. Algumas folhas apresentam numeração. Com exceção da última folha, todas as demais, no recto, trazem a marca do carimbo de Arlindo da Silva Pitombo, que também as assina.

Dr. Remédios Monteiro escreveu seu diário com o objetivo de deixá-lo para sua única filha, D. Elvira Monteiro, o que pode ser comprovado na seguinte passagem:

[...] É o padrinho de baptismo de minha filha. Como escrevo / estas recordações para minha filha, / desejo que ella ame, estime e res/peite o bom parente que me soc/correu com a sua bolsa, me gui/ou com seus conselhos e comple/tou minha educação scientifica.» (*Diário*, f. 14r, l. 22 e 23 ; f. 15r, l. 1-6).

Não há indicação do período em que começou a escrevê-lo, pois ele não o datou.

O caderno que contém o diário do Doutor Remédios Monteiro encontra-se hoje no acervo da Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão, sediada no Museu Casa do Sertão, órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Este documento é uma fonte rica de informações da segunda metade do século XIX, oferecendo diversas possibilidades de estudo em várias áreas, sejam elas a História, a Filologia, a Literatura, a Medicina etc.

DR. REMÉDIOS MONTEIRO: O HOMEM

O Dr. Joaquim dos Remédios Monteiro nasceu a bordo do navio “Nossa Senhora do Socorro”, em 16 de novembro de 1827, no trajeto entre Goa e Brasil. Filho do Sr. Joaquim Eleutério Monteiro e da Sr.^a Maria Thereza Monteiro, tendo ele nascido em Loutulim de Salcete, na Índia portuguesa, e ela em Bombaim, na Índia inglesa. Porém, não traziam sangue europeu nas veias, sendo ambos de origem brâmane. Casaram-se em 1826.

Em 1851 forma-se o Dr. Remédios Monteiro pela Faculdade

de Medicina do Rio de Janeiro. Para obter o grau de doutor, dissertou sobre o seguinte ponto: “*Digitalis purpurea; sua acção physiologica e therapeutica*”², sorteado pela própria faculdade, pois não era dado o direito ao aluno de escolher o tema da dissertação.

Em 1875 o Dr. Remédios Monteiro vai para Salvador. Com a saúde muito debilitada, presta valorosos serviços à Gazeta Médica da Bahia, sendo seu redator a partir de 1876. Publica vários artigos: *Transusão do sangue, Vacina, Apontamentos para a história natural do cordão do frade, Ensino médico, Pasteur e suas doutrinas, Caso de soluço curado pelo jaborandi, A Feira de Santana como sanatório de tuberculose pulmonar*, dentre outros.

Na cidade de Feira de Santana, onde foi presidente da Câmara Municipal, o Dr. Remédios trabalhou muito pela higiene pública: promoveu o asseio e o calçamento das ruas, abriu praças, recebendo uma delas o seu nome, construiu um novo matadouro público.

Em 4 de julho de 1901 faleceu Dr. Remédios Monteiro, deixando saudades àqueles que sempre o respeitaram e o admiraram.

AS VARIAÇÕES GRAFEMÁTICAS NA ESCRITURA AUTOBIOGRÁFICA DE DR. REMÉDIOS MONTEIRO

Índices grafo-fonéticos	Variações etimologizantes	Variações gráficas livres
evoluio	Jacy	vizivelmente
paē	annos	evoluio
sociaes	elle	amisade
si	occupava	Pariz
doe	sciencias	francez
sobresair	escriptos	civilização
possuio	soffrimentos	sobresair
mortaes	hemophthyses	possuio
similhantes	soffrer	goso
cousa	Agnello	similhantes
deminuição	summamente	socego
sorpreendeu-me	arithemetica	emfim
taes	actualidade	suppuz
dous	Adolpho	riquesas
diminue	Victorio	oppuzesse

² Respeitou-se, nesse caso, a grafia da época.

empensadamente felecidades permettido arithmetica Quasi rilações	affectuosos pharmacia philosophia methodicamente licções homeopathia christã activo succedesse physicos luctas affectos ahi facto sup pp uz opp pp ezesse baptismo permettido lettras	maldice Quasi
---	---	------------------

OSCILAÇÕES GRÁFICAS NO TEXTO DE DR. REMÉDIOS

Variações gráficas livres
amisade / amizade pae / pai luctas / lutei Resende / Rezende goso / gozava si / se annos / anos

ÍNDICE DAS VARIAÇÕES

Índices grafo-fonéticos	Variações etimologizantes	Variações gráficas livres
1. Variação no uso dos fonemas /e/ e /i/; 2. Variação no uso dos fonemas /o/ e /i/; 3. Variação no uso dos fonemas /o/ e /u/; 4. Fonema /s/ representado, na posição intervocálica, pelos grafemas <s> ou <c>	1. Consoantes geminadas: ll / nn / pp / tt / cc / ff / mm; 2. Grupos consonânticos impróprios: ct / pt / ph / cc / cç / ch / th / sc; 3. Uso do grafema <h> formando hiato	1. Grafemas <s> e <z> representando fonema /z/; 2. Oscilação no uso do grupo consonântico impróprio -ct- em oposição ao grafema simples -t-; 3. Uso do grafema <s>, em posição intervocálica, representando o fonema /s/

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES

Observando-se os exemplos colhidos da escritura autobiográfica de Dr. Remédios Monteiro, percebe-se que a ocorrência maior das variações grafemáticas encontra-se na coluna das variações etimologizantes. Esse resultado, bastante significativo, ocorre em virtude do grau de instrução e da formação intelectual de Dr. Remédios, refletindo o conservadorismo da língua presente em sua ortografia. Esses casos de variações etimologizantes confirmam o padrão que predominou na ortografia portuguesa até o início do século XX. No entanto, nota-se também que já há alguma variação motivada pela interferência da oralidade, em exemplos como: *similhantes, felecidades, diminuição, surpreendeu-me* etc.

Quanto à confusão estabelecida em relação às regras ortográficas, temos os exemplos que constam da coluna “variações gráficas livres”, com os exemplos: *Pariz, amisade, socego, riquesas, sobresa-ir* etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tipo de documento analisado aqui, uma escritura autobiográfica, de uma pessoa com nível de instrução superior, mesmo tendo sido escrito de maneira informal, apresenta aspectos grafemáticos que apontam para uma predominância da ortografia pseudo-etimológica. Embora Dr. Remédios tenha apresentado alguns exemplos de uma leve interferência da oralidade e de certa frouxidão quanto ao que se podia variar, seu padrão ortográfico está em conformidade com as normas oitocentistas.

Buscou-se neste trabalho mostrar que, através da escrita, todo tipo de mudança pode ser observado. Em se tratando de ortografia da língua portuguesa, há ainda muito caminho a ser percorrido e muita coisa a ser estudada, a fim de se analisar a história do português em solo brasileiro.

O pequeno *corpus* apresentado aqui não esgotou todo o texto de Dr. Remédios, que tem muitos mais exemplos do predomínio da grafia pseudo-etimologizante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A Escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2003.

BASTOS, Neusa Barbosa ; PALMA, Dieli Vesaro (Org.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. São Paulo: IP/PUC; Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves; LIMA, Círia da Silva. Aspectos grafemáticos e culturais em manuscritos do século XIX: critérios para a construção de *corpora* contrastivos do português. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: Cifefil, ano 9, n. 25, 2003.

BOTTÉRO, Jean et al. *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Ática, 1996.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

GONÇALVES, Maria Filomena. *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII: para uma história da ortografia portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

LEÃO, Duarte Nunes do. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983. Introdução, notas e leitura por Maria Leonor Carvalhão Buescu.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: INCM, 2000.

MARTINS, Nilce Sant' Anna. *História da língua portuguesa: V. Século XIX*. São Paulo: Ática, 1988.

TELLES, Célia Marques. Relação grafemático-fonética em textos não literários do século XVI. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, n. 12, p. 37-64, jan./jun. 2002.

OS ESTRANGEIRISMOS
E AS FRONTEIRAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Amós Coêlho da Silva (UGF e UERJ)

RESUMO

Este artigo abordará sobre estrangeirismos, partindo de critérios de abordagem fundamentados em princípios lingüísticos, a fim de elucidar equívocos como os registrados na polémica contra José de Alencar, o horror aos galicismos, a questão do certo e do errado e a posição lingüística de Monteiro Lobato. Concluiremos que os empréstimos são o suprimento de uma lacuna cultural no contato entre dois povos.

Palavras-chave: *langue / parole*; diacronia; empréstimos latinos.

BREVE INTRÓITO

Eugênio Coseriu retomou a dicotomia saussuriana *langue* e *parole* (*língua e discurso*) e a recompôs na categoria tripartite de *sistema*, *norma* e *fala*. Por *sistema* interpretou a parte abstrata da língua, ou seja, a rede de oposições funcionais e possíveis - se concretizadas no seio social, passam a situação de *norma*. A *norma* é, pois, a realização coletiva do sistema. A *língua* de Saussure passou a ser duplicada, enquanto o *discurso* (*parole*) de Saussure continuou a viver em *fala* na abordagem de Coseriu.

Ora, ilustre-se com o processo de sufixação na língua portuguesa que o *sistema* é um eixo de possibilidades, e a *norma*, uma imposição ao indivíduo. Desse modo, temos *-ismo* alternando das substantivações para *-ista* nas adjetivações (budismo / budista; mas apenas cristianismo) e assim outros. Portanto, podemos dizer que *-ismo* / *-ista* é um fato do *sistema*, mas nem sempre fixado na *norma*.

O verbo latino *premo*, *premis*, *premere*, *pressi*, *pressum*: *apertar* deu em português dois radicais: *-prim-/-press-* e não admite formar o verbo simples (não há *premir*), aceita a formação com o sufixo *-ão* (*pressão*), mas rejeita o sufixo *-ivo* (não há *pressivo*) e nem compõe com o sufixo *-or* (não há *pressor*); existe composição com os prefixos *re-*; *de-*; *in-/im-* (*reprimir*, *repressão*, *repressivo*, *repressor*; *deprimir*, *depressão*; *depressivo*, *depressor*; *imprimir*, *impressão*, *impressivo*, *impressor*), porém não compõe com o prefixo *pro-*, que apresenta excelente rendimento nas composições de outros radi-

cais (*progredir, produzir, profanar etc.*) Isso quer dizer que há pauta de elementos inscritos no *sistema*, mas ausentes na *norma*.

Não é raro, encontrarmos posições radicais de professores e gramáticos que tomam atitudes extremas, incluindo a de reprovações em curso escolares e em concursos públicos. Tomando como saber lingüístico do *sistema*, por exemplo, a pergunta do gênero gramatical de *cal*, a da pronúncia de *colmeia*, ou a do plural de substantivo em –*ão* (*tabelião, aldeão, ancião*)... Quando tais dúvidas se resolvem com consulta ao dicionário para aqueles que raramente usam tais palavras. Se faz parte de um uso constante, quando há cuidado com a língua portuguesa, este mesmo uso não permitirá dúvidas.

Cabem observações sobre os fatos da *norma*. O fato de alguns dentro da coletividade distorcerem formas de palavras e expressões lingüísticas está muito ligado ao meio social. Se um indivíduo quer ascender socialmente, ele procurará superar suas limitações lingüísticas como primeira reação e atitude particular para não ser motivo de zombaria. Estamos diante de situações socioculturais.

PURISMO OU NACIONALISMO EQUIVOCADO

A sociolingüística estuda a linguagem no seio da sociedade e pode considerar como seu objeto os dados sociais da situação do emissor (origem étnica, profissão, nível de vida, idade, dentre outros circunstâncias sociais)

Cuidaremos aqui dos estrangeirismos que são empréstimos vocabulares ao português. Mas há em português, como em qualquer outro idioma, a partir de contatos com outros povos, possibilidade de incluirmos lingüisticamente múltiplos traços gramaticais peculiares a outros idiomas.

Celso Cunha conta o caso de um fazendeiro que viera ao Rio e, ao escrever para a família, resolveu contar um episódio que viu num circo. No meio da carta, veio a dúvida: “Eu gostei mesmo foi dos dois *anões*”. Ou seria “*anãos*”? Embora estivesse com as duas formas corretas na memória e a primeira de que se lembrou era apenas a mais usada, depois de alguns momentos de hesitação, terminou por redigir “Mas eu gostei mesmo foi de um *anão* e de outro *anão*”. (CUNHA, 1976: 68)

A visão míope de Pinheiro Chagas e António Feliciano de Castilho criticou José de Alencar pelos brasileirismos. E, por exemplo, seu nome (António) estaria grafado errado no Brasil, ele julgava errado em Portugal o que em Alencar era estilo: os tupinismos. Hoje quantos se chamam Iracema, Moacir, Caubi etc. Pinheiro Chagas e Castilho passaram e, se algum lingüista resolvesse abordar o problema à luz da nova visão da Lingüística, iria ressaltar o equívoco destes portugueses que defenderam um falso nacionalismo lingüístico.

Celso Cunha nos relata que um estudioso Dr. Castro Lopes (CUNHA, 1976: 34) ao repudiar galicismos e anglicismos, sugeriu formações latinas, substitutas de estrangeirismos, *considerados “vícios de raça”* (Idem, p. 34). São os seguintes exemplos: em vez de *reclame* diga-se *preconício*; não diga *meeting*, diga *concião*; ao invés de *turista*, fale *ludâmbulo*; *premagem* é melhor do que *massagem*; *venaplauso*, e não *claque*... O que o Dr. Castro Lopes não enxergou é que o estrangeirismo veio preencher uma lacuna no cotidiano da língua portuguesa.

É interessante lermos o comentário (MELO, 1975: 19) sobre um artigo de Monteiro Lobato na Revista D. Casmurro em 30 de junho de 1938. E destaca desta revista: Assim como o português saiu do latim, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua-mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corromper ao que os biólogos chamam evoluir.

A afirmação de Lobato parte do biologismo e evolucionismo lingüístico, o que é um método superado. Tem razão Celso Cunha quando afirma que *todos os métodos trouxeram a sua contribuição...* (CUNHA, 1976: 47) Mas o problema, ele continua, mais ou menos assim, são os posicionamentos humanos. Modernamente, tais termos (evolução, família de línguas...) continuam sendo empregados nos estudos históricos da língua portuguesa, apesar das restrições, por terem surgido num período cuja moda era generalizar valor científico unicamente a partir do modelo teórico de ciências como a Física, Química e outras, porque se estruturavam com o auxílio do cálculo matemático e o seu objeto de estudo era mais concreto.

ESTRUTURA HISTÓRICA DO PORTUGUÊS

Diacronicamente, faz parte de nosso repertório fonológico: *a laringeal /x/ feita f, como em - 'al.xajjât' > alfaite, ou a labiovelar germânica /we/ feita /g/, como em - 'werra' > guerra* (CÂMARA JR., [s/d.]: EMPRÉSTIMOS). Os empréstimos de estrutura gramatical ou flexionismo são raros *e também não se encontra em português (idem, ibidem)*. Mas há afixos derivacionais, como o sufixo *-agem* (garagem) do francês, *-ardo* (felizardo) do germânico e abundantemente do grego prefixos e sufixos, primeiramente em latim e, em seguida, no português, *como nas demais línguas da Europa moderna (idem, ibidem)*.

Já o disse Luís Vaz de Camões: “E na língua, na qual, quando imagina, / Com pouca corrupção, crê que é a latina” (*Os Lusíadas* I, 33). Camões é um divisor de água e, após ele, temos o Português Moderno. A língua portuguesa pertence a uma família de outras dez línguas neolatinas ou novilatinas. Mas será que só temos palavras do latim em português? A resposta é não.

O próprio latim, que é do grupo indo-europeu, tronco lingüístico comum ao grego, sânscrito e às línguas germânicas e, conforme múltiplos fatos históricos, não se manteve imune da influência dos outros, principalmente do seu apenas vizinho etrusco e do seu parente mais próximo, que é o grego, que, apesar de capturado militarmente, introduziu no Lácio agreste as artes, como diz Horácio, I a.C., na *Epístolas* II, 1,156: *Graecia capta ferum victorem cepit et artes / Intulit agresti Latio*.

A formação de um vocabulário dispersivo, como temos insitado acima, é comum a qualquer idioma. Assim, o inglês, desfrutando atualmente de raro prestígio, assimilou do latim mais cinquenta por cento de seu vocabulário, mas não perdeu a sua estrutura lingüística de base germânica. Diante de outros fatos históricos, o português, como demonstraremos adiante, também assimilou vocabulário germânico, árabe... e, nas Grandes Navegações, por ocasião de muitos contatos, acumulou africanismos, asianismos, tupinismos e, mais recentemente, galicismos, anglicismos, castelhanismos, italianismos e germanismos.

O nosso vocabulário se compõe historicamente do seguinte modo:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

-do substrato ou da România Ibérica, onde se deu a formação do português, espanhol e catalão. O substrato ibérico é composto de palavras nativas ou pré-românicas ibéricas, como baía, barro e esquerdo; mesclado de palavras célticas, como gato, cerveja;

com palavras gregas, como esmeril, guitarra, galé e ainda com palavras fenícias, como mata, malha etc.

-de um elemento latino ao português: por crase: *nudu* > **nuu** > **nu**, *pede* > **pee** > **pé**, por desnasalização do *n* intervocálico: *rana* > *rãa* ..., *bonu* > *bõ...*, por queda da sonora intervocálica: *radiu* > ***radio** > raio; *mediu* > ***medyo** > ***medo** > **meo** > meio; por sonorização da surda intervocálica: *vita* > **vida**; por assimilação: **adversu** > **avesso**, **persicu** > **pêssego**; por vocalização: *octu* > oito, *nocte* > *noite*; por vocalização do grupo *lt*: *alteru* > ***autro** > **outro**, **multu** > **muíto**; etc.

-de um superstrato da România, como o fato de os germânicos realizarem as invasões bárbaras (séc.V d.C.), vencerem o seu antigo opressor, os romanos, mas terminarem por abrir mão do seu idioma e adotar o latim. Porém, marcaram a sua presença com germanismos, como os nomes dos pontos cardeais. O elemento árabe, outro dominador da Península Ibérica, se fez presente a partir do século VIII e desses arabismos provemos o nosso dicionário português. São exemplos: algodão, alface, alfazema, álcool, alfafa, alcachofra, alicate, alicate, alfaiate, álcool etc.

Dessa constante tendência nas mudanças das formas das palavras latinas, como a desnasalização em *sinu* > *senu* > *seo* > *seio*; *arena* > *area* > *areia*; *frenu* > *freo* > *freio*; a crase em *lana* > *lãa* > *lã*, *pede* > *pee* > *pé*, *nudu* > *nuu* > *nu*, *videre* > *veer* > *ver*, *sede* > *see* > *sé*; a queda das sonoras intervocálicas em *gradu* > *grau*, *nodu* > *noo* > *nó*, e da adaptação de elementos germânicos e arábicos na língua portuguesa, temos a formação do *gênio português*, que explicaremos adiante.

Desde a influência positivista do século XIX, se passou a denominar essas mudanças de *evolução* e as suas causas seriam provenientes de *leis fonéticas*, por conta daquele momento histórico abordado acima: tirar princípios científicos das ciências (a Física e a Química) que identificam seus fundamentos de modo absoluto (mas que sofreram nova dimensão de investigação desde a teoria da relati-

vidade de Albert Einstein, morreu em 1955). E há de se observar que existe uma *tendência fonética* ou *correspondência fonética* entre *la-cu* > *lago*, pela regularidade das ocorrências fonéticas.

Se não tivesse acontecido a intervenção de escritores, principalmente em relação àqueles que tinham consciência da filiação latina do português, não teríamos um vocabulário tão rico nos nossos dias – além do que isso testemunha a importância da escrita para os povos civilizados em relação à língua oral, já que no processo histórico de evolução do latim para o português só no restariam aqueles étimos do caso lexicogênico, como inteiro, trevas, cadeira.

De quantas palavras se formam o Latim Vulgar? Não temos esse dado? Mas não é um inventário extenso e não deve ultrapassar a mil palavras, enquanto um dicionário moderno conta com cem mil no Antenor Nascentes e quase trezentas mil no Antônio Houaiss. Ora, se a comunicação se realizou em Latim Vulgar, mais tarde Português Arcaico, em torno deste reduzidíssimo número de palavras (hipótese de mil), então as lacunas eram largas e obrigaram, conforme os princípios da *norma* de Eugênio Coseriu, aos falantes a buscar recursos em vários vizinhos, chegando mesmo a recorrer ao próprio Latim Clássico.

Portanto, não reaproveitaríamos o termo íntegro, como primitiva de integralizar, desintegrar, integrante etc.; assim, desconheceríamos tenebroso, tenebrião etc.; bem como, não disporíamos de cate-drático, cátedra etc. Não teríamos também conhecimento de formas derivadas no nosso vernáculo do Latim Literário: domus, equus, bellum, ludus – as quais não eram faladas em Latim Vulgar. Assim sendo, não teríamos domicílio, doméstico, domar etc.; equino, equitação (Antenor Nascentes) / equitação (Aurélio Buarque de Hollanda), equino etc.; bélico, belonave, rebelar, debelar etc.; lúdico e ludo. E mais: não teríamos a retomada ou recondução ao modelo latino de: abundância (em latim: abundantia) em lugar da forma histórica avondança, estimar (em latim: aestimare) pela forma histórica esmar; formoso (em latim: formosus) pela forma histórica fremoso; martírio (do grego ‘martyrion’ pelo latim: martyrion, ii) ao invés de marteiro. A forma olvidar resulta de uma forma divergente **olbidar* > *olvidar* (teria vindo do espanhol para o português?); (em latim: **oblitare*, um freqüentativo de *oblivisci*).

E note que os escritores buscaram o parâmetro de adaptação para o português no próprio Latim Vulgar. Ou seja, os nomes portugueses se fixaram em grupos temáticos, herança das diluídas declinações latinas, distribuídos em -a, -o, -e átonos finais (lua < luna; lobo < lupu; mar {no plural, recuperamos a vogal temática} < *mare), resultantes da redução das cinco declinações a três. Donde se conclui que o estudo do Latim Clássico e do Latim Vulgar representa os fundamentos de quantos se intitularem professores de Letras, ou seja, Português e Literaturas da Língua Portuguesa.

É necessário, contudo, ressaltar um fato muito curioso: na alma dos idiomas modernos, sobretudo no nosso português, reside a marca do latim. Citem-se algumas palavras de várias línguas, como do português, inglês, francês, espanhol, italiano e alemão, e sempre tais palavras estarão presas à remota estrutura do latim antes do uso, como é o caso das seguintes: abadia, abdome (abdômen, abdômen) (só em alemão há distanciamento), açafraão (origem árabe, mas com a marca histórica do latim); comédia, comercial (só o alemão distancia); disciplina, diplomata, diretor; escola; (mês de) março; psicologia; tragédia; urina etc. Elas se ligam pelo mesmo radical, propiciando aquele que tem ciência deste fato, lê-las em português, inglês, francês, espanhol, italiano e alemão com pequenas divergências de formas. É desse modo que qualquer expressão que entre para o nosso dicionário português, mesmo os neologismos (e até para muitos outros idiomas modernos, os quais não são nem mesmo filiados ao latim), ainda nos tempos atuais em que, em nenhuma nação, se apresenta registro de oralidade latina, receberá moldagem do latim, que, em relação ao português, nunca houve uma única interrupção histórica.

Ou seja, desse amálgama histórico referido acima, passamos a ter uma unidade elementar, um tema teórico, por assim dizer, herdado do latim, visto que a língua dos antigos romanos não foi a de um simples conquistador militar, com a espada na mão. Antes de mais nada, incluiu no seu programa de hegemonia o respeito à criação cultural de cada povo dominado, lição essa assimilada e apreciada pelos Renascentistas. Esta marca lingüística se tornou pedra angular desde então.

E este elemento que podemos denominar “tema teórico” a tradição denominou *gênio da língua*, *Do ponto de vista diacrônico, refere-se a um sentido geral da evolução, a que Sapir denominou*

DERIVA (SAPIR, 1954). (CÂMARA JR., [s/d.]: “Gênio da língua”) Desse modo, podemos apresentar o que caracteriza o português na sua estrutura formal e o que não estrutura lingüisticamente. Não é uma característica do português, na fonologia, a formação silábica por grupos consonantais sem fronteiras – historicamente apenas a alveolar surda, às vezes denominada *sibilante* (este), respectivamente a lateral e a vibrante, também dita *líquida* (alto, arte) e a nasal (anta) – conforme Mattoso, neste mesmo verbete citado acima, in *Dicionário de Lingüística e Gramática* (o nome moderno de *Dicionário de Filologia e Gramática*), daí a tendência a vocalização das consoantes vibrante /r/ e lateral /l/ nas rimas de versos, mesmo em poetas tradicionais e a criação de uma vogal de apoio na pronúncia de encontros consonantais mais travados, como *advogado*, pronunciado com erro ortoépico, conforme recomendação ‘*advogado e não adivogado* ou *adevogado; absoluto e não abissoluto*’, ou seja, sem juntura, destacando um conjunto de cada vez /ad/ e /vo/ e, finalmente /ab/ e /so/. No estabelecimento e fixação do seu quadro fonológico, o português não admitiu a passagem de sonoras para surdas e, se em posição medial caíam (rua > rua), as surdas passavam a sonoras (vita > vida) e abundante palatalização (veclu > grupo ‘cl’ palatalizado, daí velho; pulsare > puxar; nidu > nio – com nasalização palatalizada do ‘i’ e, daí “ninho”).

Há um número expressivo de helenismos em português. Note-se sua importante presença na articulação de prefixos, que compõe grande parte de nosso dicionário: *anti-* (*contra*), em *antítese* (*idéias contrárias*); *pro-* (*em frente*): em *prólogo* (*o que se diz antes*); *eu-* (*bom*): em *Eugênio* (*o bem gerado*); *etc.* e sufixos, como *-ia*, *formador de abstração*: *eufonia* (*sufixo -ia denota qualidade, prefixo eu-, radical -fon-, som vocal*); *-ismo* (com múltiplos significados: *doutrina, peculiaridade lingüística, doença etc.*): *hedonismo* (*doutrina filosófica que considera o prazer finalidade da vida*); *latinismo* (*emprestimos feitos ao latim*); *autismo* (*doença em que o paciente só se relaciona com o seu próprio mundo interior, sem se preocupar com nada do exterior*) *etc.* Os radicais gregos são utilizados na nomenclatura científica e na comunicação em geral. Eles estão presentes de modo marcante em português e nas línguas européias, como já se observou acima.

Denominam-se latinismos as formas e expressões latinas, que

não foram modeladas pelo *gênio da língua* (conforme já se comentou, adaptação de um empréstimo ao paradigma evoluído do Latim Vulgar), presentes em português desde a linguagem científica à vida cotidiana. São exemplos: *habitat, deficit, sic, ibidem, idem, hábeas corpus, homo sapiens, lato sensu, stricto sensu etc.* Há abreviaturas, como *v.g., vergi gratia; etc., et cetera; a.C., antes de Cristo; d.C., depois de Cristo; etc.* Sentenças consagradas: *carpe diem, aproveita o dia; mens sana in corpore sano, mente saída num corpo sadio etc.* Mencionem-se, por fim, os latinismos literários como *ventos repugnantes, ventos que se repelem, ou seja, que sopram em sentidos contrários* - atribuição de significado da forma *repugnante* está como no Latim Clássico; pelo modelo *Vrbs Roma* redige-se em português *cidade Beja* (CÂMARA JR., [s/d.]: “Latinismos”).

CONCLUSÃO

Temos dois inventários na língua portuguesa: a) as palavras lexicográficas e b) as palavras gramaticais. Assim, *um dicionário – eternamente inacabado, pois jamais conseguiria abranger a totalidade lexicográfica de um idioma – esta pesquisa* (COSTA, 2000: 24) (a citação *esta pesquisa* significa a coleta de empréstimos de uma língua para outra qualquer) não chega ao fim.

Desse modo, *mídia* (datação de 1960), *fetiche* (datação de 1873), *realizar* – no sentido de compreender, perceber bem: *Ele realizou a situação*, entram para o português de maneira interessante: o primeiro no chegou por empréstimo ao Latim Clássico: é o nosso adjetivo médio, já que a evolução de *mediu* deu *meio*, como se viu acima, e, como muitos neutros latinos no plural formaram coletivo em português (ferramenta, lenha etc.), assim entrou *media*, substantivado como neutro plural, mas no inglês e, em seguida, o tomamos emprestado para a nossa língua; o segundo já existia com a forma portuguesa feitiço, tomado emprestado pelo francês (documentado de 1605), assumiu nova forma e nós retomamos esta nova forma de volta; e o verbo *realizar* denota em português *tornar real, efetivar*. Esta última observação alguns chegam denominar *decalque*.

Como evitar *habeas corpus, Corpus Christi, causa mortis, alibi, idem, sic* e tantos outros latinismos, que são até nome de documento e data religiosa, mesmo que se rejete o latim, como fazem

muitos? Como não falar *femme fatale*, *tête-à-tête*, *hors-concours*, *lingerie*, *laissez-faire* e outras, mesmo que não se fale francês? O termo *cash*, *dinheiro em espécie*, não é etimologicamente do inglês. Muitos acreditam, inclusive *in Larousse* diz *mot anglais* (COSTA, 2000: 55). No entanto, é do francês *casse* e fixou em inglês *cash*. Talvez pelo fato do inglês ser a linguagem de negócios, esta palavra tenha se difundido com sua marca: *cash*. Como se denominaria melhor a situação conflitante da África do Sul, senão com o ter *apartheid*, já que houve mais do que discriminação: houve uma ação (no elemento *-heid*) de separar (no elemento *apart-*)?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

———. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

———. *Dicionário de filologia e gramática*. Rio de Janeiro: J. Ozon, [s/d.].

CARVALHO, Castelar. *Para compreender Saussure*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHARADEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

COSERIU, Eugenio. *Tradição e novidade na ciência da linguagem: Estudos de história da lingüística*. Trad. de Carlos A. da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1980.

COSTA, Sergio Correa da. *Palavras sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Tradução de Maria Carmelita P. Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CUNHA, Celso. *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

———. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro:

Tempo Brasileiro, 1979.

———. *Língua, nação e alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

DICIONÁRIO de idiomas 6 em 1: português, inglês, francês, alemão, italiano, espanhol. (Adaptação de: *Dicionário multilíngüe* ISBN 85-76450-21-6) Rio de Janeiro: Reader's Digest, 2004.

DUBOIS, Jean *et alii*. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de lingüística*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

MELO, Gladstone Chaves. *Iniciação à filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

———. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

RIBEIRO, Manoel Pinto. *Nova gramática aplicada da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2002.

ROBINS, R.H. *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

RÓNAI, Paulo. *Não perca o seu latim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

TOSI, Renzo. *Dicionário de sentenças latinas e gregas*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TRASK. R.L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

OS FILÓLOGOS³

Antônio Houaiss (ABF e ABL)⁴

Vou inverter a minha invocação. Vou me referir, em primeiro, aos meus colegas aqui presentes, às minhas Senhoras e aos meus Senhores, e em último lugar à minha Presidente, para agradecer, muito pessoalmente e muito comovidamente, a maneira carinhosa com que fui tratado e o carinho com que sempre tenho sido recebido nesta Casa.

OS FILÓLOGOS

O tema que me foi deferido obriga-me, inicialmente, a fazer uma incursão conceitual sobre a palavra “Filologia”. Ela é claramente de origem grega e durante muito tempo foi usada não para fim dos estudos linguísticos, porque “filólogos” eram os que apreciavam a palavra como expressão do pensamento. Isso permitiu que, no curso dos séculos XVI e XVII, a palavra “filólogos” fosse usada, não conforme a entendemos atualmente, mas para designar os pensadores, e o último deles que insistia em chamar-se filólogo foi, exatamente, o nosso Nietzsche: ele se intitulava filólogo. Por aí se pode imaginar o sentido que a palavra tomou.

No início do século XIX, os franceses usaram a palavra no sentido real, hoje em dia aceito: o estudo da língua em função daquilo que se entendeu, então, como língua, a palavra escrita. Só pelo fim do século XIX, já bem adentro do século XX, é que a palavra foi substituída por “Linguística”, no sentido de que esta seria mais abrangente. Criada só na terceira década do século XX, ela tinha a aspiração de cobrir a área da Filologia e mais a área da Linguística, propriamente dita.

Em que sentido houve essa mudança? É que o estudo da Filo-

³ Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras no dia 17 de novembro de 1997, sob a presidência da acadêmica Nélida Piñon, e transcrita de PIÑON, Nélida (org.). *Cem anos de cultura brasileira – Ciclo de conferências do I Centenário da ABL*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 359-381.

⁴ Veja, ao final deste texto, uma breve biografia do autor apresentada pela presidente da sessão.

logia, adstrito à palavra escrita, era uma autolimitação involuntária, no que se referia a um fenômeno muito importante na história da humanidade, mas extremamente recente. Quero com isso dizer que, quando pensamos em termos de língua, temos que pensar em termos de algo que existe com o homem há pelo menos 30 mil anos, e, na hipótese do *Homo sapiens*, daí para algo como 120 mil anos.

Não há nenhuma razão para supor que o *Homo sapiens* não fosse um homem falante; ele poderia ter sido chamado, desde o início, *Homo loculis*. Mas, notem bem, a expansão desse homem foi muito lenta na História da humanidade, tanto assim que se supõe que há apenas uns 10 mil anos a humanidade tenha atingido 10 milhões de habitantes. Vale dizer, era algo como um quingentésimo-avo: 1/500 vezes. Hoje, a nossa população é de, no mínimo, 5 bilhões de homens, e naquela época era no máximo de 10 milhões.

Hipóteses muito procedentes, na base de comparações com o estado da língua presente, permitem que nós suponhamos que há 10 mil anos o número de falantes (10 milhões) se distribuía por algo em torno de 20 mil línguas, porque a média do homem nômádo, que naquele tempo existia, ainda sem o fenômeno da urbanização, permitia que houvesse grupos humanos extremamente reduzidos, para sobrevivência, mas não usando entre si línguas próprias, línguas essas que, evidentemente, ouviam de uma protolíngua. É a hipótese que agora se admite. Protolíngua que supõe um mecanismo pelo qual houve, realmente, uma mudança no procedimento do *Homo*, e esse *Homo sapiens* conseguiu, pela primeira vez, criar um mecanismo social de intercomunicação.

Essa intercomunicação, pelo pequeno número de falantes e pelos impedimentos econômicos que eram muitos, criava uma contínua cissiparidade, de tal maneira que uma língua só, muito brevemente, se representasse em centenas de línguas – daí para mais – num período em que, durante muito tempo, essa cissiparidade se manteve.

Assistimos ao segundo momento importante desse processo, quando o homem começa a ter necessidade de transmitir a sua tradição. Hoje em dia, é pouco pacífico que as línguas ágrafas, que são a maioria, elas todas têm uma literatura prévia. Elas se representam através de uma “oratura”. A palavra é nova, para designar esse fe-

nômeno de transmissão de reserva grupal, geralmente em forma de canto. Daí o fenômeno que foi testemunhado pela cultura helênica, cujos versos, os poemas homéricos, são incontestavelmente anteriores ao advento da escrita em grego, o que ocorreu em documentados depoimentos que vêm desde César, com os celtas. E, atualmente, estudos que têm sido feitos, intensivamente, nos grupos orais, mostram que esse saber armazenado em forma de poema, em geral, é anterior à literatura.

A literatura, realmente, ter-se-ia afeiçoado com o advento da escrita, muito provavelmente segundo os recursos mnemônicos que a humanidade já havia criado. Ora, ao tratar com esse segundo lapso, vamos ao terceiro momento importantíssimo; a escrita só deve ter aparecido há 7 mil anos, no máximo, em forma muito provisória, ou muito pouco recomendável para grande grupo, e em breve assumiria a feição que nós sabemos – a escrita ideográfica, seguida de uma escrita hieroglífica, quer dizer, os ideogramas segundo uma forma sagrada de transmissão, e, mais tarde, com a forma fonográfica.

A literatura propriamente dita só apareceu algum tempo depois desse advento do alfabeto da transmissão visual e da cadeia falada. Ora, quando se chega a essa conclusão, a primeira pergunta que se fará, evidentemente, é: Como é que houve o interesse do homem pela própria língua?

O fato de ter usado o elemento mnemônico mostra que houve, no grupo, alguém ou alguns que eram os poetas da tribo. Nem todos tinham essa habilidade; podiam entendê-la, mas ela era de domínio de uns poucos. Esses poucos tiveram um estatuto quase sempre sagrado, foram alçados a retentores do saber coletivo. Entre os celtas, a iniciação de um druida, que era um desses transmissores, era tão difícil, que o recurso mnemônico tinha que ser aprendido, ensinado, durante um grande lapso de tempo de vida do druida, mas, em compensação, ele podia transmitir o saber coletivo com uma fidelidade impressionante.

Isso, evidentemente, deve ter-se repetido até mesmo entre tribos brasileiras, as que estão no estado ágrafo. Essa capacidade do ágrafo, hoje em dia, se documenta em quantidade de povos que estão ainda no estágio ágrafo sem citar o mais belo de todos na tradição humana, como no caso dos beduínos, que se mantiveram cultural-

mente ágrafos, durante um largo tempo, para poderem transmitir a sua poesia. E o fato é tal que, no mundo árabe, durante muito tempo, os grandes poetas escritores, os grandes poetas de erudição costumavam, freqüentemente, desaparecer do convívio culto para irem se abeberar nas fontes dos beduínos, a fim de refazer a sua inspiração. Isso é muito característico.

Temos que falar de filólogos, que é o tema que nos cabe. Quero dizer, simplesmente, que a discrepância da palavra – entre a fase de filólogo e de lingüista – criou o fato de que, durante largo tempo, não se fez Filologia no sentido do termo atual. O que se fez foi um saber que era objeto de estudo sobre a língua escrita. Nós sabemos que os retores gregos e os gramáticos gregos, durante longo período, transmitiram um saber que foi aproveitado, em grande parte, pelo mundo latino, que também teve gramáticos e teve retores, porém não teve filólogos.

O estudo pré-inicial das línguas foi feito nessa base da palavra escrita. Essa palavra escrita, hoje em dia, é o centro de cerca de 400 línguas, no máximo, das 20 mil línguas que se supõe haver ainda na Terra, numa hipótese alta. Na hipótese menor, há, no mínimo, 6 mil línguas ainda, algumas em grupo muito pequeno de seres, e outras com quantidade suficiente. A distribuição das línguas no mundo é objeto de uma pesquisa cada vez maior, e mostra, realmente, que há afinidade de grupos enormes.

O grande estudo inicialmente feito com o grupo indo-europeu, em consequência do descobrimento do sânscrito, tal como foi visto no fim do século XIX na Índia, com o comparativismo nascido então, permitiu que o indo-europeu fosse recriado na base das línguas geneticamente iguais. Esse indo-europeu criou um sistema comparativo eficiente e serviu de modelo para outros estudos, como o semítico uralo-altaico e as línguas asiáticas, em que há dois grupos bem distintos.

Um grupo tonal, que se repete na África, e sem que se possa ver a hipótese de uma genética em comum, em que o tom entra como elemento supra-fonológico, que em certas línguas chega a ser uma sílaba com oito modulações, faz com que essas sílabas signifiquem outros elementos semânticos. O que, para quem não tem o tom como elemento significativo na sua cadeia falada, torna-se quase impossí-

vel de pensar – eu não diria nem de reproduzir, mas de pensar. Quem é que tem a capacidade de distinguir um mesmo tom, a mesma unidade fonética, em geral um monossílabo, em oito tons diferentes, e reproduzir esses oito sons, continuamente, sempre que tenha uma das significações que lhes dá? É realmente uma das características da complexidade das línguas para os homens.

Mas, voltando ao fato fundamental que é a nossa questão dos filólogos, devo dizer que, em Portugal, há uma série bem designada como filólogos, que vão de 1868 a 1945. Por quê? O primeiro que usou a expressão, como sua profissão, ou pelo menos sua vocação cognitiva, foi Francisco Adolfo Coelho em 1868. E, após ele, houve uma geração brilhantíssima de filólogos portugueses que, de fato, precederam em grande parte aos brasileiros. São eles: Francisco Adolfo Coelho, José Leite de Vasconcelos, este o autor de uma *revista Lusitana*, falecido em 1948, quando o grupo deixa de se chamar de filólogos e passa a adotar o nome de lingüistas.

Filologia, hoje em dia, é um fato histórico em Portugal, num sentido também nosso: eles se dizem lingüistas, como, eventualmente, está ocorrendo no Brasil. A maioria dos nossos filólogos foi, em geral, de professores de Português, de Latim e eventualmente de Grego, professores esses que luziram no conhecimento da Filologia como segunda tarefa da sua pesquisa.

Aqui na Academia, quem se candidatou para entrar dizendo-se filólogo – o único que eu saiba – foi o nosso homem do linguajar carioca, Amadeu Amaral. Quando entrou para a Academia, ele já era autor de um trabalho de Filologia extremamente importante. Se é um poeta discutível (eu não acho, para mim, é um poeta perfeitamente palatável, não é um poeta transcendente, mas tinha um domínio muito grande da poesia), na realidade ele foi, inicialmente, um bom pesquisador em campo. Na área chamada “caipira”, Piracicaba e periferia, ele fez uma excelente pesquisa, aí pelos idos de 1918.

Quase cinquenta anos depois, uma lingüista muito apta, Ada Natal Rodrigues, repetiu a pesquisa, com a mesma metodologia, chegando aos mesmos resultados descritivos, o que foi uma coisa extremamente importante, no sentido de revelar que o dialeto brasileiro existia e que pôde perdurar, sem alteração, durante esse período todo de tempo, quando, hoje em dia, a hipótese que se faz é de que a ação

dos meios de comunicação de massas estaria demolindo essas diferenciações locais. O que me parece uma gratuidade, portanto, porque, realmente, o que pode demolir a dialeção brasileira será, evidentemente, a culturalização. Vale dizer, enquanto tivermos cerca de 17 a 20% de ágrafos naturais e 70% de analfabetos funcionais, é muito provável que essa dialeção no Brasil perdure por um tempo muito maior. Evidentemente, se houver uma contrapartida de culturalização gráfica muito intensa, esse processo poderá permitir uma unificação lingüística mais intensa no Brasil.

Mas, quando se pega o quadro dos membros da Academia Brasileira, ver-se-á que tiveram a função de filólogos, ainda que não se tenham chamado filólogos, um número não pequeno de grandes usuários da língua. Por exemplo, é incontestável que a influência de Rui Barbosa, a partir de 1902, com os estudos que fez em defesa do Código Civil, revisto por Clóvis Beviláqua, dinamizou o interesse pelo estudo da língua no Brasil.

Em lugar de ser meramente um estudo da gramática, eivado do preconceito do purismo – estou empregando a palavra “preconceito” num sentido deliberado, porque, na verdade, tenho que saltar os momentos -, realmente um dos traços velhos que a literatura tem revelado é que, a partir do momento em que a palavra passa a ser escrita, mesmo com o fato de que até o início do século XIX não houve coletividade que tivesse mais de 2 por cento de letrados, é impressionante, entretanto, como culturas escritas como foi o grego, como foi o latim, como foi, mais tarde, o árabe, como foi o chinês – mesmo com o sistema ideográfico –, conforme foram, provavelmente, as línguas escritas de um modo geral, a partir do século XVI, elas, sem terem um grande intercâmbio entre os letrados, exerceram uma influência sobre a cultura coletiva tão poderosa, que a gente tem que reconhecer que havia um sistema de interesse pelo qual um letrado se comunicava com outro letrado, uma forma de ultrapassar todos os impedimentos.

Atualmente sabemos que os grandes escritores romanos conheciam a produção de outros escritores por meio da intermediação de pessoas que iam buscar os seus códices, às vezes a quilômetros de distância, ou às vezes em outros países da România. Isso explica, em parte, que a influência da língua escrita se tenha feito sentir sobre a língua falada, a partir dessa época, de uma forma tão poderosa que o

fenômeno de massificação das línguas foi devido a essa literatação da língua. A língua escrita pôde, independentemente dessa divulgação de indivíduo para indivíduo, estabilizar o intercâmbio entre as pessoas.

O ensino da língua é um fenômeno muito moderno. Os gregos tinham, para ensinar, a palavra “didática” do radical *didaktikós*, que significa, essencialmente, “ensino”, como em latim a palavra “ensino”, de *insignare*, que foi a vigente. Mas temos que partir do pressuposto de que as escolas de então eram preceptoradas, vale dizer, eram locais em que alguém, especialmente apto, lecionava para um, dois ou três alunos, no máximo. Eram um ensino quase que inter pessoal, não havia escolas, não havia professores.

O fenômeno da rede escolar, da rede de magistério, é um fato essencialmente pregado nos limites do século XVIII e revisado no curso do século XIX, assim mesmo para uma fração da humanidade, porque ainda havia uma enorme fração que continuava na fase anterior, ágrafa.

Estou querendo dar alguns dados para que tenhamos consciência de que a situação do homem no mundo contemporâneo é cada vez mais dependente da sua formação mental. Essa formação está propondo ao homem cada vez maiores dificuldades, a ponto de numa língua, como o português, podermos saber que, no período dos cancioneiros, vale dizer, no período arcaico, não chegamos a acumular mais de 5 mil palavras. E era um trabalho do coletivo, dos escritores daquele tempo. Chegamos a 5 mil palavras, se tanto. Já no início do século XVI, na época de Camões, podemos chegar a 8 ou 10 mil palavras. No início do século XIX, chegamos, facilmente, a 50 mil palavras que, algumas décadas mais tarde, atingiram 90 mil.

Hoje, é perfeitamente lícito supor que a língua portuguesa, para cobrir as diversas áreas profissionais que ela encerra, pode ter um vocabulário de 400 mil a 500 mil palavras. Essa acumulação é exclusivamente produto da literatura, no sentido amplo da palavra. É produto da força de escrever – aí não estou discriminando as especializações existentes; existe um mundo de profissões que não é propriamente o da ficção, não são da imaginação, e um mundo que é o da ficção, da imaginação.

Esse mundo é extremamente conservador. É preciso ver que

ninguém aproveita a palavra escrita com o intuito de inovação. A preocupação da originalidade é um fato moderno, um fato extremamente atual. A originalidade havia, mas era em função dos interesses pessoais existentes na mensagem que o indivíduo mandava. Quando era uma mensagem de caráter científico, objetivo, evidentemente, a mensagem tinha de ser repetitiva; não há saber científico que se erga sem o conhecimento do anterior, e nesse conhecimento anterior a estabilização da língua é uma das condições para que a transmissão possa ser inteligível.

A tendência à repetição é um traço fundamental de todas as línguas, por essa circunstância prática de impedir que a originalidade seja uma obsessão. A originalidade se refere mais ao achamento de algo novo, que pode permitir a linguagem também algo para isto. Mas, na criação poética e na criação de ficção, a incidência do novo foi sempre uma característica. Os epígonos sempre houve, mas não é por essa razão que a literatura falava em progonia, no inovador, o que inicia todo um ciclo de subseqüentes.

Quando eu estava citando os filólogos portugueses, citei Francisco Adolfo Coelho, citei José Leite de Vasconcelos, porém um grande camonista, enorme filólogo, foi Augusto Epiphanyo da Silva Dias (1841-1916). Houve também um grande lexicógrafo, funcionário da Alfândega do Porto, chamado Aniceto dos Reis Gonçalves Viana. Vejam bem, ele era apenas um adorador da língua, sobretudo no seu aspecto lexicográfico, e se transformou num dos maiores linguistas portugueses, com o nome de filólogo. Podem ainda ser citados: Júlio Moreira, José Joaquim Nunes, José Maria Rodrigues, Vasconcelos de Abreu, e sobretudo uma sanscritóloga, que foi Carolina Michaelis de Vasconcelos, além de Teófilo Braga, presidente de Portugal, e entretanto notável filólogo, e Cândido de Figueiredo.

Por incrível que pareça, o último foi o que maior repercussão teve no Brasil, mas todos os outros anteriores foram muito estudados. Na formação filológica brasileira (eu sou da segunda leva), na primeira leva, esses todos que citei foram altamente conhecidos, e no Brasil houve uma divulgação relativamente grande da bibliografia deles.

Nós nos inspiramos nos portugueses e sofremos, então, no Brasil, a influência de um puritanismo, de um purismo que era de

cepa portuguesa. É nessa instância que se ensinava a pronunciar “senhõra”. Um colega meu continua a dizer “senhõra”, ainda nesta altura, e eu quero tanto bem a ele que poderia até dizer: ele, por imposição do purismo, fala “senhora”.

Tivemos, por exemplo, alguns verbos: “quere”, que é seguido, hoje em dia, em Portugal, e “preguntar”. Em Portugal, na realidade, era um fato ortográfico, porque escrevendo-se “perguntar” ou “preguntar” a pronúncia portuguesa é a mesma: “preguntar”. É um *e* muito tal, que você não sabe se ele está antes do *r* ou depois do *r*. De maneira que a grafia podia ser qualquer uma das duas. Por causa do *precontare* étnico suposto é que acharam que deviam escrever “preguntar”. Hoje em dia não se escreve mais “preguntar”; a forma documentada anteriormente, já no século XIV, mostrava que a grafia era “perguntar”.

Voltando, o fenômeno do purismo invadiu a língua portuguesa e teve alguns defensores que, de certo modo, tinham essa razão de ser, mas, na obsessão contra o eventual galicismo, o purismo era sobretudo uma luta contra a influência do francês.

Não se cogitava do inglês, naquele tempo, porque a influência inglesa é um fato muito recente na cultura brasileira e mesmo, eu diria, na cultura portuguesa. Tanto no Brasil como em Portugal sofremos uma influência muito forte no plano cultural da língua e da cultura francesa. De maneira que, contra o galicismo, se levantaram, com armas e bagagens, alguns dos maiores filólogos, entre os quais o nosso Cândido de Figueiredo que, no seu dicionário – um dicionário que teve várias influências tremenda no Brasil, uma divulgação enorme nas suas várias edições -, preconizava formas de rejeição contra o galicismo, pois elas eram freqüentíssimas.

Essa luta contra o galicismo, e em favor do purismo, criou alguns preconceitos e alguns atamentos para a língua. Há um dado momento em que podemos reconhecer que o gerúndio foi objeto de muitas restrições, por causa de certo galicismo que se apontava com o gerúndio: “uma casa tendo dois quartos, isso, aquilo...” era um galicismo, porque dever-se-ia dizer “casa com dois quartos” e não “tendo dois quartos”. Havia provável influência da sintaxe francesa, mas a punição dessas era uma punição altamente retroativa, porque era uma obsessão contra a presença do francês. A realidade é que a

Academia foi, nesse ponto, uma Casa de grande defesa conservadora do nosso sistema escrito, no bom sentido da palavra, porque a língua escrita é intrinsecamente conservadora. Pelo seu método de transmissão, pode-se obter um conhecimento das formas escritas anteriores, e as formas escritas anteriores são, obviamente, formas escritas anteriores.

O prestígio do grande inovador é um prestígio que, episodicamente, se manifesta nas línguas escritas. Camões foi incontestavelmente um grande inovador, mas, a reboque dele, poucos foram que apareceram. O nosso Gregório de Matos teve influência muito grande no Brasil; desde cedo, o número de apógrafos que há dele revela que foi muito lido em nosso país, pois, em termos relativos para uma população ágrafa, foi ele entretanto muito lido. O número de códices que há dele mostra que foi não só de muito interesse cultural, como, sobretudo, de repercussão no Brasil. E ele é um escritor de alto conservantismo; embora tenha feito pilhéria, o lado pilhérico dele é, nesse caso, muito inçado de tupinismo e já com um pouco de africanismo.

Mas, entre esses diversos escritores – notem bem – um escritor, necessariamente tem que ser citado: Guimarães Rosa, que foi extremamente revolucionário, do ponto de vista da morfologia, do ponto de vista de ficção. Não é possível tomá-lo como esquema, como base de uma língua culta; ele não serve para este padrão. E, ao contrário, para o padrão de ficção, a repetição dele torna-se epigônica. É o epigono que escreve como Guimarães Rosa.

Então, esses grandes escritores ficam numa situação singular, porque eles são inovadores pela beleza artística com que inovam, mas não são exemplos de uso para a subsequência. Eles atam, fecham a possibilidade de repetição que a língua supõe.

No Brasil, voltando num exame rápido, outros escritores tiveram influência na língua, como filólogos, embora não tivessem sido chamados filólogos, sobretudo o nosso João Ribeiro. Foi essencialmente um polígrafo, porque foi capaz de divulgar, em nível alto, muita matéria, inclusive e sobretudo da língua portuguesa. Os seus estudos de língua portuguesa são exemplares; embora do início do século, eles são praticamente perdurantes, são válidos até hoje. Eu poderia falar o mesmo do próprio Júlio Ribeiro, que tem momentos

muito bons de estudos lingüísticos.

Na Academia, tivemos o nosso Ramiz Galvão, com o seu dicionário grego de alta qualidade, de grande sabedoria; o nosso excelente Rodolfo Garcia que, como filólogo, tem uma obra digna de admiração; o nosso Heráclito Graça que, durante muito tempo, foi o equilibrador da influência de Cândido de Figueiredo na Literatura do Brasil, com o seu purismo, que era um pouco o lusismo, era o purismo do lusitanismo no Brasil. Heráclito Graça defendeu muito bem o brasileiro, desse ponto de vista.

O nosso Aurélio Buarque de Holanda Ferreira foi um grande lexicógrafo, é preciso que se reconheça. Se houver quem queira superá-lo, tem a obrigação de fazê-lo, porque a língua está pedindo, mas não quero com isso fazer restrição ao mérito que ele teve, que não foi pequeno. Carlos de Laet tem uma importância tremenda, num dado momento, no estudo da língua e nas polêmicas que sustentou em favor da língua.

Barbosa Lima Sobrinho, nos seus dois estudos de língua portuguesa, tem sido de importância enorme. A questão ortográfica foi por ele com muita proficiência enfrentada no seu livro. *A questão ortográfica e os compromissos do Brasil*, assim como os estudos sobre *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Xavier Marques, no passado, foi um grande baiano, um grande propugnador da língua. Afonso Pena Júnior, no seu estudo sobre *A arte de furtar*, tem um saber incomparável, como tem o nosso Abgar Renault, que foi membro da Academia de Filologia, um fino conhecedor da língua e paladino da língua.

Com isso, entretanto, deveria dizer eu que, realmente, a nossa Academia teve quatro filólogos, incontestavelmente, querendo incluir o nosso Amadeu Amaral, o nosso João Ribeiro e o nosso Celso Cunha. Agora, muito recentemente, perdemo-lo. Tratava-se de um dos grandes conhecedores que houve em língua portuguesa no Brasil. Realmente incomparável, ele deixou uma obra muito séria e foi um filólogo de mão-cheia, mas esse já entrou com o nome de filólogo; ele havia assumido, perfeitamente, a sua qualidade de filólogo.

Omiti os grandes filólogos brasileiros, desde Frei Caneca, que deixou uma gramática, até Antônio de Moraes Silva, que foi um lexicógrafo notável, com a sua edição de 1812 do *Dicionário da Lín-*

gua Portuguesa, baseado no dicionário de Bluteau. Este mostra o estado de língua a que desejo me referir. Em 1600 e pouco. Bluteau cria um *Vocabulário Latino-Português*, em oito volumes, um dicionário que era um monumento de Filologia em qualquer língua do mundo. É, até hoje, uma fonte de saber enorme, e foi sobre ele que Moraes Silva montou o seu trabalho. Esse Moraes teve uma edição fac-similar do nosso Laudelino Freire – outro que se chamava lingüista na Academia. Ele fez a benemerência de provocar uma edição fac-similar da segunda edição do Moraes Silva, edição essa que, ainda hoje, se pode encontrar em sebos. É uma belíssima prova do saber de Antônio de Moraes, que foi um homem de alta importância, sob vários aspectos, inclusive no lado político, porque teve uma atuação política muito relevante em Pernambuco.

Mas omiti alguns filólogos brasileiros que têm que ser lembrados. Pacheco Júnior e Lameira de Andrade foram colaboradores, e Lameira de Andrade publicou, antes da *Semântica* de Brial, uma obra com o título de *Semântica*. Por aí, vejam a coincidência do título e a inovação, porque era um estudo da significação das palavras, até hoje muito válido. Houve ainda Manuel de Said Ali, que é uma figura monumental da Filologia brasileira; Antenor Nascentes, de quem tenho a grande ventura de ter aluno, diretamente, durante um largo período, e colega do filho dele, Olavo nascentes.

Antenor Nascentes era um homem altamente aparelhado, filologicamente, e um autodidata. Estudou no Colégio Pedro II, e este era o grande centro de estudos da língua portuguesa. Lá quase que todos os professores da língua portuguesa se esmeravam, porque era o grande colégio do Brasil, estabelecimento criado por Pedro II. Foi um centro de estudos muito importante e que gerou alguns dos nossos grandes professores, como Sousa da Silveira, também outro grande filólogo; como Ernesto de Faria Júnior, um latinista e também filólogo. E, mais tarde, alguns da geração mais jovem, como Leodegário Amarante de Azevedo Filho, Evanildo Bechara, o excelente Edilberto Coutinho e alguns confusa, que não estou podendo ler.

Mas creio que fundamental é dizer que, hoje, no Brasil, há um divórcio oral cada vez maior em relação a Portugal, o que é lamentável, porque não há meios de reversão. Não é possível pedir aos brasileiros que se aproximem da pronúncia portuguesa, nem é possível pedir aos portugueses que se aproximem da pronúncia brasileira,

embora em Portugal o obscurecimento das vogais antetônicas e postônicas *e*, *i*, *o*, sobretudo *e*, tenha sido tão grande, que eles são os primeiros a se autocriticarem, reconhecendo que está havendo uma comilação desvairada no vocalismo português.

A língua portuguesa no Brasil tendeu sempre a uma estabilização do vocalismo, de tal modo que existe o fenômeno, no Nordeste, do abrimento de vogais que se pode explicar apenas historicamente, mas não representa uma evolução unificadora: ela é uma divergência. Todavia, é extremamente audível, de maneira que uma forma de criticar, que seria obscuridade, não existe para com os falares nordestinos. Eles são extremamente claros, por causa dessa estabilidade das pretônicas e postônicas.

Acredito que, com isso, posso dizer que cumpri o meu projeto, embora não tenha escrito o texto, pois iria demandar, no momento em que estou, um esforço que eu não poderia dar.

Peço à minha Presidente que me perdoe pela improvisação relativa, que não foi improvisação, vejam bem, eu tenho aqui toda a biografia, tal como aparece no *Anuário*, dos nossos grandes acadêmicos, mas creio que seria desnecessário voltar a eles. Com isso, peço desculpas e agradeço muito a atenção que me deram.

[ANTÔNIO HOUAISS]⁵

Nélida Piñon (ABL)

Senhores Acadêmicos, Senhoras e Senhores, Acadêmico Antônio Houaiss. Dando prosseguimento ao nosso ciclo de palestras, hoje temos a grande alegria de contar com o Acadêmico Antônio Houaiss, que vai nos falar sobre “Os filólogos” da Academia, portanto, os filólogos que cobrem o período de cem anos, dentro de uma moldura inesquecível para todos nós: a do primeiro centenário da ABL.

Antônio Houaiss desde muito cedo ofereceu ao Brasil uma biografia esplêndida. Posso dizer, sem risco de erro, que ele é mestre de muitos nós, de tantos brasileiros, um homem que soube iluminar e até hoje ilumina seu cérebro. É um homem que cobriu um campo vasto do saber, do conhecimento. Ousou ir para onde poucos puderam fazê-lo, e tudo sempre ao mesmo tempo. É um homem múltiplo, polissêmico, uma mentalidade, uma cultura, uma visão de mundo polissêmica.

Gostaria de recordar aos senhores que ele talvez tenha sido um dos primeiros filhos de imigrantes a ingressar na Academia Brasileira de Letras, assim como eu também sou, o Arnaldo Niskier e outros mais. Um destaque muito interessante, porque ele deu sentimento cultural muito amplo, um homem que pode olhar o Oriente tão bem quanto ele estuda e interpreta a civilização ocidental. Muito cedo, ele se envolveu com a língua portuguesa, que deve ser o seu feudo amado. É um dos maiores estudiosos de nossa deslumbrante língua portuguesa, um sábio desta mesma língua. É curioso assinalar que ele se formou perito contador na Escola de Comércio Amaro Cavalcanti, e conforme tenho a impressão de ter conversado uma vez com Antônio Houaiss, isso foi muito importante na sua formação, e isto é importante destacar, pois há um certo sentimento memorialístico a respeito desse fato.

Formado em Letras Clássicas pela faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, foi professor de Português desde

⁵ Discurso de abertura da sessão de conferências em que Antônio Houaiss falou, na Academia Brasileira de Letras, sobre “Os Filólogos da Academia”.

muito jovem, e cedo também ingressou na carreira diplomática, servindo na Suíça (Genebra), na república Dominicana e na Grécia. Obteve uma extraordinária experiência política e diplomática quando serviu junto à organização das Nações Unidas, em Nova York, e foi muito importante, na ONU, para conectar o Brasil com o mundo africano, com países então considerados “periféricos”.

Depois disso, ele sofreu transtornos pessoais biográficos muito dramáticos, que ele soube enfrentar com uma dignidade única, com uma coragem exemplar, quando foi cassado e se afastou da diplomacia. Voltou ao Brasil – creio que isso definiu o destino de Antônio Houaiss de uma forma muito impressionante, porque não somente ele se vinculou à confecção e à feitura de dicionários, de enciclopédias, como a *Mirador*, enfim, vinculado-se a vários grandes projetos, multitudinários, como também iniciou o seu grande dicionário. Esperamos que possa terminá-lo agora com êxito, para a alegria de todos nós brasileiros, cultores e usuários da língua portuguesa.

Nessa oportunidade ele empreendeu uma aventura única, uma aventura do espírito, porque traduziu sozinho o *Ulisses*, do inglês espesso, denso e quase impenetrável de James Joyce, para a língua portuguesa, num período curtíssimo. Contrariando a tradição que ronda *Ulisses* (geralmente essa obra é traduzida por equipe, todo um grupo de pessoas trata de acercar-se dessa obra de convocação tão difícil), ele a fez sozinho, repito, e foi um grande sucesso no mundo da tradução brasileira.

Após ter sido cassado, uma coisa muito bonita ocorreu: ele foi reintegrado ao Itamaraty. Reconheceram as injustiças praticadas. De modo que hoje, embora não ostente o título, é o embaixador Antônio Houaiss, com justiça, e é um reparo histórico, moral, que não só redime quem afinal pôde fazê-lo, como também a todos nós que fomos atingidos pela cassação que lhe foi feita.

Trabalhou no jornalismo. É tão difícil abordar essa biografia esplêndida, porque é um homem que esteve presente em todos os instantes da vida brasileira. É uma biografia ocupada pelas instâncias nossas. É muito interessante que tenha sido também presidente do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, e devo dizer-lhes, para efeito biográfico, que fui sua vice-presidente, num período em que

estávamos mobilizando a sociedade brasileira para a restauração de tantos direitos. Tive a alegria e o privilégio de tê-lo como meu presidente. Essa circunstância aqui é histórica, uma pequena inversão de papéis.

Ganhou todos os prêmios, foi nomeado para o Conselho Federal de Cultura, esteve sempre à frente do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; fui indicada pelo Presidente Athayde para acompanhá-lo a Lisboa, numa dessas viagens.

A sua bibliografia é extensa nos campos da crítica e da antologia literárias, no campo dos estudos lingüísticos do Português, com inúmeras publicações no campo da fixação crítica do texto dos clássicos brasileiros, um trabalho excepcional, como sempre fez, junto com outros acadêmicos nossos. Fez parte da Comissão de edições críticas de obras de Machado de Assis, comissão importantíssima. Crítico, exerceu a ensaística brasileira, grande cultor da poesia, grande conhecedor da poesia de Drummond e de outros grandes poetas.

Ocupou-se com a feitura das grandes enciclopédias: *Delta Larousse*, *Mirador*, o *Pequeno dicionário enciclopédico Koogan-Larousse*, o *Dicionário básico escolar*, o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. No campo da tradução, além do *Ulisses*, traduziu também *O Negro na literatura brasileira*, de Raymond S. Sayers; aliás, eu conheço bem esse livro.

Antônio Houaiss é alguém que, embora no centro das inquietações intelectuais do homem contemporâneo, desde o início da nossa civilização, nunca se esqueceu das manifestações vitais, em todos os sentimentos. Creio que sempre amou muito a vida, em todos os seus reflexos. Nos seres humanos, admirou sempre a beleza das pessoas, das mulheres. Destacou-se igualmente no campo da gastronomia, é um profundo cultor da gastronomia.

Achou que me estendi, não só porque Antônio Houaiss merece, mas também porque estava vendo o público chegar; é um horário delicadíssimo, e com cinco minutos a mais podemos facilitar a vida do nosso auditório, muito querido.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Muito obrigada, tem a palavra o nosso mestre Antônio Houaiss.⁶

.....

Foi uma aula dada com imensa maestria e familiaridade profunda com a língua, com a sua gênese, com a sua origem, com a sua trajetória. Eu diria até que as palavras sábias de Antônio Houaiss nos fizeram viajar pelo mundo secreto e primoroso da nossa língua portuguesa. Muito obrigada.

E agora gostaríamos de abrir o debate com o público, que naturalmente pode se pronunciar, enviando perguntas por escrito.⁷ Enquanto isso, gostaria de registrar a presença dos senhores Acadêmicos: Marcos Almir Madeira, Geraldo França de Lima, Antonio Olinato, Tarcísio Padilha, Josué Montello, Celso Furtado, Ledo Ivo, Alberto Venâncio Filho, Pe. Fernando Bastos d'Ávila – que tomou posse na semana passada, já é um acadêmico que pode falar, votar – e o Acadêmico Evaristo de Moraes Filho.

Gostaria de agradecer a colaboração de todos, assim como as perguntas que foram formuladas, e devo dar os seguintes avisos: o dia 20 de novembro de 1997 reserva-se um momento histórico para a Academia, quando vamos inaugurar o nosso Centro de Memória; e na segunda-feira próxima, dia 24, neste mesmo horário, portanto às 17h 30 min, vamos ter a conferência “Os educadores”, que será pronunciada pelo Acadêmico Arnaldo Niskier.

Queria agradecer muito a presença dos senhores Acadêmicos, em particular, e do público em geral, e especialmente renovar os melhores agradecimentos ao Acadêmico Antônio Houaiss por essa aula inesquecível, repito. Esperamos poder contar sempre com a sua presença, em outros depoimentos magníficos.

Muito obrigada e até a próxima vez.

⁶ Depois das palavras de apresentação de Nélide Piñon, Antônio Houaiss proferiu a conferência acima apresentada, após a qual ela encerrou a sessão, elogiando o seu discurso, abrindo espaço para participação da platéia, registrando a presença de outros acadêmicos e agradecendo a todos, como se transcreve abaixo.

⁷ As perguntas e respostas que se seguiram á conferência do Acadêmico Antônio Houaiss estão disponíveis em gravação, vídeo e arquivo digital no Centro de Memória da ABL.

**PARTICULARIDADES LINGÜÍSTICAS
NO PORTUGUÊS DE ANGOLA**

Anete Mariza Torres Di Gregorio (UERJ e UNIG)

RESUMO

(Re)pensar sobre os laços histórico-culturais e lingüísticos que unem os países lusófonos é a razão mais abrangente da reflexão aqui apresentada. Seleciono um recorte específico, traçando a linha tronco de minhas considerações: eixo Portugal-Brasil, para que posteriormente possa desmembrar as conexões entre Portugal-Angola e Angola-Brasil. Só assim, a meu ver, viabiliza-se o alcance do objetivo da pesquisa: ressaltar as particularidades lingüísticas no Português de Angola. A proposta inicial é discutir, não puramente a questão terminológica, mas as possíveis implicações que podem advir da escolha de uma nomenclatura para classificar o português do Brasil e, por conseguinte, o português de Angola. Para tal, sigo a trilha de Celso Cunha, cujas idéias lúcidas são expostas em diversas obras acerca de o assunto. Na segunda parte, esboço algumas peculiaridades lingüísticas no Português de Angola. Todavia, é importante lembrar que de qualquer comparação só se podem extrair conclusões válidas, se feita em termos relacionáveis. Por isso, estabeleci como parâmetro de estudo, exclusivamente, a linguagem jornalística empregada nesses países. O jornal forneceu-me a possibilidade de trabalhar dois aspectos: o da norma culta (usada nas diversas seções) e o da norma popular (vislumbrada em crônicas permeadas por gírias). Dessa forma, flagro a língua em ebulição no ano de 1999, revelando a fotografia lingüística de Angola na passagem do século XX ao XXI.

PALAVRAS-CHAVE: dialetologia; português de Angola; linguagem jornalística.

O ingresso crescente de estudantes angolanos em Universidades Brasileiras impõe a todos os professores, em especial aos professores de Língua Portuguesa, um novo desafio: (re)pensar sobre os laços histórico-culturais e lingüísticos que unem os países lusófonos.

No presente artigo, a linha tronco de minhas considerações será o eixo Portugal-Brasil, para que posteriormente possa desmembrar as conexões entre Portugal-Angola e Angola-Brasil. Só assim, a meu ver, viabiliza-se o alcance do objetivo do estudo: ressaltar as particularidades lingüísticas no Português de Angola.

A proposta inicial é discutir, não puramente a questão terminológica, mas as possíveis implicações que podem advir da escolha de uma nomenclatura para classificar o português do Brasil e, por conseguinte, o português de Angola.

Ao se tomar por base a dialetologia hispânica, o emprego do

termo *dialeto* para designar o espanhol e o português americano em seu estado atual torna-se impróprio, sem apoio científico. Segundo o lingüista russo Gueorgi Stepanov, o termo *dialeto* evoca a “idéia de dependência (mais unilateral que recíproca) entre o dialeto, modalidade lingüística tida como inferior, e o idioma nacional concebido sempre como a síntese superior.”(CUNHA, 1985: 64)

Quanto ao português e ao espanhol, é incontestável a existência de uma comunidade lingüística ibero-americana. Ao mesmo tempo, é inegável que as modalidades americanas do português e do espanhol, que elaboram suas próprias normas, até no campo da expressão literária, devem qualificar-se como objetos sociolingüísticos especiais, em certo sentido autônomos, coexistindo nas fronteiras da citada comunidade lingüística, sólida e dinâmica em seu processo evolutivo.

Stepanov dá o nome de *variante nacional* a esse novo objeto sociolingüístico – subsistema de um arqui-sistema. Para ele, “a diferença básica do valor metodológico entre o *dialeto* e a *variante nacional* consiste em distintos modos de funcionamento social: o primeiro (o dialeto) é utilizável só por uma parte da comunidade humana no seio de uma nação; a segunda (a variante) é um instrumento usado pela nação inteira.” (CUNHA, 1985: 65)

Sob este ponto de vista, as peculiaridades da variante peninsular em confronto com as peculiaridades lingüísticas americanas (americanismos) permitem também classificar-se como “desvios” (iberismos), já que todas as variantes são paritárias.

Stepanov afirma-nos ainda que “o prestígio da protovariante peninsular condiciona uma situação especial entre as variantes paritárias e leva ao dualismo das normas utilizáveis e à realização assimétrica delas na variante americana”. (CUNHA, 1985: 66)

Era esta também a visão de Celso Cunha referente à primeira distinção que as variantes européia e americana do português apresentam em sua forma culta: em Portugal, vigora uma norma relativamente estável; enquanto ocorre, no Brasil, a dualidade ou a assimetria de normas, provocando a oscilação constante do português culto americano.

Para concluir a primeira parte deste artigo, quero deixar claro o porquê da escolha pela expressão *variante nacional*.

Conforme Celso Cunha, penso que “nenhuma das modalidades nacionais do português pode nem deve ser considerada “falar dialetal” ou “patois” em relação ao português europeu, ou a qualquer forma de língua tomada por modelo”. (CUNHA, 1985: 56)

Torna-se, portanto, imperativa a necessidade de legitimar-se o convívio de várias normas lingüísticas para que se tornem mais estreitos os laços com as comunidades que têm o português como primeira ou segunda língua. Não há hierarquia de normas, constata-se, apenas, relações de igualdade ou de diferença.

Logo, sem nenhum juízo de valor, a norma pode variar no interior de uma comunidade idiomática, seja de um ponto de vista dia-tópico (português de Portugal, português do Brasil, português de Angola), seja de um ponto de vista diastrático (linguagem culta, linguagem média, linguagem popular), seja, finalmente, de um ponto de vista diafásico (linguagem poética, linguagem da prosa). Tudo isso sem alterar a coesão do sistema, que faz a unidade fundamental da língua. Sistema e norma são coisas distintas. O que varia é a norma.

Levando-se em conta essas possibilidades e não obstante as variantes nacionais portuguesa, brasileira, angolana e outras, assim como o grande número de dialetos, pode-se afirmar que a língua portuguesa constitui uma unidade, estruturada num sistema gramatical e num vocabulário básico comuns e cristalizada por uma tradição escrita plurissecular.

Passo agora à segunda parte, em que tentarei esboçar algumas particularidades lingüísticas no português de Angola.

A recolha do exemplário aqui apresentado foi realizada no único jornal diário angolano –*Jornal de Angola* (setembro e outubro de 1999) – o que me permitiu ver a fotografia lingüística desse momento como reflexo da sociedade do final da década de 90, flagrar a língua em ebulição na passagem do século XX ao XXI. E, sobretudo, sentir as diferenças e os traços comuns entre as três variantes nacionais da língua portuguesa: a de Portugal, a do Brasil e, singularmente, a de Angola. É fundamental informar que, para a definição de sentidos das *gírias* arroladas, contei com a colaboração graciosa de estudantes angolanos vindos de seu país no ano em questão.

Ao contrastar essas modalidades nacionais do idioma português, não pretendo trazer à baila as discussões sobre os diversos con-

ceitos de *brasileirismo* e, por extensão, de angolismo.

Viso a salientar, principalmente, que a criação de uma forma idiomática ou a especialização semântica de outra não se fazem ao acaso, mas com um interesse direcionado: fazer valer a sua personalidade. No caso específico, a sua personalidade de angolano.

Esta é também a reivindicação brasileira desde José de Alencar, exacerbada pelo movimento modernista de 1922, que incitava a preferência sempre por palavras e construções vivas do português do Brasil a outras, mortas e gélidas, depositadas nos dicionários e nos compêndios gramaticais. Os modernistas exigiam uma elasticidade maior da expressão, sintaxe mais livre, menos sujeita às normas severas do português europeu. Alguns avanços já foram feitos, assiste-se hoje à aceitação de um maior liberalismo gramatical, mas, infelizmente, presencia-se ainda uma série de preconceitos linguísticos.

Espero, ardentemente, que após a recente conquista de uma pátria política (apenas três décadas de independência), os escritores angolanos construam uma pátria cultural sólida, delineando suas marcas linguísticas a fim de que se faça conhecer melhor em toda a comunidade lusófona.

Angola – nome derivado de NGOLA, sede do reino dos NGOLA – é um país da África Austral, com um território de 1.246.700 km² e cerca de 13,4 milhões de habitantes. Adota a língua portuguesa como oficial, mas, como língua materna, o português não é a primeira língua desse país. Predominam na população as línguas nativas africanas, que servem de instrumento de comunicação nas múltiplas situações correntes da vida, entre elas: kimbundu, umbundu, kuanhama, cokwe, kikoongo, herero. (CAMPOS, 1998: 23).

O português, portanto, sendo a língua oficial é utilizado na administração, no ensino, na imprensa, bem como para a sua comunicação com o exterior, em relações diplomáticas ou comerciais. Logo, seus usuários aprenderam-no na escola, adquirindo nova competência linguística e um desempenho, na língua escrita, próximo do de um nativo de Portugal.

Ratifico que são os traços comuns e as diferenças entre o português de Portugal, o português de Angola e o português do Brasil observáveis na língua escrita, que me cumpre apresentar.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Todavia, é importante lembrar que de qualquer comparação só se podem extrair conclusões válidas, se feita com termos relacionáveis. Por isso, estabeleci como parâmetro de estudo, exclusivamente, a linguagem jornalística empregada nesses países.

O jornal forneceu-me a possibilidade de trabalhar duas questões: a da norma culta (usada nas diversas seções) e a da norma popular (vislumbrada em crônicas permeadas por gírias).

Em relação à norma popular, focalizarei a *gíria*, na concepção de Amadeu Amaral: “é a linguagem popular no seu cunho mais expressivo e é também a linguagem nova, na sua fase mais rudimentar. A *gíria* é uma onda que vai e volta renovada”. (RECTOR, p. 39)

No que diz respeito à morfologia e à sintaxe, comprova-se uma série de identidades entre o português de Portugal e o de Angola, contrastando com a modalidade brasileira.

Cito algumas dentre elas:

a) Em Portugal-Angola encontra-se normalmente o registro do *mais-que-perfeito* simples com o seu sentido temporal, ao passo que no Brasil tende a fixar-se a preferência pelo uso do *mais-que-perfeito* composto:

“Quando *ouvira* falar do Luís Fernando, bem no começo dos idos de oitenta, ...”

b) O emprego da *mesóclise* no futuro é corrente no português europeu e no português angolano, o que não se verifica no português brasileiro:

“De 8 a 10 *realizar-se-á* a Feira de Música no Campo de jogos Manuel Berenguel...”

Mas, observa-se na variante nacional de Angola, ainda que timidamente, a interferência da norma usual brasileira: colocação em *próclise* no futuro. Destaco o exemplo:

“... enquanto os políticos *se desdobrarão*, com certeza, em maratônicas sessões de discursos...”

c) Uso de *estar a + infinitivo*, em Portugal-Angola, e que no Brasil é substituído por *estar + gerúndio*:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

“Os investigadores que *estão a trabalhar* no desenvolvimento dos futuros pilotos electrónicos asseguram que as rotas automatizadas serão mais seguras e eficazes.”

d) Portugal-Angola empregam os pronomes possessivos com artigo em casos em que Brasil não o faz:

“...dados adequados para analisar, validar e determinar *as suas* prioridades económicas e sociais.”

e) O português de Portugal bem como o português de Angola mantêm, no código do tratamento, o uso de *tu (te)* informalmente e *vós (vos)* em situação formal:

“*Tu* já escrevestes sobre isso.”

“Escolhemos esta peculiar maneira de saudar-*vos* neste momento e neste local, em homenagem ao homem de cultura que foi o poeta Agostinho Neto.”

Neste aspecto, ambas as modalidades nacionais distanciam-se, acentuadamente, da atual norma brasileira, que excluiu essas duas fórmulas.

f) Em Portugal-Angola empregam-se (para complicar a sintaxe do tratamento) *si-consigo* em circunstâncias que, no Brasil, utiliza-se *você* ou *o senhor*:

“Temos para *si* todo o tipo de eletrodomésticos.”

g) Tanto a variante nacional de Portugal quanto a variante nacional de Angola já não constroem com o pronome átono em próclise enunciados do tipo:

“Os participantes *debruçaram-se*, também, sobre a “caracterização das actuais actividades de emergência”...”

A variante nacional do Brasil, no entanto, continua construindo com o pronome átono em próclise, elaboração normal no português europeu clássico.

Cabe-me registrar que, embora com baixíssima frequência,

detectou-se no uso angolano o mesmo traço conservador utilizado no Brasil, no que concerne à colocação do pronome átono, conforme o exemplo:

“Se Noventa Palavras *o distinguem* como cronista antológico...”

Seria mesmo um caso de conservadorismo ou um sintoma de contaminação lingüística da variante nacional brasileira? Afinal, como já foi dito, intensifica-se o intercâmbio cultural entre Angola e Brasil.

h) Quando o pronome é complemento de um infinitivo, de um gerúndio ou de um particípio, no português brasileiro vem frequentemente ligado a eles, enquanto em Portugal-Angola une-se sistematicamente ao verbo auxiliar:

“ Os testes *vão-se centrando* sobretudo nos transportes urbanos automáticos.”

Encerrando as comparações que estabelecem as identidades lingüísticas entre Portugal e Angola em oposição ao Brasil, compete-me mostrar, excepcionalmente, uma semelhança entre o português de Angola e o do Brasil, em contraste com o de Portugal.

É o caso do verbo *ASSISTIR* na acepção de “estar presente”, “presenciar”, cuja construção preferencial é realizada, hoje, considerando tal verbo como transitivo direto e não mais como transitivo indireto regido pela preposição *a*, segundo a tradição gramatical:

“*Assistiram o acto* , o governador provincial de Benguela...”

Após o levantamento dos traços comuns entre as variantes nacionais do português europeu, do português angolano e do português brasileiro, interessa-me, agora, apontar as diferenças. Restrinjo-me, entretanto, a documentar exclusivamente as distinções entre a língua portuguesa de Angola e a do Brasil, devido à especificidade do trabalho.

Constata-se, na sintaxe, as seguintes:

a) O verbo *VISAR* no sentido de “ter em vista”, “ter por objetivo”, “pretender” é encontrado, no Brasil, sendo utilizado tanto como transitivo indireto – mantendo o rigor da língua culta – quanto como transitivo direto. Angola, no entanto, usa como transitivo dire-

to, construção característica da língua coloquial:

“... a estratégia *visa encontrar...*”

b) O verbo *PARAR* na acepção de “fixar-se”, no Brasil, é regido pela preposição *em*. Ao passo que em Angola é regido pela preposição *a*:

“Ontem, todas as atenções foram *parar à* sede nacional dos correios.”

Quanto ao léxico, constata-se que o português de Angola possui um vocabulário que ora se distancia do de Portugal ora da variante nacional brasileira. Mas, especialmente, há também palavras e expressões particulares no português angolano.

Apresento, abaixo, três listas:

a) A primeira de termos comuns à variante nacional angolana e à variante nacional brasileira, mas com acepções diferentes na variante nacional portuguesa.

Palavras: “*banda*”(gíria) – zona local; em Portugal: a *outra banda* o outro lado do Tejo (em relação àquele onde está Lisboa); no Brasil, o uso é idêntico ao de Angola. *Muamba* – (do Kimbundu *mu’hamba*, ‘carga’)1. Espécie de canastra para transporte. 2. Furto de mercadorias de navios ancorados e de armazéns da alfândega. 3. Contrabando (gíria). 4. Espécie de ensopado de carne de vaca, galinha ou peixe que leva azeite-de-dendê. Em Portugal, termo usado apenas na quarta acepção; no Brasil, na terceira. *Birita* (gíria) – cachaça, por extensão, qualquer bebida alcoólica (não se encontrou essa palavra no “Dicionário Contrastivo Luso-Brasileiro”, logo não se pode afirmar nada a respeito de seu uso em Portugal. No Brasil, o sentido é o mesmo do de Angola. *Zona* (gíria) – região que se caracteriza por certas particularidades (de população e atividades econômico-sociais de exploração “amorosa”). Em Portugal: noite, estômago, na linguagem informal; no Brasil, o termo é também utilizado como em Angola.

b) A segunda de uma palavra com significação idêntica em Portugal e Angola, porém com sentido diferente no Brasil; e, duas

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

expressões com formas idênticas em Portugal-Angola e diversa no Brasil.

Palavra: *gamar* (linguagem informal) – roubar, furtar subrepticamente sem ser pressentido; no Brasil, *vidrar*.

Expressões: *carta de condução* – carteira de motorista; *estudante bolseiro* – estudante bolsista.

c) Por último, palavras e expressões da língua portuguesa em Angola, pertencentes à linguagem informal e, em sua maioria, à linguagem popular – particularmente, as *gírias angolanas*.

Palavras: *maboque* – fruto tropical típico de Angola; *muadié* (gíria) – amante, parceiro; *bebucho* (gíria): “meu fofo”, forma carinhosa de tratamento; *pena de pato* – escrivão, funcionário público; *maka* – problema; *desbobinar* (gíria) – falar intempestivamente, despejando com raiva segredos íntimos; *imbamba* (gíria) – tralha, coisa insignificante; *alambamento* – dote; *gira-mulher* (gíria) – homem desavergonhado, imoral; *Hiace* – Van (transporte); *ruca* (gíria) – carro; *cumbú* (gíria) – dinheiro; *kota* – pessoa de respeito, adulto; *ndengue* – criança; *balande* (gíria) – casa; *mbuite* (gíria) – cacete, porrete; *kíbuá* (gíria) – zoação diante de uma queda; *baçula* (gíria) – queda; *boelo* (gíria) – burro; *jinguba* – amendoim; *kapuka* (cachaça); *maluvo*, variante de *maluvu* – bebida fermentada, própria de Angola, extraída da seiva de palmeiras ou de plantas similares; *kazukuta* (gíria que estava em desuso e reaparece agora) – confusão; *Tuga* (gíria) – Portugal; *kimbangula* – carregador de sacolas por qualquer trocado; *caular* (gíria) – comprar.

Expressões: *ter em carteira* – ter em arquivo; *espaço que madeia* – espaço vago; *fazer dever* – fazer uma carta para pedido de namoro firme, caracterizando compromisso de casamento futuro (costume mantido em certas regiões de Angola por algumas famílias tradicionais); *grifar feio* – vestir-se bem, com roupas de marca; *quarenta e picos de idade* – quarenta e tantos anos de idade; “*pernaõ*” a *granel* (gíria) – perna bem delineada na medida certa; *espetar uma prega* (gíria) – dar uma rasteira; *por portas e travessas* – ouvir de terceiros, boato; *carro-cross* – (gíria) – corrida de automóveis.

Diante do exposto, compete-me lembrar que se as últimas pesquisas registram significativas particularidades que aproximam o português falado em Angola do uso oral brasileiro, tal fato não ocorre na língua escrita. Este estudo permite-me declarar que, na língua escrita, o português angolano distancia-se mais da variante nacional do Brasil, seguindo, preferencialmente, a norma do português europeu.

Acho essencial, entretanto, confirmar que é através do léxico, constituído também de palavras originárias das línguas nativas africanas e, particularmente, da criação de *gírias*, que é demarcada a fronteira lingüística de Angola. Diferenças são desejáveis e sempre haverá. O que importa é que essas variabilidades venham a ser mais conhecidas pelos usuários da mesma língua de cultura. E, para isso, deve-se ter o concurso das Universidades como promotoras do intercâmbio de professores e alunos, a fim de que se possa partilhar os conhecimentos histórico-culturais e lingüísticos de todos os territórios de língua portuguesa.

As línguas de cultura têm variantes, variações e variedades, mas é preciso que se lute para que elas não extrapolem aquele matiz ideal preconizado por Jorge Luís Borges – “um matiz que seja bastante discreto para não entorpecer a circulação total do idioma e bastante nítido para que nele ouçamos a pátria”. (CUNHA, 1972: 85)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Bernardo. *Kiela, Um jogo de origem africana*. [Angola]: Elo, 1998.

CUNHA, Celso. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

———. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

RECTOR, Mônica. *A linguagem da juventude*. Petrópolis: Vozes, [s/d.?).

VILLAR, Mauro. *Dicionário contrastivo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

PROCEDIMENTOS DE MONITORAMENTO DO FALANTE EM DIÁLOGOS SIMÉTRICOS

Paulo de Tarso Galembeck (UEL)

RESUMO

Este trabalho expõe os diversos procedimentos de auto e heteromonitoramento utilizados pelo falante em diálogos simétricos e, bem assim, discute o papel desses procedimentos no estabelecimento e manutenção da interação entre os interlocutores. A exposição compõe-se de duas partes: na primeira, conceitua-se conversação e discutem-se os conceitos de monitoramento; na segunda, são apresentados os diversos procedimentos discursivos utilizados pelo falante no monitoramento do próprio discurso (automonitoramento) e no discurso do interlocutor (heteromonitoramento).

PALAVRAS-CHAVE: discurso falado; interação; monitoramento.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar os diversos procedimentos discursivos por meio dos quais o falante, em diálogos simétricos exerce uma dupla atividade de controle. A primeira dessas atividades diz respeito à fiscalização do próprio discurso, com o objetivo de assegurar-se que está sendo compreendido e está sendo criado o contexto partilhado entre os interlocutores. A outra refere-se ao monitoramento pelo falante das atitudes e reações do interlocutor.

O texto compõe-se duas partes: inicialmente, são expostas e discutidas as características da conversação e as noções de monitoramento; a seguir, expõem-se os procedimentos por meio dos quais os falantes monitoram a própria fala, assim como as reações do seu interlocutor.

Os exemplos citados foram extraídos de inquéritos pertencentes ao *cópus* do Projeto NURC/SP. Esses inquéritos pertencem ao tipo D2 – diálogos entre dois informantes e sua transcrição está publicada em Castilho & Preti (1987).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A conversação

CASTILHO (1988: 03), retomando Levinson, afirma que a conversação é entendida como o intercurso verbal em que duas ou

mais pessoas se alternam, discorrendo livremente pela vida diária. HILGERT (1989:82) acrescenta que a “conversação representa uma atividade prática e cotidiana, cujo desenvolvimento depende da auto-organização patrocinada interacionalmente pelos interactantes”. Os interactantes ou interlocutores constituem os sujeitos da conversação, e, ao interagirem, desenvolvem a conversação.

O caráter interativo caracteriza a conversação como uma atividade conjunta, realizada por dois ou mais participantes. Nessa atividade conjunta, há uma clara distribuição de papéis (falante e ouvinte), porém esses papéis são transitórios, já que a característica básica da conversação é a alternância dos turnos de fala.

O falante e o ouvinte são igualmente ativos, mas a participação de ambos ocorre de forma diferenciada. O falante é aquele que – num dado momento – assume o papel de condutor principal do diálogo e torna-se o responsável pelo desenvolvimento do tópico em andamento, podendo dar continuidade a ele, redirecioná-lo, abandoná-lo. O falante deseja ser ouvido e compreendido, e, para tanto, exercer, continuamente, uma dupla fiscalização: o monitoramento da própria fala (por meio de paráfrases, correções, inserções parentéticas) e o acompanhamento das reações do interlocutor (marcadores de busca de aprovação discursiva ou de envolvimento do ouvinte). Em ambos os casos, o falante busca de ter a certeza de que está sendo compreendido e eu discurso é adequado à situação.

O ouvinte, por sua vez, não é um simples espectador, como sugere o esquema tradicional da comunicação (emissor-receptor). Aliás, a simples presença (participação implícita) já confere ao ouvinte um papel ativo na conversação, pois o falante não pode deixar de levá-lo em conta na produção do diálogo. Já na participação explícita, o ouvinte intervém de modo ativo, para mostrar entendimento ou concordância, para mostrar entendimento ou concordância, para sinalizar que o falante pode continuar a fala, ou simplesmente, para demonstrar participação efetiva.

As diferentes formas de participação demonstram, da parte de quem fala, o desejo de ser ouvido, e, da parte de quem ouve, a predisposição para ouvir e compreender. Essa participação é indicada não só por meio lingüísticos (palavras ou expressões, elementos não-lexicalizados; marcadores supra-segmentais), como também por

meios cinésicos ou gestuais (gestos, expressões faciais, riso), e essas duas classes de meios situam igualmente como sinais de orientação e de verificação do canal. Todos esses sinais são indispensáveis para uma boa interação falante/ouvinte e a falta dos mesmos acaba por interferir negativamente na própria interação.

Monitoramento

O diálogo simétrico é caracterizado pela alternância dos interlocutores nos papéis de falante e ouvinte. Esses papéis são necessariamente transitórios, e isso cria o que PRETI & URBANO (1990) denominam “dinâmica inter-relacionada”. Essa dinâmica conduz ao emprego de “um sistema de práticas, convenções e regras de comportamento” (GOFFMAN, 1970: 10), utilizadas com a finalidade de organizar o fluxo da mensagem e a participação dos interlocutores.

Uma das formas de participação dos interlocutores é o emprego dos sinais de monitoramento da própria fala ou da fala de outro interlocutor. O uso desses sinais decorre de uma das características da língua falada, o planejamento local, que leva à tomada de decisões no curso da construção do discurso. No diálogo simétrico, a presença do(s) outro(s) interlocutor(es) torna essa característica ainda mais evidente, e leva a um acompanhamento contínuo da própria fala e da fala e das atitudes das demais interlocutores, de modo que se redirecionar a fala de acordo com as atitudes do momento.

Na conversação, a fiscalização de nossas palavras e da falados outros interlocutores constitui uma constante. Assim, o falante determina os sinais (né?, não é?, certo?, entendem?), que não estão ligadas ao desenvolvimento do tópico, mas são empregados com o sentido de testar a reação dos ouvintes. Com essa mesma finalidade, o falante emprega procedimentos discursivos variados, como aqueles a que CASTILHO (1996) denomina atividades de reconstrução (correções, paráfrases) e de desconstrução (inserções parentéticas).

O ouvinte, por sua vez, não é um mero espectador, mas procura demonstrar que está engajado na construção do diálogo e fiscaliza as palavras do seu interlocutor. Para tanto, o ouvinte emite determinados sinais que orientam o falante e sinalizam para a continuidade da fala ou o abandono da mesma. Citem-se, a esse respeito, as palavras de MARCUSCHI (1986: 16): “o ouvinte orienta e monitora

seu interlocutor, retro-alimentando com informações cognitivas relevantes”.

SILVA (2001) define monitoramento como a fiscalização que cada interactante do diálogo exerce sobre o seu parceiro, no sentido de direcionar e regulamentar a conversação. O mesmo Autor menciona dois tipos de monitoramento: o do falante, que monitora o ouvinte; o do ouvinte, que monitora o falante. Cabe acrescentar que, com referência ao falante, existe ainda o automonitoramento, responsável pela busca da melhor forma de expressão e da adequação pragmática.

O conceito de face

O conceito de *face* foi inicialmente estabelecido por GOFFMAN (1970), a partir do quadro geral de interação face-a-face, no qual são realizados os textos falados. Segundo o citado Autor, o fato de alguém entrar em contato com outros constitui uma ruptura de um equilíbrio social pré-existente e, assim, representa uma ameaça virtual à auto-imagem pública construída pelos participantes do ato conversacional. Goffman denomina *face* a expressão social do *eu* individual; o mesmo Autor designa por *processos de representação (face-work)* os procedimentos destinados a neutralizar as ameaças (reais ou potenciais) à face dos interlocutores ou a restaurar a face dos mesmos.

As idéias de Goffman foram complementadas e aprofundadas por BROWN e LEVINSON (1978), que estabeleceram a distinção entre *face positiva* (aquilo que o interlocutor exhibe para obter aprovação ou reconhecimento) e *face negativa* (“território” que o interlocutor deseja preservar ou ver preservado).

As circunstâncias particulares em que se desenvolvem os diálogos fazem com que neles a preservação da face seja uma necessidade constante. Como não há previsibilidade quanto às ações a serem desenvolvidas pelo(s) outro(s) interlocutor(es), o falante adota mecanismos que assegurem o resguardo do que não deseja ver exibido e coloquem em evidência aquilo que desejam ver exibido. A necessidade de preservação da face torna-se particularmente relevante em determinadas situações, nas quais o falante se expõe de forma direta: pedidos, atendimento de pedidos ou recusa em fazê-lo, perguntas diretas e indiretas, respostas, manifestação de opiniões. Cabe

acrescentar que a preservação da face deve ser necessariamente considerada em relação ao quadro geral da interação, e não como uma atitude isolada do falante. É o que se verifica no exemplo a seguir: o falante formula uma pergunta que diz respeito à vida profissional do seu interlocutor. Essa pergunta representa, implicitamente, uma “invasão do território” do interlocutor, por isso o locutor procura mitigar os efeitos dessa invasão pelo emprego de um procedimento de atenuação, o emprego do futuro do pretérito:

- (01) L2 eu:: eu lhe *perguntaria* aí dentro desse problema [o horário de trabalho de L1]... você não... possui uma... um controle... digamos assim... em cima de você você deve produzir tanto num dia... ou... existe isso ou digamos um dia de chuva está um dia horrível para trabalhar um dia que você está indisposto você poderia pegar voltar para sua casa entrar num cinema distrair um pouco entende? ... que (que você) você poderia fazer isso?
(NURC/SP 062, linhas 251-258)

No caso da manifestação de opiniões, verifica-se uma dupla atitude por parte dos locutores: por vezes eles se distanciam dos conceitos emitidos (como forma de evidenciar que esses conceitos não são integralmente assumidos), mas, em outras situações, os locutores mostram que assumem – ainda que parcialmente – os juízos expostos. Essa duplicidade de atitudes corresponde a uma das atitudes mais evidentes do texto conversacional: dada a dinâmica desse tipo de texto, e o fato de ele construir necessariamente um trabalho cooperativo, o falante envolve-se diretamente na sua construção, mas, em certos momentos, sente a necessidade de mostrar um prudente afastamento.

MONITORAMENTO DO FALANTE

Dentro da dinâmica do diálogo, o ouvinte tem consciência de que necessita exercer uma dupla atividade de monitoramento: o monitoramento da própria fala (automonitoramento do falante) e o das atitudes e reações do ouvinte. No automonitoramento, o falante emprega procedimentos discursivos variados (paráfrases, correções, inserções parentéticas), como forma de certificar-se de que sua fala será compreendida e sua auto-imagem pública não sairá “arranhada”. Já no monitoramento ao ouvinte, busca o falante utilizar-se de procedimentos que lhe assegurem de que o canal de comunicação continua aberto.

Automonitoramento do falante

O falante tem consciência de que a sua posição é sempre vulnerável, já que ele pode a qualquer momento, sofrer objeções ou ser interrompido pelo seu parceiro conversacional. Por esse motivo, ele busca monitorar a própria fala, com a finalidade de certificar-se de que está sendo suficientemente claro, e explicativo, que, ademais, o conteúdo de sua fala tem pertinência e relevância em relação ao contexto que se cria (ou se recria) no decurso da própria interação. Além disso, o falante procura resguardar a própria face, prevenindo-se contra a formulação de dúvidas e objeções, sobretudo quando o assunto tratado é de natureza polêmica.

Para o automonitoramento, o falante emprega certos procedimentos incluídos por CASTILHO (1996) entre os procedimentos de reativação ou reformulação textual (paráfrases, repetições, correções) e de desativação ou ruptura (inserções parentéticas, que constituem casos de ruptura tópica parcial).

(a) Paráfrases.

As paráfrases e as correções inserem-se entre os procedimentos de reativação ou reformulação, os quais representam uma volta ao que já foi dito.

Com o uso de paráfrases, o locutor retoma com nova formulação o que já foi dito:

- (02) L1 uhn uhn... é que hoje:: dentro da nossa profissão ainda mais uma vez falando nela... até parece que sou emPOLGAdo por ela né? ((risos)) não acha?... o::... que com a empresa privada hoje em dia ela atende muito melhor entende?... que as entidades públicas... hoje em dia se ganha muito mais... então:: o:: órgãos públicos estão assim muito limitados em termos de... de números de de vagas para determinadas coisas...
(NURC/SP 062, linhas 850-857)

O segmento parafrástico (sublinhado com um traço) retoma e expande a matriz frástica (assinalada com um traço). Com esse recurso, o locutor explica e concretiza o enunciado anterior e, assim, cumpre uma função contextualizadora. Além disso, esse procedimento preserva a auto-imagem do falante, que, por meio dela, revela capacidade de discorrer sobre o assunto e previne-se contra possíveis objeções.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- (03) L1 [a empregada]
quer dizer não é só não vive em função deles mas de
manhã... a única função dela e me ajudar com eles...
mas eles não aceitam o menino porque... quer fazer tudo
sozinho... no que eu procuro deixar... e a menina porque
quer que seja a (mamãe) que faça né? então sou eu que::
tenho que ir fazer et cetera et cetera (...)
(NURC/SP 360, linhas 307-311)

No exemplo, a paráfrase retoma, de forma resumida, o enunciado anterior, e isso reforça seu papel de dona de casa.

(b) Correções.

A paráfrase volta-se para o já dito e tem, pois, uma dimensão retrospectiva, enquanto a correção é prospectiva, já que representa a busca do falante pela melhor formulação discursiva. Essa prospecção pode efetuar-se no plano da expressão ou do conteúdo. Os exemplos a seguir ilustram a primeira dessas possibilidades:

- (04) L2 é... trabalha junto ah à Secretaria dos Transportes...
o meu caso... é junto a::(na) na Procuradoria Fiscal...
trabalhando junto com a Secretaria da Fazenda... e
assim tem:: tem a Procuradoria de Assistência
Judiciária... tem a na na promoção social tem::...
em todas as em todas elas tem... agora o:: o:: a
as... as melhores... são junto às assessorias
(NURC/SP 360, linhas 827-833)
- (05) L2 e isso:: éh significa um aumento de vencimentos... e e::
além de que... da/dentro do aumento de vencimentos
haveria... uma promoção de todo o pessoal que está
agora...
L1 certo...
L2 (porque) o:: pessoal que está agora começa com vinte
a:: vinte bê:: e assim vai indo
[
L1 certo
L2 então todos esses... a partir de vinte a e vinte bê...
que é o nível... atualmente mais baixo... ta? são
os soldados rasos como a gente conta
L1 uhn...
L2 eles passariam para nível dois...
L1 certo
L2 e aí aí então a/ abri/a... abriria... mais vagas
(NURC/SP 360, linhas 523-538)

A correção no plano da expressão decorre da quase-simultaneidade que, no texto falado existe entre o planejamento e a

realização. Nas ocorrências citadas, verifica-se uma atitude de tateamento em busca da formulação mais adequada. Comprovando esse tateamento verifica-se que a correção no plano da expressão vem associada a marcas de hesitação ou o truncamento.

Na correção voltada para o conteúdo o locutor busca relativizar ou emendar o que disse como forma de prevenir-se de reações desfavoráveis de ouvinte.

- (06) L2 ah:: não tem ah toda a parte eh praticamente toda a parte jurídica do Estado é feita... não espera aí espera aí ((risos)) já estou exagerando não é toda a parte jurídica... do Estado... mas todos::... mas a grande parte jurídica do Estado... como a e... to/ todo o ser/ todo serviço de advocacia do Estado... é feita por procuradores do Estado...
(NURC/SP 360, linhas 806-812)

A informante exerce o cargo de procuradora do Estado e sabe que o marido de sua interlocutora também o faz. Em vista disso, ela resolveu reformular o enunciado como forma de atenuar a afirmação anterior.

Ambos os casos de correção estão ligados à busca da formulação discursiva mais adequada, para que o falante não sofra interrupções ou ressalvas.

(c) Inserções parentéticas.

As inserções parentéticas constituem desvios breves e parciais em relação ao tópico em andamento.

As inserções parentéticas que mais nitidamente denotam a função de monitoramento são as que explicitam e contextualizam informações do texto, as que previnem objeções e pedidos de opiniões pessoais. Inserções dos dois primeiros tipos são exemplificadas pelo exemplo a seguir:

- (07) L2 uma amiga minha que faz medicina e ela vai sempre para o Xingu... no campus avançado da da Paulista né? - - ... ela estava contando do::... de como que funciona o cacique da tribo que algumas vezes também é o pajé... e::... ele é simplesmente o cara que caça mais... mais esforçado lá o que dá duro tal... então quem não está a fim de dar duro... fica numa posição inferior mas isso é muito assim natural... e o camarada que:: que tem alguma necessidade - - aí você vai entrar em por que ele

tem essa necessidade mas enfim - ... que quer::
sobressair então chega um determinado dia ele diz “olha eu vou caçar... quem vem comigo e quem vem ajudar fazer a caçada” não seu o que tem ritual parará... e ele lidera né?... de uma certa forma mas é bem assim em função do trabalho a mais que ele realiza que ele tem uma:: uma posição superior

- L1 e os filhinhos dele... são considerados superiores ou não?
L2 não aí eu já não sei já não entrei::... porque lá es/ éh:: tem os kren-akarore não seu mais o que mas
L1 kren-akarore
L2 são::... tribos assim que têm mais ou menos a mesma estrutura... todos no ano... Alto Xingu eu acho Baixo não sei... e:: aí eu não entrei ((ruídos)) se tem algum privilegio (...)
(NURC/SP 360, linhas 732-755)

A primeira ocorrência está voltada para a contextualização de informações por meio delas, a informante procura explicar que está aludindo ao câmpus avançado da Escola Paulista de Medicina no Parque Indígena do Xingu. As duas outras, por sua vez, destinam-se a prevenir possíveis dúvidas ou objeções do interlocutor.

No próximo exemplo, as ocorrências representam opiniões que reforçam o que foi dito:

- (08) L1 (no momento) que falta uma peça que a... o esquema vai evoluindo... sempre e arranjando peças... criando peças novas vão distribuindo funções... necessárias... quer dizer ele pode estar num esquema de funcionamento... de interdependência muito grande... e que não pode TER::... eliminado alguma peça... dele
L2 uhn uhn
L1 Mas se por algum motivo alguma hora eliminar:: o Sistema inteiro... pifa né?
L2 ((ri)) acho que sim né?
L1 será que esse daí não é o perigo lá que o... Nostradamus falou para o ano dois mil?... ele falou que a... vinha um novo... anticristo... você pode interpretar o anticristo como digamos... um novo... entre parênteses computador... um novo sistema né?... de funcionamento... a coisa está tão... complicada e tão... certo? ele vai reduzindo cada função... para máximo de eficiência... mas fica com uma interde/ interdependência muito grande... hora que... você cortar... o movimento... pifa tudo né?
(NURC/SP 360, linhas 954-974)

Em ambas as inserções, o informante manifesta uma opinião e, por não se sentir segura, solicita a aprovação de L2 (né?, certo?).

Veja-se o exemplo a seguir:

- (09) L1 agora nessa parte de Engenharia também a parte que eu conheço é a parte de eletricidade...
entende?... o:: normalmente os engenheiros... eletrotécnicos que eles chamam... eles vão buscar especialidade no exterior... entende?... normalmente... principalmente financiado pela própria empresa entende? então normalmente você vê... indivíduos se deslocarem daqui fazerem curso na França ... em Porto Rico... ficam dois seis meses... tudo custeado pela empresa entende?
(NURC/SP 062, linhas 913-922)

Neste exemplo, o informante utiliza o marcador entende? porque não está certo de que o ouvinte dispõe do conhecimento prévio para entender o que está sendo dito. Esses marcadores certificam, pois, que o falante está sendo compreendido e pode continuar a fala. Essa função fica mais evidente quando se considera que vários verbos de valor cognitivo (sabe?, entende?), ou expressões que denotam certeza ou convicção (certo?, tá certo?). Verifique-se, a esse respeito, a presença do segmento parafrástico, que possui uma nítida função contextualizadora.

(d) Marcadores e procedimentos de atenuação.

Os marcadores e procedimentos de atenuação são empregados com a finalidade de diminuir a força ilocutória do enunciado e, assim, resguardar a auto-imagem (face) do falante:

- (10) (L1 e L2 estão a discorrer acerca das respectivas rotinas diárias de trabalho.)
L1 dizem né? – você vê – dentro da profissão do vendedor... a coisa mais difícil é você manter realmente o indivíduo... éh Oito horas em contato direto com os clientes... uma coisa realmente difícil...
(NURC/SP 062, linhas 231-234)

O falante está a discorrer acerca da própria profissão e, assim, sabe que o assunto é polêmico. Desse modo, ele adota uma atitude de resguardo e afastamento, assinalada pelo emprego do marcador dizem. Com esse marcador, o informante busca proteger-se de possíveis objeções, já que desloca a afirmação do campo meramente pessoal para a esfera do senso comum.

No exemplo a seguir, o resguardo é efetuado por meio de marcadores conversacionais que denotam incerteza ou imprecisão.

- (11) L2 o teu conhecimento especializado não dá para... só atinge uma área muito limitada e não dá... ah eu não sei... acho que:: eu... sabe... aí eu acho que o... não mudou muita coisa... se você pensar... assim numa época em que... por exemplo... o trabalho era bem artesanal... então você tinha o sapateiro... o:: ((tosse)) (cocheiro) não sei quê não sei quê né? ... acho que a especialização veio com... com a diferenciação humana (...)
(NURC/SP 343, linhas 933-942)

Com o emprego dos procedimentos e marcadores de atenuação, o falante busca diminuir a força ilocutória de suas assertivas e opiniões acerca de assuntos polêmicos, como forma de resguardar a própria imagem e a de seu interlocutor. O emprego dos atenuadores está ligado de modo direto e imediato, à dinâmica do texto conversacional e ao envolvimento entre os interlocutores.

Acrescente-se que, de forma genérica, todos os procedimentos de monitoramento já citados também exercem um papel no plano da preservação da face. Com efeito, a busca da formulação discursiva mais adequada e a explicitação e contextualização dos dados.

Monitoramento ao ouvinte (heteromonitoramento)

No item anterior, já foi discutido o fato de que a posição do falante é sempre vulnerável, pois ele pode sofrer “ataques” e perder o turno. Um dos procedimentos para neutralizar esses “ataques” e permitir ao ouvinte concluir sua fala é o emprego de duas espécies de marcadores conversacionais: aqueles que têm por função manter o canal aberto e os que envolvem o ouvinte.

Os marcadores cuja função mais relevante é manter o canal aberto são representados por certas expressões (sabe?, entende?, certo?, não é?, né?):

- (12) L2 certo... e que que você acha dessa polui/ poluição que tanto falam... que vão controlar vão fazer isso vão criar a área metropolitana o que que você acha?
L1 estão control/ controlando a poluição do ar agora né?... ((riu)) é:: o avanço da tecnologia né? provavelmente deve ter descoberto aí... éh:: qualquer técnica que vai: ajudar a::... controlar essa poluição do ar...
L2 você vê né? o mundo quer que nós conversemos a...

Amazônia para controlar a poluição mundial – que que você acha disso aí?

L1 não entendi bem a pergunta...

L2 o mundo aí o: naquela:.... última exposição que houve agora aí... – nosso Ministro do Interior foi representando - - eles não querem que devastem as áreas amazônicas... devido às:: vastas florestas tudo por causa da poluição... você acha que seria justo nós conservarmos aquilo o::u

L1 precisa manter o oxigênio do mundo né?... ((risos))

L2 e nós é que deveríamos conservar?... que que você acha? O pessoal todo mundo cortou progrediu...

L1 sei lá estão falando muito nisso viu? poluição do ar agora é::

L2 é tema do momento né?

L1 é a moda mesmo...

(NURC/SP 062, linhas 176-199)

Marcadores desse tipo são denominados marcadores de busca de aprovação discursiva (GALEMBECK, SILVA e ROSA, 1990). Com o seu emprego, o falante procura certificar-se de que está sendo entendido e – por ser o tema polêmico – suas idéias estão sendo aceitas. O falante procura, assim, uma sinalização positiva para dar continuidade à própria fala, por isso esses marcadores exercem a função subsidiária de sustentar a fala e propiciar a continuidade do turno. Acrescente-se que de entoação ascendente (própria de interrogações reforça o valor fático destes marcadores).

Os marcadores de envolvimento do ouvinte as geralmente representados por verbos de percepção (ver, olhar, observar), acompanhados ou não por um pronome (você):

(13) L2 você vê em Londres... você::

[

L1 ()

L2 você olha um mapinha qualquer bairro qualquer lugar que você quei/ que você queira ir tem assim no máximo com três quarteirões de distância uma linha de metrô que chega até lá e::

L1 mais ou menos não é bem assim não... dá impressão que é isso... nós estamos com muita política em cima do metrô né?...

L2 uhn uhn

L1 então quando foram fazer a Paulista... já tinham gastado três bi sei lá... cacetada de dinheiro (...)

(NURC/SP 343, linhas 366-377)

Com estes marcadores, o falante dirige-se diretamente ao ou-

vinte e realça a relevância do que vai ser dito. Trata-se, pois, de recursos que buscam envolver o ouvinte, levando-o a aceitar o que vai ser dito como algo relevante para a interação e o estabelecimento de um contexto comum partilhado. Acrescente-se que esses marcadores, geralmente, introduzem o enunciado.

COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

O exame dos procedimentos de auto e heteromonиторamento do falante revela que o emprego dos mesmos está ligado à construção do texto falado e à dinâmica das relações interpessoais. Com efeito, esses procedimentos são de natureza variada (marcadores conversacionais, palavras, frases nominais e verbais) e representam processos diferentes de construção do texto falado (reconstrução: paráfrase e correção; desconstrução: inserções parentéticas; procedimentos de atenuação).

A natureza diferenciada dos processos de reconstrução textual evidencia, de forma clara, o caráter multifuncional e multioperacional dos elementos empregados na construção do texto falado e, ademais, que esses elementos têm por função precípua o estabelecimento e manutenção das relações interpessoais. Fica claro, também, que o texto falado é planejado localmente e que, nesse planejamento local, o falante não pode perder de vista a figura do seu interlocutor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROWN, P. & LEVINSON, S. C. *Politeness: some universals in language use*. 2ª ed. Cambridge: U. Press, 1978.
- CASTILHO, A. T. de & PRETI, Dino. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. Diálogos entre dois informantes. São Paulo: T. A. Queiroz; FAPESP, 1987.
- CASTILHO, A. T. de. *Para uma gramática do português falado*. Cópia xerografada, 1988.
- . *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1996.
- GALEMBECK, Paulo de Tarso; ROSA, Margaret de Miranda & SILVA, Luiz Antônio. O turno conversacional. In: PRETI, Dino &

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

URBANO, Hudinilson. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. v. IV – Estudos. São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP, p. 49-89.

GOFFMAN, E. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1970.

HILGERT, J. G. *A paráfrase: um procedimento de constituição do diálogo*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 1989.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

PRETI, Dino & URBANO, Hudinilson (orgs.). *A sobreposição de vozes numa perspectiva psico-cultural e interacional*. In: — (orgs.) op. cit. São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP, p. 99-137.

SILVA, Luiz Antônio. *Monitoramento na conversação: a interferência do ouvinte*. In: URBANO, H. et. al. (org.). *Dino e seus temas: Oralidade, literatura, mídia e ensino*, 2001.

PROPÉRCIO E A ELEGIA I, 9

Mariza Mencialha de Souza

RESUMO

A elegia floresceu em Roma no século de Augusto e teve em Tibulo, Propércio e Ovídio os mais ilustres representantes do lirismo amoroso. A Elegia I, 9 relete essa faceta da obra de arte de Propércio, que, além de immortalizar, em seus poemas de amor, sua musa Cíntia, celebrou também as glórias do Império Romano sob o reinado de Otaviano.

Palavras-chave: Propércio, elegia, amor, Pôntico.

INTRODUÇÃO

Propércio é um nome que ficou ligado para sempre à elegia latina. Como Ovídio e Tibulo, dois outros expoentes do gênero, soube com muita arte imprimir ao verso elegíaco a marca do seu talento, cantando, sobretudo, o amor por Cíntia, sua grande musa inspiradora. Além do amor, que aliou muitas vezes à mitologia, exaltou também a grandeza de Roma, consolidada, depois de Júlio César, com as novas conquistas e vitórias do imperador Augusto Otaviano.

A ELEGIA

A elegia, na Grécia, estava associada a uma forma métrica, o dístico elegíaco, composto de um hexâmetro e de um pentâmetro. Servia este metro para expressar os mais diversos estados d'alma e era usado nos cantos fúnebres, exaltação da pátria, epigramas, epitáfios, sátiras e em outras formas de expressão poética. Em Roma, a elegia adquiriu estatuto de gênero literário, com Tibulo, Propércio e Ovídio, que empregaram o metro grego para cantar, sobretudo, o amor. Para maiores detalhes sobre o assunto, consultar o nosso artigo "A arte de amar na *Elegia I, 4* de Tibulo", publicado na revista *Principia*, nº 10, do Instituto de Letras-UERJ, 2003.

VIDA E OBRA

Propércio (Sextus Propertius), poeta elegíaco que viveu no século de Augusto, nasceu na Úmbria, talvez na cidade de Assis, por

volta de 47 ou 46 a. C., e morreu em torno de 14 a. C. Pertencia a uma família de proprietários arruinados, cujas terras foram confiscadas e repartidas entre os veteranos da guerra de Filipos, ocorrida em 41 a. C. Foi também vítima de outro infortúnio: a guerra de Perúsia, que destruiu completamente sua pátria, semeando em sua família o luto e a tristeza. As amarguras deixadas por esse funesto episódio se refletirão também em sua poesia.

Após esse acontecimento, ainda jovem, já órfão de pai, iniciou-se na carreira da advocacia e, por consequência, nos exercícios da oratória. Todavia, a pobreza a que ficou reduzido e, certamente, sua veia poética, não lhe permitiram continuar com os estudos forenses, tendo, por isso, enveredado pelo caminho da poesia.

Na Roma dos Césares, conheceu seu primeiro amor, uma escrava de nome Licínia. Mas seu romance com ela foi passageiro, durando apenas alguns meses. Licínia não foi totalmente esquecida, sendo lembrada pelo poeta na elegia III, 15. Entretanto, só dois anos mais tarde, é que Propércio viria a conhecer a mulher que seria a verdadeira paixão de sua vida, Cíntia.

Cíntia, Hóstia para Apuleio, pertencia à alta aristocracia. Era uma mulher casada, de vida livre, mas não uma cortesã. Encantadora bailarina, também conhecia música e poesia. Dona de uma rara beleza, Cíntia teve muitos amantes, dentre os quais, Propércio.

Após haver conhecido Cíntia, com quem viveu durante cinco anos um grande amor, Propércio publicará, por volta de 28 ou 29 a. C., seu primeiro livro de elegias, o *Monobiblos* ou *Livro de Cíntia*, dedicado inteiramente à sua musa. Nele, o poeta canta o amor como um sentimento puro e sincero. Com sua publicação, tornou-se célebre, sendo imediatamente reconhecido e acolhido por Mecenas e Augusto. Não seria isso uma compensação para o poeta, cujos pais haviam sido despojados dos bens durante sua infância?

Após a consagração de seu nome, escreveu mais três livros de elegias. No segundo, tal como no primeiro, também predomina a temática amorosa, e Cíntia continua sendo a figura central de seus versos. Em ambos, são freqüentes as referências mitológicas. Não constituem elas apenas um traço da erudição de Propércio, mas servem, sobretudo, de *exempla* para respaldar o sentimento amoroso. Na elegia I, 20, por exemplo, o poeta recorre ao mito para fundamentar,

com a experiência amorosa vivenciada pelo formoso Hylas, as advertências dirigidas ao amigo Galo.

Devido a esse uso excessivo dos mitos, Propércio tem sido alvo de inúmeras críticas. A esse respeito, Marmorale (s/d:250), que não lhe poupa farpas, assim se expressa: “E é deveras lamentável que em todas as ocasiões exorbite com os seus mitos raros, porque deste modo se perde a sua profundidade, o seu sofrimento doloroso”.

Uma voz, no entanto, se levanta em defesa do cantor de Cíntia. Trata-se do pesquisador francês D. Paganelli (1929:X), tradutor e editor crítico da obra de Propércio. Eis suas palavras:

Que si l'on invoque contre lui les développements et les digressions d'ordre mythologique, sa défense est aisée.(...) la mythologie à Rome, dans la poésie savante des Alexandrins, est plus qu'un accessoire; c'est une nécessité; c'est une face du double aspect que revêt le lyrisme et particulièrement l'expression de l'amour; c'est une manière, la manière d'ennoblir la passion de l'amour, de lui donner un prestige poétique et une justification historique ou légendaire.

Além das referências mitológicas, o estilo do poeta se caracteriza também pela linguagem rebuscada, apresentando, por isso, um vocabulário bastante elevado, com um acúmulo de figuras de linguagem e uma sintaxe muitas vezes hermética e obscura.

No terceiro livro, de temática mais variada, diminui, consideravelmente, o percentual de elegias dedicadas a Cíntia. Nele, Propércio, que antes tornara Cíntia a musa inspiradora de seus primeiros versos, começa a ceder lugar também para as elegias fúnebres, bem como para as de temática nacionalista, reservando outro tanto delas para as reflexões sobre a poesia e sua arte.

Aqueles poemas nacionais, apenas esboçados no terceiro livro, acentuam-se no quarto volume, ocupando a maior parte de suas páginas. Desta vez, já separado de Cíntia, Propércio imprime um novo tom à sua lira, resolvendo também celebrar a pátria, suas lendas, seus heróis, suas virtudes. Revela-se aí um verdadeiro Calímaco, deixando entrever as influências recebidas do poeta alexandrino. No entanto, não oculta o sentimento de romanidade, a inspiração religiosa e nacional com que canta a pátria. A esse respeito, são oportunas as seguintes palavras de Marmorale ([s/d]: 250):

Propércio quis compor um livro de elegias, o quarto, quase todo dedicado à glorificação de Roma. Aqui Propércio revela, mais que nos ou-

TRADUÇÃO⁸

Eu te dizia, ó zombador, que o amor havia de chegar, que tu não haverias de falar para sempre livremente: eis que jazes abandonado e suplicante te arrastas para as leis de uma mulher, e agora a ti dá ordens (uma mulher) qualquer, recentemente comprada.

Nem as pombas da Caônia me superariam no amor, em predizer quais jovens cada moça dominará. Com razão, o sofrimento e as lágrimas me tornaram experiente; e oxalá seja eu, após ter abandonado um amor, chamado de inexperiente!

De que vale a ti, agora infeliz, recitar um grande poema ou lamentar as muralhas (construídas ao som) da lira de Anfião? Mais vale no amor um verso de Mimnermo do que um de Homero: um Amor doce procura versos amenos.

Vai, peço-te, e abandona esses tristes poemas e canta (aquilo) que qualquer donzela gosta de ouvir. Por que não, se tu terias talento de sobra? Agora, insensato, tu procuras água no meio de um rio.

De fato, tu ainda não estás pálido, nem também foste tocado pelo fogo da paixão: esta é a primeira centelha do mal que há de vir. Então desejarás mais se aproximar dos tigres da Armênia e conhecer mais os grillhões da roda do inferno do que sentir tantas vezes em (teu) coração o arco do jovem (Cupido), e nada poder negar à tua (amada) enfurecida.

Nenhum Amor deu liberdade a alguém assim tão facilmente sem que, por outro lado, não (o) tenha oprimido. Que ela, ainda que seja bastante fácil, não te iluda: ó Pôntico, mais profundamente ela penetra (no coração), se de algum modo te pertence. Desde então não se pode desviar (dela) os olhos, (nem mantê-los) tranqüilos, nem o Amor que não se manifesta antes (e) enquanto (sua) mão (não) atinge (nossas) entranhas, (nos) permite ficar acordado com outro nome.

Ah! Quem quer que tu sejas, fuge das freqüentes carícias; a elas, nem as rochas, nem os carvalhos poderiam resistir; tu, essa alma frágil, poderias menos ainda.

Portanto, se tens vergonha, reconhece o quanto antes (teus) erros: confessar porque te consumes freqüentemente no amor, alivia (a dor).

ANÁLISE

Percebemos que o núcleo temático desta elegia, marcada pela freqüência da palavra *amor* e por outros vocábulos a ela relaciona-

⁸ Em nossa tradução, levamos em conta não só a sintaxe latina, mas também o espírito do texto, procurando sempre o melhor sentido para as palavras e construções latinas.

dos, tais como *igni* (v. 17) e *blanditias* (v. 30), gira em torno do amor, tema explorado exhaustivamente pelos poetas elegíacos.

O emprego do vocativo *Pontice* (v. 26) denuncia que Propércio não se dirige como de praxe à sua musa Cíntia, mas ao amigo Pôntico, a quem censura por compor carmes épicos (*graue carmen* – v. 9). Contudo, é a experiência amorosa vivenciada com Cíntia, a verdadeira paixão de Propércio, que servirá de fio condutor para o diálogo entre o poeta e Pôntico.

Ao ler os poemas de Propércio, observamos que este procedimento, por parte do poeta, de se endereçar a um amigo para tratar de assuntos de amor, ocorre com uma certa frequência nas elegias do livro I, tais como nas de número 4, 5 e 6, dirigidas, respectivamente, aos amigos Basso, Galo e Túlio. Já na elegia I, 7 (v. 1 a 6), Propércio se dirige também a Pôntico para falar de amor, referindo-se, inclusive, à inclinação do amigo para o canto de poemas bélicos:

Dum tibi Cadmeae dicuntur, Pontice, Thebae
armaque fraternae tristia militiae,
atque, ita sim felix, primo contendis Homero
(sint modo fata tuis mollia carminibus),
nos, ut consuemus, nostros agitamus amores,
atque aliquid duram quaerimus in dominam.
Enquanto, ó Pôntico, tu celebras Tebas de Cadmo
e as terríveis armas da milícia do irmão,
e competes com o distinto Homero, assim seja eu feliz,
(contanto que o destino seja favorável a teus versos),
eu, como me habituei, ocupo-me com meus amores,
e procuro algo contra uma cruel amante.

Nesta elegia, o poeta fala com a voz de um homem experiente, marcado profundamente pelas dores e sofrimentos do amor, como ele próprio confessa no verso 7. É essa experiência dolorosa que lhe permitirá, portanto, dirigir-se ao amigo Pôntico, em tom de freqüente advertência. O emprego do imperfeito do indicativo *dicebam* (v. 1), revela, contudo, que o poeta vem advertindo o amigo sobre os males do amor desde o passado e continua no presente, como o comprovam as formas de imperativo *fuge* (v. 30) e *fatere* (v. 33).

É também em nome dessa amarga experiência que o poeta assume o papel de um verdadeiro profeta do amor (v. 5-6). Com essa atitude, ele arroga a si mesmo o direito de fazer previsões, como notamos claramente no conteúdo dos versos 1, 2, 18 e 19, marcados to-

dos por formas verbais de futuro. Mas é, sobretudo, nos versos 5 e 6 que essa nota profética mais se acentua, quando o poeta-vate, para mostrar-se superior às pombas da Caônia nas predições que faz acerca do amor, emprega dois verbos de ação projetada para o futuro: o subjuntivo potencial *uincant* e *domet*. A passagem alusiva à região da Caônia representa aqui um primeiro indício da erudição de Propércio, mostrando que o mesmo conhece não apenas sua fauna (*columbae* – v. 5), mas também sua flora, pois como descreve Spalding (1965:49), esse lugar era uma

...região ao nordeste do Epiro, na Grécia, assim chamada por causa de Cáon. Essa região, cheia de montanhas e florestas, era célebre pelas glândes de que se alimentavam os homens, antes da invenção do pão. Igualmente célebres eram suas pombas, que prediziam o futuro.

Por outro lado, quando Propércio se refere às pombas profetizas da Caônia, com ar de superioridade, o faz para ratificar sua experiência amorosa.

Com a mudança do tempo verbal, de passado para presente, ocorrida entre o primeiro, terceiro e quarto versos, este último modificado, inclusive, pelo advérbio *nunc*, Propércio acaba por ver concretizadas suas previsões feitas no passado (*dicebam* – v. 1), passando a descrever, desse modo, uma relação amorosa na qual o amigo Pôntico se apresenta perante a amada na condição de submisso. Lembremos, contudo, que nessa relação amorosa, os papéis do amante e da mulher amada se invertem, passando esta de escrava (*empta* – v. 4) a senhora, e aquele, de senhor a escravo, idéia retratada nos terceiro e quarto versos. Essa relação amorosa de submissão do amante à mulher amada, que se reflete, por um lado, no emprego do verbo *iaces* e do adjetivo *supplex* (v. 3), e, por outro, nas formas verbais *uenis* e *imperat* (v. 3-4), vai mais tarde impregnar o amor vivenciado pelos poetas da Idade Média e do Renascimento. Assim foi com Propércio, assim será com Petrarca e Camões, que, ao contrário do autor latino, exaltaram a figura da mulher amada no nível de um amor platônico.

Retomando a questão da experiência amorosa, podemos afirmar que no oitavo verso, a começar pelo tom da exclamação, Propércio se revela um tanto arrependido por ter conhecido um dia um amor que lhe trouxe tantos dissabores, preferindo antes não tê-lo vivenciado. Esse arrependimento, que se reflete no desejo manifestado

pelo poeta de ser chamado de inexperiente (*utinam dicar rudis!*), torna-se mais evidente quando Propércio, para mostrar sua decepção com a experiência amorosa vivida com Cíntia, opõe o *rudis* final ao *peritum* do verso anterior, não sem razão posto na mesma posição do adjetivo que lhe serve de antítese.

No verso 9, o poeta se dirige a Pôntico empregando o adjetivo *misero*, em dativo, que, aliado ao verbo *flere* (v. 10), ressalta o estado de infelicidade em que se encontra seu amigo. Percebemos que nesse momento Propércio chama o amigo à razão, como que despertando-o de uma profunda letargia, daí o emprego de uma interrogação retórica, que, acrescida da lição ministrada nos versos 11-12, busca mais convencer do que propriamente indagar.

Ainda nos versos 10 e 11, notamos duas referências centradas no universo da cultura grega. A primeira, no campo mitológico, diz respeito ao episódio de Anfião; e a segunda, no âmbito da literatura, relaciona-se ao nome de Mímnermo e Homero. Ambas confirmam, mais uma vez, a erudição de Propércio, ou seja, o conhecimento do poeta acerca do mundo e da civilização dos Helenos.

Vamos, então, agora, antes de passarmos à análise do verso seguinte, tentar esclarecer, à luz da mitologia, o episódio de Anfião. Anfião era, segundo Bulfinch (1965:163),

...filho de Júpiter e Antíope, rainha de Tebas. Com seu irmão gêmeo Zétus, foi exposto ao nascer no Monte Citéron, onde os dois cresceram entre os pastores, sem conhecer os pais. Mercúrio ofereceu uma lira a Anfíon e ensinou-lhe a tocar, enquanto seu irmão ocupava-se em caçar e pastorear os rebanhos. Durante esse tempo, Antíope, a mãe dos gêmeos, que fora tratada com grande crueldade por Lícus, o rei usurpador de Tebas, e por sua esposa Dirce, conseguiu, afinal, informar os filhos de seus direitos e pedir-lhes ajuda. Com um bando dos pastores seus companheiros, os gêmeos atacaram e mataram Lícus e amarraram Dirce pelos cabelos à cabeça de um touro, deixando que o animal a arrastasse até matá-la. Anfíon tendo-se tornado rei de Tebas, fortificou a cidade com uma muralha. Dizia-se que, quando tocava sua lira, as pedras se moviam por si mesmas e iam tomar seu lugar na muralha.

Na descrição do mito, Anfião, à semelhança de Orfeu, possui o poder de encantar, com a doce melodia de sua lira, até mesmo seres inanimados. Propércio, quando alude a esse mito, o faz para mostrar a Pôntico que nem mesmo as muralhas erigidas por Anfião se comoveriam com seus tristes cantos.

A afirmativa expressa no verso 11, através do emprego do verbo *ualet*, modificado pelo advérbio de intensidade *plus*, demonstra que Propércio atribui maior valor às pequenas composições de temática amorosa. Para o poeta, os versos de amor, por sua natureza amena (*carmina lenia* – v. 12), agradam mais às donzelas do que os poemas bélicos, daí empregar, num gesto de polidez (*quaeso*), os imperativos *i, compone* (v. 13), opondo este último ao imperativo *cane* (v. 14), para convencer o amigo Pôntico a desistir dos versos tristes (*tristis libellos* – v. 13) e induzi-lo a cantar o que as moças gostam de ouvir (v. 14).

A partir da análise dos versos 12 e 13, feita no parágrafo anterior, percebemos que Propércio emprega a antítese *lenia/tristis* para estabelecer, respectivamente, uma distinção entre poesia amorosa e poesia bélica, associando o primeiro tipo de composição ao nome de Mímnermo e o segundo, ao de Homero.

Homero, como sabemos, compôs a *Ilíada* e a *Odisséia*, obras de assunto bélico. Mímnermo, ao contrário, pôs seu talento poético a serviço das elegias de amor. A comparação no verso 11, estabelecida entre seu nome e o de Homero (no abl. de comparação), revela a preferência de Propércio pelo poeta elegíaco, portanto, pelos carmes de amor. Aliás, esta inclinação pelos poemas de temática amorosa não é exclusiva de Propércio. Tibulo, igualmente, repudia os temas bélicos, preferindo tanger sua lira naqueles de amor, como confessa na seguinte passagem da elegia I, 1, v. 53-55:

Te bellare decet terra, Messalla, marique,
ut domus hostiles praeferat exuuias:
me retinent uinctum formosae uincla puellae.
A ti, ó Messala, convém guerrear, na terra e no mar,
para que a tua casa ostente os despojos inimigos:
a mim retêm, cativo, os vínculos de uma formosa mulher.

Guillemin (1939: 285) exprime essa atitude antibélica dos autores elegíacos latinos nos seguintes termos: “maudite soit la guerre et bien venue soit la paix avec toutes les bonnes choses qu’elle apporte. Son premier présent est l’amour”.

E, novamente, no verso 15, com o emprego da interrogação retórica, Propércio, consciente da capacidade de Pôntico, encoraja-o a cantar versos de amor, mostrando que somente sua insensatez, ex-

pressa pelo adjetivo *insanus*, não lhe permite enxergar seu próprio talento poético, idéia retratada no verso 16.

Numa atitude paradoxal, pois há pouco surpreendíamos o poeta aconselhando o amigo Pôntico a cantar versos de amor, agora, nos dísticos seguintes, Propércio, já profundamente amargurado, apresenta uma visão negativa desse sentimento, marcada, de um lado, pelo emprego do substantivo *mali* (v. 18), e, de outro, pela descrição de um estado físico de decadência (*palles* – v. 17), visto como conseqüência da paixão amorosa (*igni* – v. 17). Essa visão pessimista do amor acentua-se mais ainda pelo tom profético e negativo, conferido ao verso 18, no qual o mal previsto para o futuro, *uenturi mali*, é associado àqueles descritos no verso 17.

A partir dessa visão negativa, o poeta julga qualquer outra experiência menos dolorosa do que aquela vivenciada no amor. Esta idéia se encontra sintetizada nos versos 19 a 22, nos quais ele afirma, mediante a comparação *magis ... quam*, ser preferível experimentar o doloroso tormento do inferno e os perigosos tigres da Armênia a suportar as intensas torturas causadas pelo amor. Temos, então, no verso 19, outra referência à fauna. Dessa vez, relacionada aos tigres da Armênia, enfatizando não só o conhecimento de Propércio desta região, localizada na Ásia Ocidental, mas também dos animais ferozes que nela habitam.

No verso 21, Propércio alude, empregando a metonímia *pueri*, à figura de Cupido, deus do Amor, que, segundo a descrição de Harvey (1987:146), representa, na religião romana,

...o deus-menino do amor, filho de Vênus, uma adaptação do grego Eros, pouco importante no Panteão romano. Na literatura sua aparição mais notável é no primeiro canto da “Eneida”, onde Vênus lhe dá ordens para disfarçar-se em Ascânio e provocar o amor de Dido por Enéias.

Na mitologia grega, Eros, como afirma Spalding (1965:90), é concebido como

...o filho de Afrodite, com o carcaz bem fornido de setas, é um encantador menino alado, de cabelos encaracolados, risonho e trêfego, cujas travessuras nem sempre são inocentes. Toda vez que despede uma seta com seu infalível arco, o amor se implanta no coração e aí reina como tirano. Quando liga numa escolha feliz os corações de um homem e uma mulher, tudo vai bem; não raro, porém, seus caprichos dirigem-se a objetivos já comprometidos, e o final, sempre, é uma tragédia. Assim foi com

Dido, assim foi com Pasífae, com Ariadne, com Fedra, com Medéia, com Hipodâmia.

Notamos que, no plano mítico, Cupido, o Eros grego, na maioria das vezes, interfere no coração dos amantes, para semear o sofrimento amoroso. No plano real, Propércio ratifica a tirania do deus do Amor, mostrando as freqüentes torturas (v. 21) e as fúrias (*irata* – v. 22) que o amante tem de suportar da mulher amada, quando submisso aos seus caprichos.

Nos versos 23-24, o poeta sintetiza, numa frase de tom universal, os aspectos contraditórios do amor, que poderiam enfeixar-se em pares opositivos, tais como: liberdade/prisão, alegria/tristeza, fidelidade/infidelidade, harmonia/desarmonia, ódio/amor, dentre outros. Com relação às antíteses inerentes ao amor, sobretudo ao amor-paixão, merece destaque o *carmen* 85 de Catulo, no qual o antológico verso *odi et amo* ressalta uma das contradições próprias desse sentimento. Na elegia properciana, essa contradição do sentimento amoroso se expressa, no plano lexical, pelo contraste entre os verbos *praebuit* (v. 23) e *presserit* (v. 24) e, no sintático, pela oração introduzida pela conjunção consecutiva *ut non*, que figura como contrapartida em relação ao fato descrito na principal.

Na condição de amante experiente, Propércio assume o papel de um verdadeiro analista da alma feminina, trazendo à tona, no verso 25, a questão do ser/parecer. Por isso, através do emprego do subjuntivo jussivo *decipiat*, volta a advertir o amigo Pôntico para que não se deixe iludir com falsas aparências. Alerta-o ainda para o poder de sedução da mulher amada, a qual, segundo o poeta, vai tomando conta do coração do amante, sem que ele perceba (v. 26). Essa idéia é retratada de forma mais intensificada pela antecipação da apódose *acrius illa subit* e pelo advérbio de intensidade que a introduz.

Mais adiante, como consequência do seu poder de dominação e de aprisionamento, Propércio apresenta o amor como motivo de inquietação. Esta idéia é transmitida, de um lado, pela constante vigilância do amante (v. 27) e, de outro, pelo desassossego provocado pela imagem da mulher amada, que passa a dominar completamente o pensamento do homem enamorado (v. 28).

No verso 29, Propércio mostra que o verdadeiro amor só se manifesta depois de haver dominado completamente o homem, ou seja, *non ante donec manus attigit ossa*. Podemos confirmar esse ponto de vista do poeta, tomando por base a litote *non ante patet*, empregada pelo mesmo para abrandar uma afirmação que se nega pelo seu oposto.

Propércio encerra seu canto elegíaco mostrando que tudo é frágil diante do amor (v. 31-32), daí, numa personificação hiperbólica, colocar este sentimento não só acima das forças humanas, mas, sobretudo, acima da própria força da natureza. Nesta, como registra o poeta, com o emprego do subjuntivo potencial *possint*, formando locução verbal com *cedere* (v. 31), até mesmo os seres mais resistentes, como *silices* e *quercus*, acabariam por sucumbir ao poder irresistível do amor.

É essa fragilidade, atribuída a Pôntico através do epíteto *spiritus leuis* (v. 32), que impossibilita o homem de reagir diante das flechas de Cupido. Consciente dessa dura realidade, que também experimentou, Propércio, numa derradeira advertência, emprega os imperativos *fuge* (v. 30) e *fatere* (v. 33), visando a libertar de vez o amigo das garras do amor.

Por fim, criticando os atos de Pôntico e levando-o a admitir seus erros (v. 33), Propércio tenta, por todos os meios, convencer o amigo de que o desabafo é a melhor forma de amenizar a dor resultante do sofrimento amoroso (v. 34).

Somente a experiência dolorosa do amor, confessada abertamente pelo poeta, no verso 7, pode lhe permitir incursões pelo universo da mitologia, dando voz a uma pessoa que se desabafa, ora advertindo, ora vaticinando, ora apregoando as agruras do amor.

CONCLUSÃO

A *Elegia* I, 9 tem como principal fio condutor a experiência amorosa de Propércio vivenciada com Cíntia. É um poema-catarsis, fruto de uma grande paixão, elaborado por Propércio para dar vazão às suas decepções e desilusões amorosas. Está centrado em um *tu*, com quem um *eu*, experiente em matéria de amor, dialoga e se desabafa, mostrando os males a que se submete um amante quando dominado por Cupido. Não apresenta nenhuma nota de otimismo. Ao

contrário, o amor é retratado pelo poeta de forma negativa e descrito como um mal que perturba e tira o sossego do amante.

É o canto de uma pessoa desiludida, que só pôs na balança o lado ruim do amor, esquecendo-se dos momentos felizes que muitas vezes ele proporciona. É verdade que a mulher amada, usando, às vezes, certos artifícios, faz o homem sofrer, mas ela é também fonte de alegria e de prazer.

O poeta não dedica nenhuma linha exaltando o lado bom do amor, nem as qualidades da mulher amada. Não há no seu canto uma autocrítica, nem uma avaliação de seus atos. Terá sido deliberação ou simplesmente descrença no amor? Não teria também o cantor de Cíntia uma parcela de culpa pela dor que carrega?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia*. Trad. David Jardim Jr. Rio de Janeiro: Ediouro, 1965.
- FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. 4ª ed. Rio de Janeiro: MEC, 1967.
- . *Gramática da língua latina*. 2ª ed. Brasília: FAE, 1995.
- GRIMAL, Pierre. *Le lyrisme à Rome*. Paris: PUF, 1978.
- GUILLEMIN, A. “Sur les origines de l’*élégie* latine”. In: *Revue des études latines*. Paris: Les Belles Lettres, 1939.
- HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Trad. Mário G. Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- MARMORALE, Enzo V. *História da literatura latina*. Trad. João Bartolomeu Jr. Lisboa: Estúdios Cor, s/d.
- PROPERCE. *Élégies*. Trad., estabel. do texto D. Paganelli. Paris: Les Belles Lettres, 1929.
- SARAIVA, F.R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 10ª ed. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Garnier, 1993.
- SPALDING, Tassilo O. *Dicionário de mitologia greco-latina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.
- TORRINHA, Francisco. *Dicionário latino-português*. 2ª ed. Porto: Porto Ed., 1942.

RECURSOS NARRATIVOS N'OS *LUSÍADAS*⁹

Maria Paula Lamas

RESUMO

N'Os *Lusíadas* Luís de Camões exalta sublimemente os feitos heróicos dos lusitanos, seguindo os modelos da Antiguidade Clássica.

Como ação principal é relatada a viagem dos portugueses à Índia, repleta de peripécias localizadas num tempo que oscila entre o passado e o porvir, através de um discurso alternadamente analético ou prolético. A narração inicia-se estrategicamente *in media res*, encontrando-se as naus lusas já no Oceano Índico. Os acontecimentos anteriores são apresentados por Vasco da Gama, a pedido do rei de Melinde, e os posteriores surgem essencialmente através da intervenção de personagens mitológicas, sob a forma de profecia. Para realçar os aspectos fulcrais, o Poeta recorre à oratória com o intuito de apelar, entusiasmar, despertar diversos sentimentos, em suma, persuadir o receptor da mensagem.

Através de um estilo nobre, repleto de recursos estilísticos, Luís de Camões combina a língua culta latinizante com a língua oral tradicional, perpetuando, de um modo ímpar, o evento culminante do Renascimento português, os Descobrimentos, e, imortalizando, assim, um Poeta, um Povo e a sua História.

Palavras-chave: epopéia camoniana, recursos narrativos

Na epopéia camoniana Luís de Camões exalta sublimemente os feitos heróicos dos lusitanos, seguindo os modelos da Antiguidade Clássica. Como ação principal é relatada a viagem dos portugueses à Índia, repleta de peripécias localizadas num tempo que oscila entre o passado e o futuro, através de um discurso alternadamente analético ou prolético.

Para narrar a expedição de Vasco da Gama ao Oriente, datada de finais do séc. XV, Luís de Camões recorreu, sobretudo, à *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, ao *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*, atribuído a Álvaro Velho, e à *Ásia*, de João de Barros.

Documentado sobre as ocorrências, o Poeta faz coincidir o número de estâncias relativas à expedição com o número de dias em que a mesma decorreu. Tal foi observado por Jorge de Sena que minuciosamente efetuou um estudo sobre a estrutura d'*Os Lusíadas*.

⁹ Comunicação apresentada no III Simpósio Internacional de Narratologia, realizado em Buenos Aires, em Julho de 2004

(Sena, 1970). Para este investigador Luís de Camões pretendeu que a própria estrutura da sua obra fosse significativa, pois nada é arbitrário n'Os Lusíadas. A atestá-lo a presença do *número de ouro*, dado que esta epopéia, sendo uma obra de arte do Renascimento, joga com a relação ideal entre as partes e o todo, numa perfeita proporção. Jorge de Sena demonstra que, ao aplicar-se a *regra de ouro* a toda a obra, obtém-se, precisamente, o verso que coincide com a chegada dos portugueses à Índia. Uma outra aplicação do *número de ouro* às duas partes do poema, resulta, na primeira parte, a estância que relata a morte de Inês de Castro, e, na segunda, a estrofe que narra a atuação de Cupido com o objetivo de as Ninfas se apaixonarem pelos marinheiros. Esta análise leva Jorge de Sena a concluir sobre a relevância da mensagem de Amor patente em toda a epopéia.

Como renascentista, Luís de Camões segue as antigas epopéias, essencialmente a *Eneida* de Virgílio. No entanto, ao basear-se na realidade histórica, o Poeta afasta-se do seu modelo, cujas ações são *Fantásticas, fingidas, mentirosas*, (canto I, est. 11, v. 2), ao passo que ele demonstra que *A verdade (...), nua e pura, / Vence toda grandíloca escritura!* (canto V, est. 89, vv. 7-8).

Para despertar maior interesse, a narrativa inicia-se *in media res*, dando Luís de Camões a conhecer ao leitor os acontecimentos anteriores através de Vasco da Gama, que os vai apresentar a pedido do rei de Melinde, à semelhança da *Eneida* com o relato de Enéias a Dido. Os fatos posteriores surgem, sob a forma de profecia, principalmente através da palavra de entidades divinas.

O Poeta escolhe um dos momentos fulcrais da viagem, ou seja, quando os portugueses navegam no Oceano Índico, para os deuses se reunirem no Olimpo, a fim de decidirem sobre a sorte lusa relativamente à chegada à Índia. Desde logo, fica determinado que o povo lusitano contará com a ajuda de Vênus e com a oposição de Baco. A permanente proteção de Citeréia, ao longo de toda a viagem, é também representativa da relevância do Amor, sentimento metaforicamente revelado na rota de Vasco da Gama. (Cf. MACEDO, 1980: 41-42). O deus do vício vai ser oponente aos portugueses, porque os seus interesses e a sua fama se encontram ameaçados face à coragem e valentia de tal povo. Baco também remete para a falsa religião, opondo-se à Fé Cristã, que era um dos objetivos pretendidos com esta expedição ao Oriente. (Cf. MACEDO, 1980: 41-42)

É estrategicamente que Luís de Camões interrompe a viagem para relatar o que em simultâneo se passa no Olimpo, pretendendo uma perfeita interligação entre os dois planos independentes, ou seja, a realidade histórica e a intervenção dos deuses. O recurso contínuo ao maravilhoso pagão serve não só para dar beleza e movimentação à ação, como para realçar o valor do povo lusitano que surge divinizado.

Verifica-se que n'Os *Lusíadas* há uma deliberada separação entre o mundo dos homens e a esfera dos deuses, sendo as intervenções das divindades pagãs apresentadas veladamente como se fossem fenômenos naturais, contrariamente ao que acontece na *Eneida*. (Cf. MATOS, 1984: 351-352). Devido a este fato, Vasco da Gama considera que é a Divina Providência que o ajuda a ultrapassar os momentos difíceis, nunca atribuindo essa cooperação a Vênus, que atua numa outra órbita à qual o Ser Humano não tem acesso.

No decurso da viagem surge um contacto ilusório entre os marinheiros e o Adamastor, cuja passagem é a garantia de se alcançar o Oriente através do desvendar dos mares desconhecidos. De fato, o encontro entre o Gigante e Vasco da Gama é apenas uma visão que emerge na imaginação dos navegantes, simbolizando o respeito que o Cabo das Tormentas impunha aos homens. (Cf. SARAIVA, 1979: 27).

Do mesmo modo, o próprio encontro dos portugueses com as ninfas, na Ilha dos Amores, não desmente a intenção de o Poeta pretender separar a realidade da ficção, pois só ocorre depois da missão cumprida, denotando este contacto a perpetuação dos gloriosos feitos lusos. As aventuras amorosas entre marinheiros e deusas localizam-se propositadamente no plano do sobrenatural, em que deixa de existir a morte e as ações praticadas pelos heróis são meritariamente imortalizadas. (Cf. SARAIVA, 1979: 27).

Com o intuito de dar mais vivacidade à ação, Luís de Camões utiliza frequentemente a oratória para melhor percepção dos acontecimentos narrados, que permanecem atuais através do emprego do imperativo e do presente histórico. Diretamente o emissor da mensagem apela, estimula e tenta convencer o destinatário a tomar as atitudes pretendidas. António José Saraiva observou que, ao contrário da *Eneida* em que os discursos estão inseridos na narrativa, na epopéia

camoniana, a narrativa é que aparenta estar dentro do discurso do Poeta que se desenrola entre as duas intervenções dirigidas a D. Sebastião. (Cf. SARAIVA, 1979: 29).

Como prenúncio de êxito, logo no Concílio dos deuses, Júpiter faz o elogio dos portugueses, afirmando a sua valentia e considerando-os dignos de atingirem o seu objetivo. Posteriormente o pai dos deuses vai reiterar este seu juízo, profetizando grandiosos feitos para os lusitanos, quando Vênus o procura, lamentando-se da falta de atenção a que estão sujeitos os seus protegidos, estando continuamente à mercê das armadilhas de Baco:

Fermosa filha minha, não temais
Perigo algum nos vossos Lusitanos,
(...)
Que eu vos prometo, filha, que vejais
Esquecerem-se Gregos e Romanos,
Pelos ilustres feitos que esta gente
Há-de fazer nas partes do Oriente. (canto II, est. 44).

Devido à súplica de Vênus, Júpiter vai tomar providências, enviando Mercúrio à Terra para proporcionar uma boa recepção à gente lusa. Finalmente os portugueses vão encontrar um porto amigável, Melinde, onde se vão restabelecer para o prosseguimento da sua viagem. Aí, o rei vai solicitar a Vasco da Gama o relato da História de Portugal, que vai ser narrada pelo capitão em forma de analepse.

Durante a exposição histórica é assinalável o episódio da *formosíssima Maria*, filha de D. Afonso IV, casada com Afonso XI de Castela, que emotivamente vai solicitar o auxílio do pai:

Aquele que me deste por marido,
Por defender sua terra amedrontada,
(...)
Ao duro golpe está da Maura espada.
E, se não for contigo socorrido,
Ver-me-ás dele e do Reino ser privada;
Viúva e triste e posta em vida escura,
Sem marido, sem Reino e sem ventura. (canto III, est. 104).

O marido tem graves problemas, pois o seu reino está a ser invadido pelo inimigo comum. Se o rei português não se aliar ao soberano castelhano, a Península poderá correr o risco de ficar na posse dos adversários, sendo imperioso conjugar esforços. O discurso hiperbólico de D. Maria é de tal maneira eloqüente que obtém a me-

lhor recepção por parte do pai que se dispõe, de imediato, a colaborar com o genro.

Um outro discurso relevante, igualmente apresentado por Vasco da Gama ao rei de Melinde, é o de Inês de Castro, suplicando a D. Afonso IV que lhe poupe a vida, pois não fez nenhum mal que justifique a sua morte. D. Inês de Castro era familiar de poderosos nobres que ameaçavam a independência de Portugal. O seu relacionamento amoroso com o príncipe herdeiro fazia perigar o reino, tanto mais que Inês e Pedro tinham filhos que poderiam ameaçar a subida ao trono do legítimo herdeiro, D. Fernando, filho de D. Constança. Os conselheiros do rei vão insistir na necessidade de sacrificar D. Inês, exigindo a sua morte com base em argumentos políticos. É impressionante a súplica de D. Inês perante D. Afonso IV, tentando demovê-lo dos seus mortíferos intuitos, e, apresentando como principal argumento os seus filhos, netos do rei, que ficariam órfãos e desamparados:

A estas criancinhas tem respeito,
Pois o não tens à morte escura dela;
Mova-te a piedade sua e minha,
Pois te não move a culpa que não tinha. (canto III, est. 127, vv. 5-8).

Luís de Camões impregnou este seu episódio de um maravilhoso lirismo, personificando a própria natureza, que se compadece da morte de uma donzela tão bela.

Num estilo completamente diferente, mas igualmente em forma de analepse, Luís de Camões apresenta-nos o discurso de Nuno Álvares Pereira, que apela aos lusitanos no sentido de se organizarem no combate a Castela. Após a morte de D. Fernando, a coroa portuguesa estava ameaçada, pois a herdeira do trono, D. Beatriz, encontrava-se casada com o rei castelhano, e a sua mãe, D. Leonor Teles, defendia os interesses alheios a Portugal. Trata-se de um episódio que adquire grande relevância, porque antecede o relato da Batalha de Aljubarrota que pôs termo à crise de 1383/85. Os portugueses sentiam-se desmotivados e não pretendiam fazer frente ao inimigo, porque D. Fernando assim os habituara, tal como refere Nuno Álvares Pereira:

Pois se, com seus descuidos ou pecados,
Fernando em tal fraqueza assi vos pôs,
Torne-vos vossas forças o Rei novo,
Se é certo que c' o Rei se muda o povo. (canto IV, est. 17, vv. 5-8).

Através da força das suas palavras, o *Condestável* vai conseguir a mobilização de grande parte do povo que se convence da imperiodicidade de combater Castela, conservando a independência lusitana e elegendo como rei, D. João I, filho bastardo de D. Pedro.

Quase a terminar a sua narrativa ao soberano de Melinde, Vasco da Gama vai referir as dolorosas despedidas de Belém. No meio dos familiares e amigos dos marinheiros, surge o Velho do Restelo, personagem simbólica que representa a corrente que se opõe à expedição ao Oriente. Os argumentos utilizados vão no sentido da preservação da vida humana e da união da família. Para o Velho do Restelo esta viagem daria origem a muita dor, morte e semearia o adultério, fonte de desagregação do núcleo mais importante da sociedade. Esta figura considera que, com a partida dos homens mais valentes, Portugal ficaria mais desamparado e vulnerável às investidas do mouro do Norte de África que era necessário combater. Segundo António José Saraiva a posição do Velho do Restelo contraria as convicções humanistas manifestadas ao longo da epopéia camoniana. (Cf. SARAIVA, 1980: 146-150). Constata-se que a apologia da luta contra os mouros identifica-se com o ideal cavaleiresco que desvaloriza o comércio, e, por conseguinte, opõe-se a um dos principais objetivos da viagem.

Ao longo da narrativa surgem outros discursos que vão registar acontecimentos vindouros, como é o caso do Gigante Adamastor. Luís de Camões utiliza habilidosamente, em forma de profecia, as informações de que dispunha relativamente a acontecimentos que iriam ocorrer posteriormente. Os naufrágios sofridos por Bartolomeu Dias, D. Francisco de Almeida e Manuel de Sousa Sepúlveda são apresentados como sendo o futuro castigo, a suprema vingança do Gigante, face ao atrevimento dos portugueses em ousarem atravessar o seu território marítimo, até àquela época inexplorado:

Sabe que quantas naus esta viagem
Que tu fazes, fizerem, de atrevidas,
Inimiga terão esta paragem,
Com ventos e tormentas desmedidas. (canto V, est. 43, vv. 1-4).

Sob a forma de vaticínio elogioso, destaca-se no final do poema a intervenção de Tétis na Ilha dos Amores, quando acompanha Vasco da Gama ao cimo de um monte. A deusa vai mostrar-lhe o

Universo em miniatura, apontando os lugares nas várias partes do Mundo onde os portugueses se notabilizariam através dos seus feitos:

Até' qui, Portugueses, concedido
Vos é saberdes os futuros feitos
Que, pelo mar que já deixais sabido,
Virão fazer barões de fortes peitos. (canto X, est. 142, vv. 1-4).

Para transmitir *epicidade* à sua mensagem, Luís de Camões recorre assiduamente à comparação baseado na Literatura da Antiguidade. Tal sucede, por exemplo, no episódio de Inês de Castro, quando o Poeta refere a orfandade dos filhos de Inês e compara a triste sorte desta mulher indefesa com o caso de Policena, que foi sacrificada por Neoptólemo por imposição de seu pai, Aquiles. (Cf. ESCOBEDO, 2002: 253). Ainda neste episódio surgem outras comparações igualmente elucidativas da posição de Luís de Camões face às ocorrências narradas. É o caso da história dos irmãos Atreu e Tiestes, que o Poeta utilizou para condenar a indignidade do ato cometido contra uma frágil donzela. (Cf. SÊNECA, 1996: 9). Fingindo fazer as pazes com o irmão, Atreu ofereceu a Tiestes um banquete em que lhe deu a comer os próprios filhos como vingança da ligação ilícita entre o seu irmão e a sua mulher. O crime foi tão execrável que o sol se recusou a testemunhá-lo, afastando os seus raios. Luís de Camões faz o paralelo entre este caso e o martírio de Inês, considerando os dois semelhantes a nível de atrocidades cometidas.

Neste episódio, apesar de se basear na verdade histórica, Luís de Camões também recorre à mitificação dos acontecimentos para sensibilizar o leitor. Na época Inês era considerada uma mulher manipuladora que utilizava o seu poder junto do príncipe, em benefício de interesses alheios à coroa portuguesa. (Cf. TEYSSIER, 1974: 569-571). Só posteriormente, quando desapareceram todas as pessoas que poderiam testemunhar o seu caráter, é que se procedeu à transformação da sua imagem. Para essa mudança muito contribuiu Luís de Camões que referencia a Quinta das Lágrimas e a Fonte dos Amores, aliadas ao romance de Pedro e Inês, ornamentando o seu poema com detalhes românticos e cativantes. Ao desfigurar a realidade, o Poeta embeleza magnificamente o seu relato, apresentando, com um misto de veracidade e de lenda, uma das mais famosas e impressionantes histórias de Amor.

Consoante os episódios e respectivas personagens intervenientes, Luís de Camões vai conjugando a língua culta latinizante com a língua oral tradicional, enaltecendo, assim, a sua epopéia. Os variados recursos estilísticos utilizados amiudadamente no decurso d' *Os Lusíadas* elevam o Poeta à categoria de herói, nivelando-o ao Povo por ele retratado, tal como solicitara às ninfas do Tejo:

Dai-me igual canto aos feitos da famosa
Gente vossa, que a Marte tanto ajuda (canto I, est. 5, vv. 5-6).

Através de um estilo nobre, Luís de Camões perpetua, de um modo ímpar, o evento culminante do Renascimento português, os Descobrimentos, e, imortaliza um Poeta, um Povo e a sua História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SARAIVA, António José (ed. e org.). *Os lusíadas de Luís de Camões*. Porto: Figueirinhas, 1979.
- ESCOBEDO, J. C. *Enciclopedia de la mitología*. Barcelona: Editorial De Vecchi, 2002.
- MACEDO, Helder. *Camões e a viagem iniciática*. Lisboa: Moraes, 1980.
- MATOS, Albino de Almeida. *A mitologia em Camões vista através das perspectivas do poeta e da época*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1984.
- SARAIVA, António José. *Luís de Camões*. Lisboa: Bertrand, 3ª ed., 1980.
- SENA, Jorge de, *A estrutura de «Os lusíadas» e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do séc. XVI*. Lisboa: Portugalia, 1970.
- SÉNECA. *Tiestes*. Trad. J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Verbo, 1996.
- TEYSSIER, Paul. Le mythe d'Inès de Castro – La Reine Morte. **In:** *VII separata dos Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

UM CÉLEBRE SONETO À LUZ DA ESTILÍSTICA

José Antônio Senna (ENCE/IBGE)

RESUMO

Este artigo tem o propósito de tornar patente a importância da Estilística para a melhor apreciação de um texto literário, no caso específico o soneto *Duas almas*, do poeta simbolista Alceu Wamosy. Para tanto, levam-se em conta, entre outros, aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e estilísticos, que contribuem para a elucidação de certos fenômenos que vão muito além da simples explicação gramatical. No plano morfológico, por exemplo, sobressai a distinção estabelecida entre as vozes verbais, ocasião em que o poeta explora as nuances expressivas das modalidades ativa e passiva, bem como dos advérbios que as acompanham. No plano sintático, chama a atenção a inversão da ordem natural dos termos, que é responsável não apenas pela quebra da estrutura convencional de determinada oração, mas também pela obtenção de apreciáveis efeitos de natureza estilística. Acrescente-se, ainda, o uso de construções simétricas, quando então é possível perceber que a distribuição das mesmas classes gramaticais nem sempre corresponde às funções sintáticas por elas exercidas. No plano semântico, salta aos olhos a equivalência de significados entre certos adjetivos, os quais valorizam a natureza visual de uma dada caracterização. No plano estilístico, cabe registrar a presença de importantes figuras, cujo papel é realçar a expressividade do texto. Em suma, o soneto em questão revela absoluta harmonia entre *fundo e forma*, visto que às duas almas que constam do título, representadas ora pelo remetente, ora pelo destinatário, correspondem certas construções que lhes dizem respeito.

Palavras-chave: Morfologia, Sintaxe, Semântica, Estilística.

Embora seja vista com descrédito por alguns segmentos de nosso meio acadêmico, a Estilística dá provas de que continua viva e atuante. Sirva de exemplo a tradução para o nosso idioma (1980) do estudo pioneiro de Marcel Cressot, o qual remonta aos anos 40, quando os assuntos de ordem estilística se achavam em plena eferescência. Levem-se em consideração, também, os trabalhos de Chaves de Melo (1976), Brasileiro Vilanova (1977), Sant'Anna Martins (1989) e Lemos Monteiro (1991), vindos a lume, de acordo com as datas referidas, no último quartel do século passado. Adicione-se a tal relação a recente reedição da obra em que Mattoso Câmara revela sua outra faceta de grande lingüista (2004). Parece ocioso lembrar que a inexistência de tal disciplina nos currículos universitários, ou mesmo sua exclusão dos mencionados programas, representa grave prejuízo, sobretudo para os estudantes de Letras, que se vêem, assim,

privados de apreciar, mais detidamente, as potencialidades expressivas de nossa língua. Por outro lado, somos forçados a reconhecer que o ensino da Estilística tornou-se tarefa extremamente árdua, uma vez que requer do professor um conhecimento, tanto quanto possível abrangente, do material lingüístico de que dispõe.

Antes de darmos início à nossa análise estilística propriamente dita, cabe realçar a importância de Alceu Wamosy como legítimo representante do movimento simbolista brasileiro, que encontrou adeptos em diversas regiões deste país. Assim, do mesmo modo que é possível comprovar a existência de autores simbolistas nascidos na Bahia, ao lado de outros oriundos do Paraná, também é possível identificar a presença daqueles naturais do Rio Grande do Sul, onde avultam, entre outros, nomes como os de Eduardo Guimaraens, Homero Prates, Marcelo Gama e o poeta há pouco mencionado, de quem as antologias recolheram o soneto *Dois almas*, que será objeto deste artigo.

Ao longo de sua obra poética, composta de três coletâneas, Alceu Wamosy manifesta nítida predileção pelos tons velados, pelos ambientes penumbrosos, pelas paisagens outonais, traços que o situam em perfeita consonância com os princípios estéticos de sua escola. Todavia, o apuro formal com que constrói seus alexandrinos torna patente a influência parnasiana, sobretudo de Olavo Bilac, como prontamente se percebe já na leitura da estrofe inicial do referido soneto, que a seguir vem transcrito:

Ó tu, que vens de longe, ó tu, que vens cansada,
Entra, e sob este teto encontrarás carinho:
Eu nunca fui amado, e vivo tão sozinho,
Vives sozinha sempre, e nunca foste amada...

A neve anda a branquear, lividamente, a estrada,
E a minha alcova tem a tepidez de um ninho.
Entra, ao menos até que as curvas do caminho
Se banhem no esplendor nascente da alvorada.

E amanhã, quando a luz do sol dourar, radiosa,
Essa estrada sem fim, deserta, imensa e nua,
Podes partir de novo, ó nômade formosa!

Já não serei tão só, nem irás tão sozinha:
Há de ficar comigo uma saudade tua...
Hás de levar contigo uma saudade minha... (*Poesias*, p.127.)

Como se observa, o primeiro verso é introduzido por uma apóstrofe, figura que põe em evidência a função apelativa da linguagem, uma vez que o destinatário, aqui representado pelo pronome *tu*, é instado a participar de algo que lhe é verbalmente dirigido. Note-se, ainda, o emprego de duas orações adjetivas isoladas por vírgulas, ambas iniciadas com o mesmo pronome e a mesma forma verbal, construção simétrica que busca enfatizar a equivalência rítmica entre os dois hemistíquios, encerrados por palavras paroxítonas. No verso seguinte, a partícula *e*, longe de expressar a noção de acréscimo que primordialmente lhe cabe, parece possuir teor explicativo, que muito se assemelha à idéia de causa, impressão esta confirmada pela presença da forma imperativa *entra*. Os dois versos posteriores, cujo desenho sintático toma por base repetições em ordem invertida, remetem o leitor mais familiarizado com outros sonetos de nossa literatura à quadra inicial do famoso *Nel mezzo del camin...*, assim composta por Olavo Bilac:

Cheguei. Chegaste. Vinhas fatigada
E triste, e triste e fatigado eu vinha.
Tinhas a alma de sonhos povoada,
E a alma de sonhos povoada eu tinha.

Como se vê, estamos diante do fenômeno da intertextualidade, hoje em dia constantemente analisado, o qual consiste em identificar a presença de outros textos no cerne de um só texto. Cumpre observar que também Olavo Bilac se utilizou do citado fenômeno, uma vez que a expressão *nel mezzo del camin* se reporta ao verso com que o poeta italiano Dante Alighieri principia a sua *Divina Comédia*. Portanto, a intertextualidade é responsável, no caso em questão, pelo aproveitamento de um legado literário que atravessa os séculos até chegar à escola parnasiana e, posteriormente, ao período simbolista. Desta forma, no enunciado poético de Alceu Wamosy, é possível registrar a presença de diferentes discursos. Paralelamente a este fato, note-se a habilidade com que o autor se serve das vozes passiva e ativa, a ponto de fazê-las pertencer ora ao emissor, ora ao receptor. Ainda em relação à primeira estrofe, assinale-se uma expressiva alternância sintática, aqui representada pela posposição de *sempre* e a anteposição de *nunca* às suas respectivas formas verbais, variação esta que sobremaneira ressalta o contraste existente entre os dois advérbios.

A segunda estrofe, do ponto de vista semântico, se inicia com

uma particularidade digna de nota: o advérbio *lividamente* reitera a noção cromática de *brancura*, já implícita no substantivo *neve* e no verbo seguinte *branquear*, o que confere a esse fragmento uma impressão fortemente pictórica, como se o poeta buscasse alcançar a plenitude descritiva. Além disso, não se perca de vista a comparação compreendida no verso *e a minha alcova tem a tepidez de um ninho*, onde a presença do nome abstrato, seguido da preposição, tem o poder de destacar, expressivamente, a analogia contida em *e a minha alcova é tépida como um ninho*. Repare-se que o emprego tanto do adjetivo quanto da conjunção tornaria a comparação inevitavelmente banal, uma vez que a aproximaria do uso corriqueiro que dela se faz. Os últimos versos dessa estrofe se caracterizam por apresentar uma construção metafórica que, por assim dizer, personifica *as curvas do caminho*, já que estas, naturalmente, não se deixam banhar nas primeiras luzes de um novo dia. Portanto, o emprego conotativo do verbo *banhar* produz o efeito de criar uma atmosfera lírica, de todo condizente com o cenário retratado. Relativamente a essa quadra, assinale-se, também, a presença da hipálage, artifício retórico que consiste, no caso específico, em deslocar o adjetivo *nascente* do termo determinante *alvorada* para o elemento determinado *esplendor*. Observe-se que *nascente é a alvorada*, não propriamente *o esplendor*, uma vez que este decorre do surgimento daquela. Assim, obtém-se um resultado altamente expressivo, que sobremodo contribui para realçar a percepção impressionista de um fenômeno da natureza.

A terceira estrofe apresenta, em seu verso inicial, uma ocorrência assaz freqüente na linguagem literária, a qual diz respeito à permuta de funções sintáticas, que faculta a determinado adjetivo exercer função predicativa, e não atributiva, fato este que acarreta, forçosamente, outra distribuição dos termos. Assim, ao dar preferência à construção *quando a luz do sol dourar, radiosa*, em substituição a *quando a luz radiosa do sol dourar*, o poeta abandona a sintaxe convencional, não apenas em obediência à rima e à métrica, mas também com o intuito de imprimir ao verso um outro ritmo, uma nova cadência, uma musicalidade, enfim, que mais de perto se aproxime de seu ideal estético. A seguir, chama a atenção o fato de haver somente um substantivo acompanhado de quatro adjetivos, os quais guardam entre si, alternadamente, certa identidade semântica, porquanto se estabelece uma relação sinonímica entre a locução *sem fim* e o adjetivo *imensa*, da mesma forma que uma significação comum

associa os qualificativos *deserta* e *nua*. Note-se que os referidos elementos destacam o aspecto visual de certa caracterização, como se houvesse o propósito de valorizar o teor descritivo dos mesmos, evitando, deste modo, que qualquer registro passe despercebido. Como se o aproveitamento de todos esses recursos ainda de todo não bastasse, cumpre ressaltar a presença de fonemas aliterantes, aqui representados por *p*, *n* e *m*, cuja articulação sugere *afastamento inadiável*, *separação iminente*. A par desse fenômeno, cabe assinalar a maestria com que o poeta se serve dos diferentes timbres vocálicos do fonema *o*, fato que comprova, uma vez mais, o pleno domínio do material lingüístico que o idioma lhe oferece.

Por fim, a última estrofe, além de pôr em evidência a oposição entre remetente e destinatário, permite que o leitor mais aguçado se depare com a sutil diferença existente entre os adjetivos *só* e *sozinha*. Enquanto o primeiro traduz a idéia de *desamparado*, *desprotegido*, o segundo denota a noção de *solitária*, *privada da companhia de alguém*. Repare-se que semelhante distinção vem associada a uma outra, esta agora de natureza sintática. Se, por um lado, *serei* exerce o papel de liame verbal, por outro *irás* não vai além de seu mero valor intransitivo. Tal diferença, que diz respeito à predicação, faculta ao autor a possibilidade de explorar o antagonismo que passa então a se estabelecer entre um *verbo de estado* e um *verbo de ação*. Por sua vez, os versos finais vêm constituídos de um paralelismo antitético, visto que à perfeita simetria, no âmbito da construção frasal, se adicionam certas oposições, tais como as que se observam entre *ficar* e *levar*, *comigo* e *contigo*, *tua* e *minha*. Saliente-se, ainda, outro contraste de que o autor engenhosamente se utiliza: a igualdade no plano morfológico, representada pela distribuição de palavras da mesma classe gramatical, e a diversidade no plano sintático, expressa por meio das noções de *intransitividade* e *transitividade*, relacionadas, respectivamente, aos verbos *ficar* e *levar*, o que explica a classificação de *sujeito para uma saudade tua* e a de *objeto direto para uma saudade minha*.

Como se nota, ao longo de todo o texto, acentuam-se as bipolaridades, enfatizam-se as dicotomias, ao mesmo tempo em que se busca uma absoluta simbiose entre *fundo* e *forma*. Tal comunhão deixa claro por que diferentes pessoas do discurso, reconhecidas por outras peculiaridades que lhes são inerentes, vêm também especifi-

cadadas por certos traços de estilo que nitidamente as distinguem aos olhos do leitor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

CRESSOT, Marcel. *Le style et ses techniques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947. (Trad. port.: *O estilo e as suas técnicas*. Lisboa: Edições 70, 1980.)

MARTINS, Nilce Sant' Anna. *Introdução à estilística – a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1989.

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MONTEIRO, José Lemos. *A estilística*. São Paulo: Ática, 1991.

VILANOVA, José Brasileiro. *Aspectos estilísticos da língua portuguesa*. Recife: Casa da Medalha, 1977.

WAMOSY, Alceu. *Poesias*. 3ª ed. Livramento: Brisolla, 1950.

**ÉPICA HERÓICA DO PERÍODO STAUFER
E INÍCIO DO PERÍODO HABSBURGIANO**

Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ)

BIRKHAN, Helmut. *Geschichte der alt-deutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte.* Wien: Edition Praesens, 2004. 233 p. Volume 12, Parte VI: Épica heróica do período Stauffer e início do período habsburgiano.

Como produto de suas aulas ministradas durante o semestre de verão de 2004, Helmut Birkhan apresenta ao público leitor o sexto volume da série *História da antiga literatura alemã à luz de textos escolhidos*, um manual dividido em oito volumes que contém, de maneira sucinta, porém bem embasada lingüística, literária e historicamente as principais obras escritas e ou compiladas no espaço germanófono continental durante a Idade Média. Neste número, o autor preocupa-se em discutir a chamada épica heróica medieval em língua alemã, abordando alguns dos mais importantes e significativos textos da tradição das sagas e poesia heróica.

Chama-nos a atenção a alentada introdução ao tema, que contém um excelente quadro histórico a respeito da evolução dos estudos sobre o herói na literatura ocidental. Birkhan percorre, em linhas gerais, desde Cecil Maurice Bowra, que se ocupou do tema a partir das raízes homéricas até chegar a Joseph Cambell e sua obra *O herói de mil faces*. Logo a seguir, o autor expõe de forma concisa sua opinião ao distinguir entre “herói da realeza” e “rei herói”, *no que o primeiro tipo é representado por Siegfried, Aquiles, Rolando ou Cú-Chulainn e o último por Dietrich von Bern, Agamêmnon, Carlos ou Finn Mac Umail.* (2004: 10). Para ele, dois fatores são decisivos para a análise do caminho do herói, sendo o primeiro uma *oferta de identificação de uma vassalidade solícita ao serviço* e o segundo *a básica constelação trágica entre “vida curta gloriosa versus vida longa e relativamente tranqüila”*. (2004: 11). Utilizando-se da definição de Bowra por nós traduzida,

A poesia heróica passa a existir **quando a atenção popular se concentra não nos poderes mágicos de um homem, mas sim em suas virtudes especificamente humanas**, e, embora a concepção possa manter alguns resquícios de uma visão mais antiga ele é admirado porque satisfaz novos padrões que instalam um alto valor sobre qualquer um

que ultrapasse outros homens em qualidades que todos possuem em certo grau. (*apud* BIRKHAN, 2004: 11)

Certas características sobrenaturais, uma invulnerabilidade condicionada, a posse de objetos mágicos e o assim denominado *furor heroicus* também (con)formariam os atos e a personalidade heróica segundo Birkhan (2004: 11-12). Para nós, porém, o grande ponto trazido pelo autor em suas palavras introdutórias prende-se à relação que estabelece ao estudar a saga heróica. Conforme suas palavras,

A saga heróica possui suas fontes nos assim chamados **acontecimentos “reais” ou históricos**, que de uma certa maneira foram percebidos e transmitidos [e] através da “remitização” somam-se elementos míticos às personagens históricas, ou seja, elas são ligadas por ações rituais ou de culto.

Nesse momento torna-se imperioso ressaltar a validade de estudos interdisciplinares, que têm como centro o mundo medieval, mais especificamente, o universo germanófono da Baixa Idade Média, onde a ciência Medievalística Germanística, aliada à Filologia Germânica, ocupam papel de destaque dentro da exegese textual.¹⁰ O conhecimento das técnicas literárias, do labor estético enriquecem-se com as informações advindas dos documentos historiográficos, possibilitando ao estudioso uma visão mais ampla sobre o objeto pesquisado.

Como último tópico de destaque nas páginas iniciais de seu opúsculo, Birkhan discorre sobre a dificuldade de se fixar um conceito e limite definitivos entre saga heróica e épica heróica, acentuando, porém, como fato inconteste a derivação do romance daquelas duas formas literárias medievais.

Findos os prolegômenos, a obra apresenta uma divisão em ciclos temáticos, a saber:

1. O ciclo de sagas sobre os Nibelungos
 - 1.1 *A canção dos Nibelungos* e “*A querela*”¹¹

¹⁰ - Para um melhor detalhamento sobre o assunto cf. BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. O estudo da literatura medieval em alemão no Brasil à luz da Medievalística Germanística – algumas palavras. In: TELLES, Célia Marques & SOUZA, Risonete Batista de. *V Encontro Internacional de estudos medievais – Anais*. Salvador: Quarteto, 2005. p. 258-268.

¹¹ -Die Klage, no original, que também pode se traduzir por lamentação, queixa, demanda. (N. do T.)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- 1.2. A saga de Walther
2. O ciclo de sagas do Atlântico Norte sobre *Kudrun*
 - 2.1 *Kudrun*
 - 2.2 *Duque Horant*
3. A saga de Teodorico e a épica de Teodorico

Para a construção deste volume utilizou o catedrático vienense uma forma prática, simples, contudo acadêmica o bastante para facilitar a apreensão dos dados textuais. Seguindo uma proposta propedêutica são apresentados ao leitor em quase todos os capítulos acima elencados dados acerca da história da fixação por escrito do texto oral, bem como seu conteúdo e, quando o caso, pano de fundo histórico e mítico.

Dentre todos os ciclos de sagas germânicas destaca-se, sem dúvida, a história dos Nibelungos. Com labor de Crítica Textual, Birkhan dedica noventa e quatro páginas de sua obra a Siegfried, Hagen von Tronje, Kriemhilt e lista aqueles que são considerados pela crítica como os mais completos manuscritos da Canção, a saber:

1. Manuscrito **Hohenems-München**, datado de fins do século XIII e contendo 2316 estrofes; 2. Manuscrito de **St. Gallen**, datado da metade do século XIII e contendo 2376 estrofes; 3. Manuscrito **Donausching**, datado da primeira metade do século XIII e contendo 2442 estrofes.¹²

Após a análise filológica, o conteúdo é sumarizado e segue-se uma discussão a respeito dos pontos encontrados na obra que tenham respaldo histórico, i. e., até que ponto Átila, Teodorico, Gunther, burgundos, dentre outros, personagens e tribo do século V d.C. coexistiram e em caso afirmativo quais são os pontos de aproximação e distanciamento entre a fonte literária e o discurso historiográfico. Nesse sentido, o catedrático vienense afirma que,

Já por volta de 1100 Frutolf von Michelsberg, que consultara não só os historiadores antigos como Jordanes como também as sagas heróicas em língua popular, aludia para o fato de que Átila e Teodorico (e também o velho rei godo Ermanarico) não podem ter sido contemporâneos, segundo informação dos historiadores, não podendo esclarecer, contudo, o paradoxo entre ambas as fontes, pois ele considerava seriamente a saga heróica como testemunho histórico. BIRKHAN: 2004: 31

¹² -Para uma mais completa listagem dos manuscritos e fragmentos d'A *Canção dos Nibelungos* cf. BIRKHAN: 2004: 20-26.

Com relação à *Canção* e à saga *Kudrun* ainda são arrolados exemplos tardios e mesmo modernos do trabalho literário e até mesmo operístico com esses temas. No caso do ciclo de histórias em torno de Teodorico, **Dietrich** no original, o autor dedica algumas páginas ao estudo da gênese da saga e da antiga religião germânica, pois segundo Birkhan *há vários detalhes nos quais transparecem na figura de Teodorico de Ravena as feições do deus do êxtase Wotan*. (2004: 145).

Aspecto importante para facilitar a apreensão dos dados acadêmicos sobre as obras e momento histórico estudados é a preocupação do autor em apensar ao fim do volume uma série de reproduções e fotos de instrumentos musicais e de indumentária de atores, capas de fac-símiles e páginas de manuscritos das principais obras estudadas no volume, iluminuras, pedras rúnicas, roteiro de viagem mítica, partituras musicais e desenhos modernos. No trabalho com a Idade Média, para nós brasileiros distante e praticamente alheia ao nosso passado, é fundamental a disponibilização da maior quantidade possível de dados, a fim de tornar menos incompleto o painel do objeto que estudamos.

Na *História da antiga literatura em alemão à luz de textos recolhidos – parte VI: Épica heróica do período Staufer e no início do período habsburgiano* há a versão completa de todos os fragmentos textuais para o **Neuhochdeutsch**, moderno-alto-alemão, o que acreditamos ser de capital importância não apenas para o leitor germanofalante, porém principalmente para os discentes de língua portuguesa, interessados em acompanhar a evolução histórica do idioma alemão, investigar suas características e ter, com isso, facilitado seu acesso às fontes primárias.

Por fim, se lembrarmos que as aulas de Saussure serviram de base à Linguística Moderna e guardando as devidas proporções, somos de opinião de que a obra de Helmut Birkhan ora resenhada se inscreve dentro daquelas que podem se constituir entre nós como excelentes aulas acadêmicas com a demonstração por parte daquele de sua competência na tradição de pesquisa com textos medievais em língua alemã, conferindo à Mediévica Germanística e à Filologia Germânica o velho **motto** latino

FERRAMENTAS DA LÍNGUA

Claudio Cezar Henriques (UERJ)

ANDRADE, Tadeu Luciano Siqueira. *Sintaxe do português: da norma para o uso.* Salvador: EGBA, 200, 196 p.

(71 3116-2850 – egba@egba.ba.gov.br)

O professor Tadeu Luciano Siqueira Andrade, da Universidade do Estado da Bahia, coloca no mercado de Língua Portuguesa um livro que emprega no subtítulo duas palavras-chave para o estudioso de nosso idioma: norma e uso. O autor alega que seu trabalho é eminentemente descritivista, pois “considera as possibilidades de uso, levando em conta a língua como um bloco heterogêneo em processo de mudança”. É uma advertência pertinente para os dias de hoje e se insere num contexto de obras referenciais que abordam os usos da língua contemporânea culta como um parâmetro para a escolha consciente do falante. Cito três títulos expressivos que trabalham na mesma direção, o *Dicionário de Usos do Português do Brasil* (Ática, 2004), de Francisco da Silva Borba, e a *Gramática de Usos da Língua Portuguesa* (Ed. Unesp, 2000) e o *Guia de Usos do Português* (Ed. Unesp, 2003), ambos de Maria Helena de Moura Neves.

O livro de Tadeu Luciano se divide em dez capítulos, detendo-se os dois primeiros na descrição do período simples e do período composto (85 p.). A seguir, temos três capítulos de conteúdos mais específicos dentro dos estudos sintáticos: um de Regência (15 p.), que inclui o estudo da crase; um de Pontuação (18 p.); e outro de Concordância (24 p.). Os quatro capítulos finais (40 p.) tratam do que poderíamos chamar de Sintaxe Textual, englobando conceitos e ocorrências acerca dos temas *coesão e coerência*, *seqüenciação textual*, *correlação dos tempos verbais*, *operadores argumentativos* e *processos sintáticos do texto*, entre outros.

Como lembra Francisco Gomes de Matos em *Comunicar para o Bem* (Ed. Ave-Maria, 2002), a escola brasileira, em regra, nunca assegurou ao aluno o direito de receber orientação clara acerca da variação nos usos do Português falado e escrito, mediante escalas de grau de formalidade/informalidade. As práticas pedagógicas, de um

modo geral, privilegiam os extremos: do modelo excessivamente classicizante do passado ao atual liberalismo desmedido da oralização da escrita. Nesse contexto, o livro de Tadeu Luciano se põe como uma interessante referência para a construção de uma postura intermediária, que não despreze a tradição do uso consagrado de escritores nacionais nem descarte as manifestações recentes de outras formas de expressão, como a música popular, a publicidade e a linguagem jornalística – combinando-as de maneira reflexiva, crítica e, se possível, original.

Na descrição da Sintaxe Portuguesa, o autor procura apresentar os assuntos de modo sintético e organizado e demonstra sua preocupação didática ao acrescentar notas e comentários a respeito de uma ou outra questão que suscite discussão entre os gramáticos. Por isso, seria conveniente que, numa próxima edição, procurasse identificar as indicações teóricas não apenas com o nome do autor citado, mas também com o nome da obra e, se possível, a página onde o leitor poderá aprofundar ou rever aquele ensinamento. O mesmo diz respeito a inserir no sumário um item dedicado ao estudo do predicativo, que aparece no primeiro capítulo em meio a outros componentes da estrutura do período, mas que acaba – certamente por distração – sendo o único termo da oração não mencionado no sumário.

Não resta dúvida de que a *Sintaxe do Português: da Norma para o Uso* é uma boa contribuição para os estudos descritivos da sintaxe portuguesa. Nessa obra o professor Tadeu Luciano Siqueira Andrade, como lembra Normelio Zanotto no texto de Apresentação, sem ser normativista em excesso, aborda a norma com o indispensável equilíbrio conceitual e metodológico. É o que se deseja de um trabalho universitário que poderá ajudar na formação de professores comprometidos com a qualidade do ensino de nossa língua.

**PESQUISAS SOBRE O LÉXICO
NAS MODALIDADES ORAL E ESCRITA**

Gil Roberto Costa Negreiros
(PUC-SP, UNIVERSITAS)

PRETI, Dino (Org.). *Léxico na fala e na escrita.* São Paulo: Humanitas, 2003, 277 p.

[\(nurc@edu.usp.br\)](mailto:nurc@edu.usp.br)

Merece destaque no meio acadêmico o sexto volume da série *Projetos Paralelos*, produzido pelos pesquisadores do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta de São Paulo (conhecido como NURC/SP). Organizada pelo Prof. Dino Preti, a obra *Léxico na língua oral e na escrita* é composta de doze artigos. Todos eles visam ao estudo lexical em textos escritos ou orais, sob as perspectivas, principalmente, da Análise da Conversação, da Semiótica e da Sociolingüística Interacional.

Voltado para professores e estudantes de graduação e pós-graduação, esse volume da coleção *Projetos Paralelos*, de linguagem objetiva e clara, apóia-se, segundo o próprio organizador, “em *corpora* expressivos, ainda que, muitas vezes, restritos”.

No âmbito da Sociolingüística Interacional, destacam-se os trabalhos de Marli Quadros Leite, Dino Preti e Luiz Antônio da Silva, intitulados, respectivamente, “Aspectos de uma língua na cidade: marcas da transformação social do léxico”, “Variação lexical e prestígio social das palavras” e “Tratamentos familiares e referenciação dos papéis sociais”.

O primeiro demonstra como os falantes registram, na interação, características do meio social em que vivem. Assim, Leite evidencia, com objetividade e rara percepção, como “os falantes revelam em seu discurso, especialmente pelo léxico, aspectos da cidade onde vivem.” (p. 17) Desta forma, o artigo torna-se um importante debate a respeito do conceito de norma culta.

Já Preti postula que, ao contrário do que se pensa, nem sempre o vocábulo culto, considerados a situação de interação e o falante que o emprega, é o mais prestigiado. Fundamentado em Bourdieu, o

autor assevera que uma língua vale o que valem aqueles que a falam, assim como o valor do discurso está ligado intimamente àquele que o domina. Assim, o pesquisador, após investigar os fatores de identidade social da língua falada e o prestígio social das variantes lexicais, afirma:

Todo e qualquer estudo que se pretenda fazer sobre o prestígio social dos vocábulos deve levar em conta, não apenas o contexto histórico-social que acompanha a vida das palavras, mas também o fator expectativa nas relações entre os falantes. (p. 66)

Por seu turno, Silva discute a representação linguística dos papéis sociais no tratamento familiar. Desta forma, o autor faz um levantamento de formas de tratamento empregadas no âmbito familiar no português do Brasil. Apesar da restrição do *corpus* escolhido, realiza-se um

levantamento generalizado de palavras que estejam inseridas no campo semântico das formas de tratamento entre familiares: pais/filhos, marido/mulher, irmãos/irmãs, sogros/genros, noras/cunhados, cunhados/cunhadas, avós/netos, tios/sobrinhos, primos/primas. (p. 170)

Sob o panorama da Análise da Conversação, nota-se um maior número de artigos, como os de José Gaston Hilgert, Leonor Lopes Fávero e Maria Lúcia da Cunha V. Andrade.

O primeiro pesquisador analisa os procedimentos dos interlocutores no trabalho de seleção lexical, evidenciando a “aproximação lexical” como um traço marcante na construção de sentidos. (cf. p. 72-3)

Fávero, por sua vez, em trabalho complementar ao de Hilgert, examina o uso lexical nas correções. A autora, além de demonstrar o papel relevante desempenhado pelas correções no texto falado, afirma que “a escolha do marcador não depende da posição em que ocorre, sendo rara sua não anteposição ao enunciado-reformulador”. (p. 224)

Já Andrade, baseada principalmente em Bakhtin, Brait e Preti, pesquisa a variação do emprego lexical em determinados tópicos discursivos. Segundo ela, realiza-se, desta forma, um estudo do comportamento linguístico que se manifesta no texto oral como consequência do processo de enunciação. Todos os três artigos, entretanto, possuem, como *corpora* básicos, textos gravados e transcritos pelo próprio projeto, publicados na coleção *A linguagem falada culta*

da cidade de São Paulo.

Paulo de Tarso Galembeck, Ieda Alves e Zilda G. Oliveira de Aquino seguem a mesma linha teórica da Análise da Conversação, apesar de adotarem, como *corpus*, textos midiáticos, como gravações de programas de TV e de rádio.

Assim, Galembeck comenta a questão dos modalizadores de dúvida e de oposição em *corpora* retirados de duas edições do programa de entrevistas e debates “Roda Viva”, exibido pela TV Cultura de São Paulo. O objetivo é examinar o uso desses modalizadores “em uma situação na qual o mediador, o entrevistado e os entrevistadores/debatedores interagem entre si e, ao mesmo tempo, revelam estar cientes de estarem interagindo com os telespectadores”. (p. 227)

Aquino, ao observar o texto transcrito de um debate de candidatos às eleições de 2002, mostra como se organizam as unidades lexicais no discurso político. Baseada nos pressupostos teóricos de Van Dijk, Silverstein e Durandi, a autora demonstra como os jargões são usados no discurso político, configurando-se como uma estratégia de propaganda eleitoral.

Abordando o fenômeno da neologia lexical na língua escrita e, principalmente, na língua falada, Alves tece observações a respeito de trechos radiofônicos, transcritos para a pesquisa. Partindo da hipótese segundo a qual todos os tipos de neologismos observados em textos escritos são também encontrados em textos falados, a pesquisadora critica, por meio de análise metodológica do léxico, casos de neologismos presentes no texto falado, selecionados segundo a seguinte tipologia: derivações, composições, composições sintagmáticas, neologias semânticas e estrangeirismos.

Hudinilson Urbano, verificando a relação entre fala e escrita, estuda os verbos de elocução *falar* e *dizer* sob o ponto de vista léxico-sintático-pragmático. Urbano destaca, após minuciosas investigações qualitativas e quantitativas, o caráter discursivo-operacional desses verbos no discurso: “Trata-se, pois, de verbos discursivamente operacionais, instrumentais, mais ou menos como as chamadas palavras instrumentais, gramaticais, em relação às palavras lexicais da gramática descritiva”. (165-6)

Fora dos cânones da Sociolinguística e da Análise da Conversação, encontramos em *Léxico na língua oral e na escrita* dois traba-

lhos de grande relevo. São eles: “Negociação de temas e figuras na conversação” e “As muitas palavras de Guimarães Rosa”.

O primeiro, escrito por Diana L. Pessoa de Barros, investiga, sob a luz da Semiótica, a seleção de temas no texto conversacional. A autora expõe, dentre outros aspectos, como as negociações lexicais, temáticas e figurativas contribuem para a construção de tipos diferentes de conversação e de relações interativas entre os sujeitos. (cf. p. 138)

O segundo, por seu turno, faz parte dos trabalhos de Nilce Sant’Anna Martins, pesquisadora e especialista em Guimarães Rosa, autora de *O léxico de Guimarães Rosa*, obra com significativa aceitação na crítica. No artigo em destaque nesta recensão, Martins analisa, sobretudo, o caráter estilístico da escolha lexical na literatura, apoiada nas palavras de Guimarães Rosa, segundo o qual “cada escritor deve criar o seu léxico, através do conhecimento de sua língua e de suas potencialidades”. (p. 258)

Léxico na língua oral e na escrita vem, dessa forma, preencher uma lacuna no estudo lingüístico brasileiro, no que tange às pesquisas lexicais vinculadas às novas propostas da Lingüística contemporânea. Como contribuição acadêmica, acreditamos que, a partir dessa obra, muitos temas de pesquisa poderão surgir, colaborando com a dignidade cultural do país que, segundo Bechara, reflete-se no estudo apurado de sua gramática e, principalmente, de seu léxico.